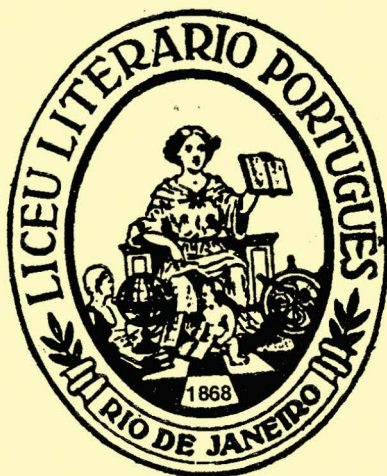


CONFLUÊNCIA

REVISTA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

"Per multiplum ad unum"



Nº 1 – 1º semestre de 1991 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

“Per multiplum ad unum”

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pôde-as o tempo gastar: pero
nã gastará doutrina, costumes,
língua, que os portugueses
nestas terras leixaram.”*

*(João de Barros, Diálogo em louvor
da nossa linguagem)*



Nº1 – 1º semestre de 1991 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
DO
LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Diretoria do I.L.P

A. Gomes da Costa (Presidente)
Sílvio Elia (Vice-Presidente)
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA

Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Sílvio Elia
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

Composição e Impressão

Marcelo Gráfica e Editora Ltda.

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118
CEP 20032
Rio de Janeiro - Brasil

SUMÁRIO

Pág.

Apresentação	5
Editorial. <i>Dr. Antonio Gomes da Costa</i>	7
Discurso do Prof. Dr. Aníbal Pinto de Castro	8
O discurso do Acadêmico Antonio Houaiss	15
Prof. Antenor Nascentes. Homenagem	16
Antenor Nascentes. Notas bibliográficas	17
 ARTIGOS	 20
Antenor Nascentes, o dialectólogo.	21
<i>Sílvia Elia</i>	
Antenor Nascentes – Romanista.	37
<i>Evanildo Bechara</i>	
Em defesa da língua-comum do espaço luso-brasileiro.	43
<i>Gladstone Chaves de Melo</i>	
O apuro da forma no <i>Quincas Borba</i> (Notas de Estilística).	50
<i>Adriano da Gama Kury</i>	
Emprego dos demonstrativos ESTE, ESSE, AQUELE na carta de Pero Vaz de Caminha.	59
<i>Luiz Soares de Lima</i>	
A evolução do conceito de Linguística Aplicada ao ensino de línguas.	68
<i>Carly Silva</i>	
 TRANSCRIÇÕES	 77
Uma página (quase) inédita de Machado de Assis	78
Em ar de conversa. <i>Silva Ramos</i>	79
 NOTAS E COMENTÁRIOS	 84
Coimbra: 700 anos	85
 REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	 86
 RESENHAS CRÍTICAS	 92
Azevedo Filho, Leodegário A. de. <i>Lírica de Camões 2. Sonetos, tomo II, de Sílvia Elia</i>	93
Coseriu, Eugenio. <i>Introducción a la Lingüística, de Sílvia Elia</i>	94
Atlas Lingüístico de Sergipe, de <i>Adriano da Gama Kury</i>	98
Cressot, Marcel. <i>O estilo e suas técnicas, de Gladstone Chaves de Melo</i>	99
Pinto, Edith Pimentel. <i>A língua escrita no Brasil, de Sílvia Elia</i>	101
Perini, Mário A. <i>Sintaxe portuguesa, de Valter Kehdi</i>	101
Vieira, Antônio. <i>Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. A critical edition by Fritz Smulders, de Evanildo Bechara</i>	102
Kehdi, Valter. <i>Morfemas do Português, de Evanildo Bechara</i>	105
 NOTICIÁRIO	 106
 COLABORADORES DESTA NÚMERO	 111

APRESENTAÇÃO

CONFLUÊNCIA – a revista do Instituto de Língua Portuguesa – é mais um esforço daqueles que labutam no Liceu Literário Português no sentido de estudar, descrever e propagar este patrimônio comum: a língua portuguesa.

Veículo de idéias e estados psíquicos do imenso contingente humano repartido pelos sete países lusófonos, tem sido a nossa língua objeto de estudo de várias disciplinas que integram a ciência da linguagem; mas ainda é, em muitos aspectos, mormente no conhecimento de suas variedades regionais, campo inesgotável de investigação.

Aprofundar esses conhecimentos e abrir caminhos outros ainda hoje inexplorados são os propósitos maiores do Instituto de Língua Portuguesa e, para sua consecução, convoca estudiosos e pesquisadores do idioma.

CONFLUÊNCIA aspira a ser o ponto de encontro e de difusão de trabalhos científicos e de informações que não de contribuir para o conhecimento aprofundado da língua portuguesa e seu fortalecimento como elo e expressão dos ideais dos países lusófonos.

Esperam os responsáveis pela CONFLUÊNCIA – e põem nisto toda a certeza – que não lhes faltarão para tanto a colaboração dos especialistas nacionais e estrangeiros, o apoio das instituições científicas e culturais e o entusiasmo dos que desejam a grandeza potencial da lusofonia.

Este número de CONFLUÊNCIA contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal e da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.

EDITORIAL

A LÍNGUA PORTUGUESA

Chegaram a Porto Seguro as 13 naus de Pedro Álvares Cabral – e, cumprida a missão, as naus retornaram ao Cais da Ribeira, levando a boa-nova ao “Rei Venturoso” nas palavras de Caminha;

depois sucederam-se os ciclos econômicos – o do pau-brasil, o do açúcar, o do ouro das Gerais – e todas essas fases também terminaram;

vieram, nos alvores do século XIX, com a tempestade napoleônica que varria a Europa, a Família Real e a Corte de D. João VI – e, anos depois, quando já se ouviam os cânticos da liberdade e da independência, ocorreu o regresso à metrópole.

Nos fluxos e refluxos da História tivemos ganhos e permutas, conquistas e ocupações, entradas e defesas, glórias e acertos. Muito do que havemos em partilha desapareceu, na erosão do tempo, levado pelo progresso, ou reduzido pelas mudanças do mundo.

Entretanto, Deus Louvado! quantas coisas ficaram divididas entre os dois Povos, quantos valores compartilhados!

Pois do que ficou, a fé Cristã e a Língua Portuguesa apontam para a eternidade. Sem referir, evidentemente, a fraternidade que passará de gerações para gerações, num determinismo existencial que está para além das vicissitudes do próprio destino.

Pode não haver mais navegações, nem toras de pau-brasil no porão das caravelas; pode não haver mais entradas e bandeiras no rumo do oeste ou dos confins da Amazônia; pode não haver mais o Direito das Ordenações, nem as “Viagens científicas” pelo Rio Negro acima; podem não existir mais as fortalezas e os padrões de quinhentos, os colégios dos jesuítas e os aldeamentos do Planalto do Piratininga, as casas dos governadores ou os paços episcopais, mas existem – e vão existir sempre – na alma dos brasileiros, as claridades da Fé e na sua boca a Língua Portuguesa.

Pois é por essa Língua – última flor do Lácio inculta e bela – que estamos aqui hoje reunidos, no Liceu Literário Português, para instalar, em liturgia simples, o novo Instituto que nasce predestinado a ser um espaço de estudos, de pesquisa e de trabalho, onde todos os que têm amor à Cultura e ao Idioma poderão buscar conhecimento, desenvolver projetos, irradiar valores. E nasce o Instituto com o anúncio feito pelo Sr. Embaixador de Portugal no Brasil e por Mestres brasileiros e portugueses que movidos pelos mesmos ideais e pela mesma vocação de grandeza atenderam ao nosso pedido e vieram com prontidão “dar-nos o exemplo inteiro”, como dizia o Poeta da “Mensagem” em louvor de D. Afonso Henrique – “dar-nos o exemplo inteiro”.

É por isso que abrimos esta solenidade com palavras de gratidão – e que nunca serão em demasia para testemunhar o nosso muito reconhecimento a todos aqueles que por amor a Portugal e ao Brasil vieram, com seu prestígio e saber, honrar esta Casa e sinalizar o início de um novo tempo para a nossa Instituição.

Ao Senhor Embaixador de Portugal, Dr. Leonardo Mathias, que veio especialmente de Brasília; ao Prof. Aníbal Pinto de Castro, que deixou seu múnus na Universidade de Coimbra para ser o orador por Portugal esta noite; ao acadêmico Antonio Houaiss que nos traz a palavra sábia do Mestre; aos Profs. Sílvio Edmundo Elia, Gladstone Chaves de Melo, Evanildo Cavalcante Bechara, Maximiano de Carvalho e Silva e Antonio Basílio Gomes Rodrigues que traçaram a arquitetura do Instituto e vão agora dar-lhe continuidade, corpo e ação; enfim, a todos os que, de uma forma ou de outra, estão solidários conosco em servir Portugal e o Brasil, o nosso muito obrigado.

Discurso pronunciado pelo Presidente do Liceu Literário Português Dr. Antonio Gomes da Costa, na sessão de Instalação do Instituto de Língua Portuguesa.

Discurso proferido pelo Prof. Dr. Aníbal Pinto de Castro na sessão inaugural do Instituto de Língua Portuguesa

Senhor Embaixador de Portugal no Brasil
Senhor Presidente da Diretoria do Liceu Literário Português
Senhor Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro
Senhores Presidentes e Representantes das Associações
Portuguesas e Luso-Brasileiras
Excelentíssimas Autoridades
Patrícios e Amigos
Minhas Senhoras e meus Senhores

Chamado da outra margem do Atlântico para, nesta celebração em defesa e louvor da Língua Portuguesa, dar voz a quantos por lá a ensinamos e cultivamos, não podia recusar-me a esse apelo, consciente embora de que, pelo seu saber e pelo calor da sua palavra, outros poderiam assumir, perante Vossas Excelências, com manifesta vantagem, essa função por certo gratificante, mas não isenta de difícil responsabilidade.

Mais do que a consciência da minha pouca valia, pesou a força da amizade fraterna dos Colegas que me escolheram e das pessoas que integram os corpos directivos desta prestigiosa Instituição, à frente das quais estão o dinamismo e a devoção do Dr. António Gomes da Costa. Pesou também, com igual valor, a honra e o gosto de acompanhar, nesta solenidade, a voz autorizada do insigne filólogo e académico, Prof. António Houaiss, cujo saber é sempre motivo de admiração para todos nós. E, envolvendo esses e outros motivos, a alegria, mais profunda em cada vez que se vive, de pisar de novo, ainda que por breves dias – temos de conciliar devoções com outras obrigações! – o chão generoso da grande Nação Brasileira, mesmo que através do asfalto quente desta cidade de maravilha, baptizada pelos portugueses e emancipada pelos brasileiros, com o nome de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

O vosso apelo era, pois, para mim um imperativo de consciência consubstanciado numa emocionada alegria!

Por isso aqui estou, a comungar convosco no júbilo e na esperança desta cerimónia inaugural do Instituto de Língua Portuguesa que o Liceu Literário Português, nascido do trabalho honrado e da indomável vontade de afirmação cultural dos Portugueses radicados no Brasil, em boa hora decidiu criar, com o objectivo de estudar e valorizar, “como veículo de cultura e património inalienável”, o idioma hoje comum a sete países que, na Europa, na América e na África, englobam mais de 150 milhões de falantes.

Aqueles de nós que, com maior ou menor frequência, temos feito, em qualquer dos sentidos, a travessia deste imenso *mare nostrum* que é o Atlântico, não podemos deixar de experimentar, em cada viagem, uma inefável emoção, por encontrarmos sempre, cá ou lá, abertas de par em par, as portas das nossas casas e das nossas almas. Saímos do nosso quotidiano e, volvidas escassas horas, encontramos algo de diferente, é certo, mas que nos é familiar, não nos causa estranheza, que usufruímos e prezamos como se nosso fosse, ainda que o experimentemos pela primeira vez. Nem sequer nos permite, qual vacina eficaz e de rápido efeito, sentir saudades do que deixámos!

É o milagre do verbo lusíada, visível numa língua e numa cultura forjadas ao longo dos séculos, desde os alvares da poesia dos cancioneiros galego-portugueses, nas páginas de Fernão Lopes, Gil Vicente, Camões, Vieira, Garrett, Camilo, Eça, Pessoa, Torga, Alencar, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Machado de Assis, Rui Barbosa, Bilac, Graciliano, Bandeira, Cecília Meireles, Drummond e tantos, tantos outros, alguns dos quais, como Vieira e Casimiro foram belos e fortes traços de união entre as nossas literaturas; mas também vivificada e enriquecida

pelo linguajar de marinheiros, comerciantes e soldados; pelas singelas prédicas dos missionários, de que Anchieta é símbolo ao mesmo tempo humilde e gigantesco; pelas aquisições dos idiomas nativos dos escravos africanos; ou pela beleza eufonicamente tropical das vozes dos índios.

Dir-se-ia que, por insondável permissão divina, a Língua Portuguesa, ao espalhar-se por tão vastos espaços sobre a face da Terra, tornando-se o plasma de entendimento entre tantos homens de tão desvairadas culturas e estados civilizacionais, conseguiu esconjurando o castigo que sobre a soberba da Humanidade pesava desde que, nos campos de Sennar, os filhos de Adão tentaram alcançar o céu, construindo a Torre de Babel e chamando com o seu orgulho as iras do Senhor, que por isso condenou a sua descendência ao eterno desentendimento!

Não queiramos desafiar de novo o castigo divino, não já com a ousadia da nossa soberba, conscientes que estamos da nossa inerme debilidade, mas pela incúria e o desleixo com os quais, tantas vezes, nos alheamos dos valores que cimentam a essência da nossa própria força moral e que, tanto ao jeito da sua época, já em 1539 João de Barros definia no prólogo da sua *Cartinha*, ao acentuar a pujança com que o português se espalhou e servira de veículo ao proselitismo e ao nosso ecumenismo cultural, como “aquela linguagem que em Europa, em África e Ásia por amor, armas e leis tão amada e espantosa, por justo título detinha a monarquia do mar e os tributos dos infiéis da terra”.

Bom seria portanto que, nas alegrias desta festa inaugural e no almejar de esperanças que as coisas novas e boas sempre trazem, aproveitássemos o ensejo para, sem preconceitos nem melindres de qualquer espécie, meditarmos uns instantes sobre esta questão que se me afigura fundamental para o futuro da grande comunidade lusitana de que todos (portugueses, brasileiros e africanos) somos parte, por imperativo da História que nós próprios com o nosso suor, o nosso sangue e as nossas lágrimas forjámos e da qual essa mesma História um dia nos há-de pedir contas.

Como tudo o que é humano – e a Língua, nascida embora de uma dádiva de Deus, é uma criação humana em permanente fieri por acção do homem! – os sistemas linguísticos sofrem um constante desgaste devido a causas várias que seria inoportuno enunciar aqui, perante especialistas que as conhecem melhor do que eu. Precisam por isso, à semelhança dos seres vivos, como corpos vivos que são, de antídotos, que combatam esse desgaste, e de forças que lhes renovem a energia e a eficácia como meio de comunicação, sem o que correm sério risco de morrer, a partir do momento em que, pelo seu empobrecimento, não satisfazem mais as necessidades de expressão e comunicação sentidas por quantos os utilizam.

E quando, como no caso do Português, o seu enriquecimento se processou, ao longo do tempo, através de contributos tão vários e caudalosos ou, por outro lado, quando o espaço geográfico em que se alargaram se cindiu, para dar lugar a novas realidades políticas, sociais e culturais, marcadas por uma individualidade própria tão forte quanto legítima, àquele problema da permanente necessidade de revitalização acresce o da diversificação e conseqüente perigo de fragmentação em novos sistemas, circunscritos a cada uma dessas novas realidades.

Aqui está, como bem sabemos todos, o nó da questão: importa preservar a coesão da língua que falamos sem atrofiar a sua evolução, nem levantar obstáculos ao seu constante enriquecimento semântico e estilístico, de modo a proporcionar aos seus 150 milhões de falantes a expressão do seu pensamento perante uma realidade múltipla em vertiginosa mutação social, científica e tecnológica, sem esquecer os resultados da sua pujante capacidade de criação literária, na diversidade das suas várias normas.

Dirão acaso alguns que não viria grande mal ao mundo se a degradação da língua não encontrasse obstáculo ou se viesse a verificar-se o aparecimento de novos idiomas individualizados no grande espaço linguístico, constituído pelos sete países de expressão oficial portuguesa. Creio que estão errados. E responderei tão-só com duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, porque, com tal fragmentação, nada teríamos a ganhar, pois a língua não é, por si só, afirmação de nacionalidade. E muito, muitíssimo, teríamos a perder em prestígio cultural, facilidade de relações políticas e económicas e (o que não é menos importante!) na cons-

ciência dos valores morais e espirituais que nos são comuns, força indispensável para a afirmação das nossas pátrias no mundo do futuro.

Em segundo lugar, porque, em países como o Brasil, Angola ou Moçambique, a língua portuguesa constitui inofismavelmente o mais forte cimento da unidade nacional – pôr em causa a sua integridade equivalerá sempre a enfraquecer a sua própria coesão moral; e muito importa, para manter essa coesão, que os falantes desses Países conheçam a língua e a cultura de que eles próprios fizeram parte durante séculos, pois a consciência dos valores contidos e transmitidos na e pela língua só pode fundamentar-se com segurança no seu conhecimento; e o seu conhecimento não pode prescindir da história, porque a língua é, acima de tudo, uma espécie de força matricial da identidade de cada comunidade que a usa.

Desde sempre, aliás, o Brasil, pela acção e pela cultura dos seus escritores, dos seus professores e dos seus homens de cultura, teve essa consciência e defendeu os direitos que ela pressupõe.

Já em 1920, Alberto de Oliveira sublinhava, *Na outra banda do Atlântico*, a importância desta acção e a segurança que ela trazia ao futuro da língua portuguesa, ao narrar a impressão que lhe causara ter encontrado aqui no Rio, em casa de Ru Barbosa, a última edição do Dicionário de Cândido de Figueiredo “lido da primeira à última linha e crivado de notas e observações em todas as suas páginas”, ou ao ler, emocionado, as conferências sobre Camões que Joaquim Nabuco, quando embaixador do Brasil nos Estados Unidos, pronunciara em várias Universidades americanas.

Há, pois, que encontrar os meios adequados a essa defesa e ilustração da língua que nos é comum.

Em primeiro lugar no campo do ensino, fazendo das nossas escolas, desde as de primeiras letras às Universidades, e independentemente das matérias específicas nestas professadas, locais onde, de maneira viva, se aposte no prestígio da língua que amámos, para me servir da bela metáfora de Samuel Usque. Talvez que para isso tenhamos deliberadamente de voltar (mesmo aprendendo-a de novo!...) à valorização da gramática normativa, disciplina a que os filólogos brasileiros tão persistente e valioso contributo deram, de Said Ali a Celso Cunha, passando por Sousa da Silveira, Serafim Neto e tantos outros, para lembrar apenas, em jeito de evocativa homenagem, os que não pertencem ao número dos vivos.

“Gramáticos – dizia D. Francisco Manuel de Melo – é uma praga de gente bem escusada no mundo, são como os cães das boas letras”. Falava D. Francisco com o azedume do estilista “discreto” e num tempo em que, para bem dele e nosso, a língua não sofria os atropelos que hoje a fazem tão dolorosamente manquejar!... Creio mesmo que, se os gramáticos seus contemporâneos lhe provocavam tão drástico juízo, seria de perguntar o que não diria ele de tanto gerativismo e de tanto estruturalismo mal assimilados que, depois de desnortear os estudantes das nossas Faculdades de Letras, vão comprometer irremediavelmente o ensino da língua materna nas nossas escolas de nível secundário!

Mas em que pese ao celebrado clássico e aos seus seguidores modernos (que decerto o não conhecem...), a norma gramatical, não só é necessária, como é fundamental ao conhecimento e conseqüente bom uso da língua. Até porque, quando bem entendida e bem aplicada, a sua observância em nada perturba a natural evolução do sistema lingüístico, nem coarct a criatividade artística dos bons escritores, tendo até a considerável vantagem de evitar que se gaste muito papel e tinta a imprimir os maus!...

Não tenham, pois, os professores de Português (ou de qualquer outra matéria) medo de ensinar os seus alunos a escrever correcta e escoreitamente, observando e fazendo observar as normas gramaticais que o uso e a investigação lingüística consagraram, sem excessos rigoristas de purismo obsoleto, mas com um sentido claro da realidade viva que é a língua, em cujo enriquecimento a capacidade inovadora dos falantes brasileiros, no campo semântico como no metafórico, tanto dinamismo imprime. Bastaria a consciência dessa capacidade e a análise dos frutos que ela em cada dia produz, para não recearmos o efeito anquilosante da gramática normati-

va, ela também objecto de uma renovação decorrente da investigação desenvolvida no âmbito das várias correntes da Linguística moderna. Poderemos assim aproveitar afoitamente os seus benefícios didácticos e pedagógicos.

Não faltarão, aliás, outros meios para preservar o dinamismo inovador imprescindível à utilização e renovação do sistema linguístico que nos é comum. E, entre todos eles, ocupa lugar de primacial importância o ensino da Literatura.

Muito se tem falado acerca do lugar da Literatura Portuguesa nos currículos da Universidade brasileira e nas ameaças, não de todo desvanecidas, segundo creio, da sua redução.

Bastariam as vantagens, inegáveis, do ensino da literatura para a constituição de uma competência linguística perfeita, para nos não restar a menor dúvida quanto à imprescindibilidade da Literatura Portuguesa nos quadros curriculares da Universidade brasileira. E é fácil de compreender que assim seja.

A norma do português do Brasil concilia, com inexcusável harmonia, o conservadorismo próprio das zonas periféricas de cada espaço linguístico, com a força inovadora e criativa das sociedades animadas por estuantes energias de desenvolvimento sócio-económico.

Quer isto dizer que o conhecimento das sucessivas transformações do sistema, fixadas nos textos literários anteriores a meados do século XIX, se torna imprescindível, não apenas para a cabal interpretação dos valores significativos contidos nos traços mais conservadores do português do Brasil actual, como para a disciplina daquelas mesmas forças de inovação e criatividade tão suas, de modo a integrá-las, com equilíbrio e harmonia, na regularidade da norma corrente.

Mas para que desse trabalho resultem frutos compensadores, será necessário que os Professores não reduzam os programas de Literatura Portuguesa, na Universidade brasileira, aos autores contemporâneos, cuja correcção linguística nem sempre se apresenta, aliás, inteiramente escorreita. Importa, pois, voltar a Camões e a Gil Vicente, a Diogo Bernardes e Rodrigues Lobo, a Frei Luís de Sousa e a D. Francisco Manuel de Melo, sem esquecer Garrett, Camilo e Eça.

Para se avaliar do papel que o estudo de um autor como Camilo, cujo centenário estamos a comemorar e que alcançou nos leitores brasileiros uma duradoura e entusiástica recepção, pode assumir na aquisição de uma desenvolvida competência linguística para qualquer falante do português, lembrei apenas este passo de *Vinte horas de liteira*:

“Quando quero retemperar a imaginação gasta, vou caldeá-la à incude do viver campesino, evoco lembranças da minha infância e adolescência passadas na aldeia, e até a linguagem me sai de outro feitio, singela sem afectação, casquilha sem os requebrados volteios que lhe dão os inviezados estilistas bucólicos”.

Além disso, parece-me que quem possui uma literatura moderna e contemporânea com a qualidade portentosa da do Brasil, pouco ganhará em aprender a modernidade ou mesmo a pós-modernidade à custa dos valores criados no passado. Disse-o Olavo Bilac. Afirmou-o Joaquim Nabuco, no discurso que proferiu na sessão de abertura da Academia Brasileira de Letras, em 20 de Julho de 1897. E têm-no repetido muitos outros Brasileiros, embora lembrá-lo, hoje, não seja talvez fácil nem cómodo.

Claro está que, se os responsáveis pelo ensino em Portugal quiserem dar aos falantes da norma portuguesa uma dimensão cultural à medida dos vastíssimos horizontes da língua que falam e partilham com outros povos ou, sobretudo, se quiserem suscitar neles um consciente sentido das suas potencialidades expressivas, bem como da vária realização da sua unidade, através da sua extraordinária diversidade, terão de alargar, com a maior urgência, a representação dos autores brasileiros no *corpus* textual usado nas nossas escolas secundárias, e conferir à Literatura Brasileira um lugar adequado no quadro das disciplinas professadas nas nossas Universidades. Não tanto em duração (aquela disciplina ocupa já dois anos), mas principalmente no estatuto, visto que, neste momento, apenas é obrigatória para os alunos matriculados na Licenciatura em Estudos Portugueses.

Importância e lugar proporcionais caberão naturalmente às Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, campo tão promissor de trabalho e de acção.

O professor que fundamentalmente vive em mim alongou-se talvez demasiado nestas considerações acerca do contributo do ensino para a tarefa, que é de todos nós, da defesa e ilustração desse património que nos é comum e que é a Língua Portuguesa. Outros domínios há, porém, onde labor não menos importante se impõem com igual urgência.

O primeiro deles é por certo o das instituições de cultura. Que elas estão conscientes das responsabilidades que nessa cruzada lhes cabem, prova-o a recente criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sob a égide da autoridade dos Chefes dos sete Estados lusófonos, e, decerto bem mais próxima da realidade, a deste Instituto que hoje oficialmente inauguramos e que significa a vontade, por parte dos responsáveis pelos destinos do Liceu Literário, de completarem a sua acção no plano do ensino, através do desenvolvimento de uma componente científica traduzida em termos de pesquisa e de difusão dos resultados dessa pesquisa.

Lugar privilegiado ocuparão, naturalmente, nessa frente, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. O trabalho que ambas as Instituições vêm desenvolvendo com particular empenho desde 1986, com o objectivo de celebrar um novo acordo para a ortografia unificada da Língua Portuguesa, que abrangerá igualmente os Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, não pode deixar de merecer aqui justa referência e rasgados encómios.

Ao contrário do que muitos (nem sempre os mais sabedores nem os mais isentos!) têm dito, creio bem que, consagrando normas claras, simples e sempre fundamentadas no conhecimento científico concreto da realidade linguística que somos, até na sua sensibilidade sociológica, esse acordo há-de constituir uma séria garantia de unidade, sem pôr em causa a legítima diversidade que nos distingue.

Outras tarefas ainda esperam o nosso entusiasmo e o nosso trabalho, mormente no campo da investigação científica, correctamente programada e sistematizada em projectos realistas, que tenham em vista uma aplicação prática imediata, para os quais o intercâmbio universitário terá de ser a força dinamizadora capaz de abrir perspectivas tão vastas quanto profícuas.

Factor de primordial alcance há-de ser também, por certo, a difusão do livro no grande espaço (que é também um fértil mercado!) da Língua Portuguesa. E bem sabemos todos quanto essa difusão é lenta, difícil e onerosa. Urge por isso sensibilizar os nossos Governos para que concedam facilidades que não podem contabilizar-se por critérios simplistamente pesados em balanças de pagamentos ou pautas alfandegárias; e aliciar editores e livreiros no sentido de as aproveitarem, mesmo que para isso tenham de vencer, a curto prazo, alguns obstáculos de ordem económica e financeira.

Não basta, porém, que os livros sejam baratos e cheguem com rapidez à mão dos leitores espalhados pelos vários países formados do mundo que o português criou. É necessário que sejam bons!

Importa, pois, desenvolver um árduo e urgente trabalho no campo editorial, de modo a lançarmos no mercado edições dos nossos escritores em textos criticamente apurados e fidedignos, porventura elaboradas em termos de cooperação que envolvam editores, livreiros e filólogos de Portugal, do Brasil e, num futuro tão próximo quanto possível, dos Países Africanos Lusófonos. Quanto se poderá fazer neste sector! Por mim, tudo farei para ajudar a construir esse edifício da cultura que nos é comum. Foi assim que dei o meu modesto contributo à obra exemplar que é a edição crítica do *Amor de Perdição* realizada pelo saber e pelo amor à cultura do meu querido Colega e Amigo, Prof. Maximiano de Carvalho Silva, publicada em parceria pelo Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, e pelo prestigioso Editor Lello, do Porto. Do mesmo modo procurei colaboração de igual qualidade junto de outro fraterno Amigo, o Prof. Gladstone Chaves de Melo, para a edição de *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, de Fr. Luís de Sousa. E nesse caminho conto prosseguir, *Deo juvante*, para a edição monumental das *Obras completas* do Padre António Vieira, que estou encarregado de preparar, num projecto de

pesquisa integrado nas actividades da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, para, em 1997, assinalar o III Centenário da morte dessa expressão máxima da luso-brasilidade, e na qual terão de participar, por direito próprio, não poucos especialistas brasileiros.

A promoção da nossa língua e a criação dos meios mais adequados ao seu estudo, ao seu conhecimento e à sua difusão, não podem ser obra exclusiva das entidades oficiais; têm de ser, acima de tudo, obra de todos e de cada um de nós, porque terão de emanar sempre de um acto de amor essencial, como o dos paladinos da cavalaria antiga. Não foi por acaso que Agostinho de Campos reuniu em três volumes da sua “Antologia Portuguesa” testemunhos e juízos a esse respeito emitidos por Brasileiros e Portugueses, sob o título bem expressivo de *Paladinos da linguagem*.

Nada nem ninguém deve ficar fora dessa nova cavalaria do espírito, nas aventuras modernas da luso-brasilidade. E os poderosíssimos meios da comunicação social do nosso tempo, desde que bem usados, propiciarão sempre, a quem tiver esse amor, formas de acção de efeito garantido. Do artigo de divulgação científica à reportagem. Da cinematização de obras literárias às telenovelas que mais não são, afinal, do que os folhetins dos nossos jornais de Oitocentos, transpostos para o domínio do audio-visual, com todo o aliciante que tal domínio hoje comporta para todos os estratos sócio-culturais.

A este propósito, seja-me permitida uma breve reflexão. Falam os puristas de ambas as margens do Atlântico, bastante mal das telenovelas. Será caso para isso? Pondo de parte outros aspectos de discutível valor educativo, em termos morais e sociais, não podemos deixar de ponderar que, se é certo que, recorrendo predominantemente ao registo coloquial da língua, elas podem implicar um certo empobrecimento expressivo, não é menos certo que as telenovelas brasileiras constituem hoje, em Portugal, um meio muito eficaz de tornar conhecida, lá, a norma usada cá. Significa isto, ao fim e ao cabo, que a telenovela constitui um factor relevante de unidade lingüística no espaço lusíada e bom seria que os realizadores portugueses conseguissem, nesse domínio, obras com a qualidade das vossas, que pudessem trazer ao espectador brasileiro um conhecimento directo e vivo da oralidade própria da norma usada em Portugal.

É tempo de terminar.

Quis deliberadamente fazer da minha intervenção nesta solenidade algo que fosse além de um discurso, onde a preocupação oratória deixasse no olvido os aspectos reais do problema da língua. É que não basta falar-se de uma “política da língua”. Há que encarar, de frente e de perto, soluções práticas, através das quais essa política possa concretizar-se no quotidiano de todos nós, cidadãos desse vasto espaço onde ela se modula em tantas expressões, vivemos nos nossos países e nas nossas profissões.

Se, de mim. Vs. Ex.^{as} esperavam uma oração, não-de por certo sair daqui defraudados. Nem outra coisa seria de esperar, vistos o meu fraco engenho e a minha nenhuma arte. O nosso tempo, porém, é de acção. E nela apostei, procurando sistematizar coisas que todo o mundo sabe, mas nas quais, por demasiado simples e evidentes, porventura não atentamos, arrastados no turbilhão do nosso dia a dia.

Avaliemos as nossas forças para defendermos e ilustrarmos a Língua Portuguesa e apostemos no seu futuro de modo que, conforme ao voto de António Ferreira, no século XVI, ela sempre

“Floresça, fale, cante, ouça-se e viva”.

Que cada um de nós, dela e por ela, possa dizer com esse primoroso cinzelador das suas belezas estilísticas, que foi Olavo Bilac:

“Amo-te, assim, desconhecida e obscura
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que na voz materna ouvi: *Meu filho!*
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho”.

Poderemos fazê-lo com a tranquila e profunda consciência do ecumenismo lusfada, que Afonso Lopes Vieira, um grande e insuspeito apaixonado da Portugalidade nos tempos modernos, como João de Barros, no século XVI, deixou gravada nestes versos cujo original se guarda no Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra:

“Ó Portuguesa Língua, quando um dia
Floresceste nos rústicos cantares,
Quem te diria que, por sobre os mares,
Com tua alma o teu génio crescerá!

Soou na Terra a tua melodia
E pelo Orbe criou Nações e Lares;
Com teu ritmo de impulsos e vagares
Foste laço de povos e harmonia.

Mas, ó Língua sagrada e Mãe gentil,
Tua glória maior de peregrina
E missionária donde o génio flui,

Tu a criaste em terra do Brasil,
Depois que o Padre António Vieira ensina
O seu aluno mais preclaro – Rui!”

Tudo o mais virá por acréscimo!

E no babélico desentendimento que nos dias de hoje vivemos, nós faremos, ou continuaremos a fazer, o milagre de conjurar o castigo do Senhor contra a orgulhosa ousadia dos filhos de Adão, exigindo a Língua Portuguesa, a NOSSA LÍNGUA, numa afirmação de entendimento, de paz e de progresso que envolva num forte e fraterno abraço todos os homens que a falam, pelo mundo em pedaços repartidos!

Aníbal Pinto de Castro

O DISCURSO DO PROF. ANTÔNIO HOUAISS

Convidado pelo Instituto de Estudos Portugueses, falou, em nome dos brasileiros, o Prof. Dr. Antônio Houaiss, filólogo de altos méritos e membro ilustre de nossa Academia de Letras.

Produziu então um texto oral de excepcional relevância, em que se ocupou com o estado e a evolução da língua portuguesa no Brasil, salientando alguns dos seus aspectos históricos mais influentes e tecendo oportunas considerações sobre o ensino e aquisição da língua por parte das faixas etárias de pouca instrução. Da maneira como suas palavras repercutiram no auditório, numeroso e atento, foram testemunho os prolongados aplausos que as acolheram.

O Instituto de Estudos Portugueses aproveita para agradecer ao eminente patricio a sua prestigiosa e competente presença no ato inaugural de suas atividades.

HOMENAGEM



PROFESSOR ANTENOR NASCENTES
1886 - 1972

ANTENOR NASCENTES

(Ligeiras notas biográficas)

ANTENOR DE VERAS NASCENTES viu a luz do dia nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no dia 17 de junho de 1886 e nela veio a falecer em 6 de setembro de 1972.

Começou o curso primário na Escola Frazão, situada no bairro do Catete, onde residia, e terminou-o na Escola mantida por D. Amélia Fernandes Costa, mestra bondosa e inteligente, que muito contribuiu para que o menino já então sequioso de aprender pudesse continuar os estudos. Aí terminou o primário em 1896. No ano seguinte, logrou matricular-se no Colégio Pedro II (então Ginásio Nacional, em virtude de pruridos republicanos) e pertenceu a uma das turmas mais brilhantes da Casa, ao lado de figuras que, tanto quanto ele, se tornariam proeminentes na cultura brasileira:



Sousa da Silveira, Manuel Bandeira, Artur Moses, Lopes da Costa, entre outros. No Colégio Pedro II, estabelecimento padrão de nosso ensino médio e, à época, a nossa verdadeira Faculdade de Letras e Ciências Humanas, pelo nível do corpo docente que possuía, ouviu ensinamentos de mestres como Said Ali, Silva Ramos, Vicente de Sousa, João Ribeiro, Fausto Barreto, os quais muito influíram na escolha da carreira que abraçou. Por ter feito o curso com distinção em todas as matérias recebeu o Prêmio Benjamin Constant e o direito de ter o retrato na galeria dos alunos eminentes, então denominada *Panthéon*.

Logo depois, porém, era lançado na vida prática. Para enfrentá-la inscreveu-se em dois concursos, um de praticante dos Correios e outro para a Secretaria do Ministério da Justiça. Em ambos tirou o primeiro lugar. Decidiu-se pelo Ministério da Justiça, onde ingressou como 3º Oficial, em 1904. Nesse mesmo ano, fez-se aluno da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, em que colou grau como Bacharel. Em 1919 prestou concurso para a recém-criada cadeira de Espanhol (pretendia fazer o concurso para a cadeira de Grego, mas, infelizmente, tinha sido ela extinta quando se preparava para a maratona dos exames) e, mais uma vez, obteve o primeiro lugar. Havendo sido desdobrada a cadeira de Português, requereu Antenor Nascentes a sua transferência para a vaga assim aberta, o que lhe foi justamente concedido (o ensino do Espanhol era facultativo). Isso lhe valeu alguns dissabores, pois não deixaram de aparecer os eternos maldizentes, que reclamavam outro concurso do jovem e já respeitado professor. A esses remoques respondeu Nascentes, com a altivez costumeira, em trecho substancioso da Introdução do seu *Dicionário Etimológico I*, que termina com este desafio: “Nada disto foi suficiente? Escrevo então este dicionário”. O *Dicionário* recebeu, em 1932, o Prêmio Francisco Alves, da Academia Brasileira.

Foi também Antenor Nascentes professor de curso superior, cadeira de Filologia Românica, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Filosofia, da Universidade Fluminense. Pertenceu a várias entidades culturais, como a Academia Brasileira de Filologia, a Academia Fluminense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico da cidade do Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Folclore. O seu gosto pela cultura levou-o ao domínio das artes: freqüentava concertos, tocava violino, apreciava a ópera, o *ballet*, o bom teatro. Era freqüentador assíduo das memoráveis temporadas artísticas programadas pelo velho Municipal. A curiosidade intelectual tornou-o quase um *globe-trotter*, pois queria conhecer o que o mundo possuía de mais belo, de mais característico, de mais humano, enfim.

A sua obra filológica e lingüística é vasta e de alto nível: ora didática, ora doutrinária, aqui erudita, ali literária. O leitor poderá ter uma idéia do que foi a operosidade desse notável patríf-

cio, percorrendo o elenco das principais obras que nos legou, publicado a seguir. Verá então que foi etimólogo, lexicógrafo, dialectólogo, romanista, exímio conhecedor da nossa portuguesa casta linguagem, mestre de gerações que, com ele, aprenderam as galas e as glórias do idioma. Em 1940, resolveu a Academia Brasileira retomar a iniciativa de um dicionário. Entregou a direção dos trabalhos a Antenor Nascentes a 10 de julho desse mesmo ano. Em 1943, a obra foi levada completa à Academia; mas só em 1967 veio a lume o valioso trabalho, em quatro volumes.

Pela extensão e categoria da obra que nos deixou, sob muitos aspectos ímpar em nossa bibliografia filológica, poucas pessoas mereceriam, como Antenor Nascentes, o galardão da Academia Brasileira. Infelizmente os vaivéns da sorte não permitiram que o alcançasse, nesta vida mortal. Mas, na imortalidade em que entrou, ninguém lhe poderá arrebatá-lo a cadeira 41 em que os pósteros o colocaram.

(Fonte básica: *Antenor Nascentes* (notícia biográfica), por Homero Senna. Em LITTERA, nº10, janeiro-abril, de 1974)

BIBLIOGRAFIA SELETIVA DE ANTENOR NASCENTES

- Ligeiras notas sobre redação oficial*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1914. Várias edições.
- Elementos de teoria musical* (em colaboração com José Raimundo da Silva). Rio de Janeiro, Casa Oliveira, 1917. Várias edições.
- Um ensaio de fonética diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol* (tese de concurso). Rio de Janeiro, 1919 (200 exs. fora de comércio).
- Método prático de análise lógica*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1920. Várias edições. A partir da 19ª ed. passou a chamar-se *Método prático de análise sintática*, para ficar de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, que é de 1960.
- Como evitar as silabadas em latim*. Rio de Janeiro, *Anuário do Colégio Pedro II para 1919, 1920*.
- Gramática da língua espanhola*. Rio de Janeiro, 1920. Foi até à 5ª ed. pela Companhia Editora Nacional, 1943.
- Método prático de análise gramatical*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921. Várias edições.
- O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro, Sússekind de Mendonça & Cia. 1922. 2ª ed. completamente refundida, Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953.
- Apostilas de Português*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1923.
- Tradução do teatro de Beaumarchais*. Rio de Janeiro, Garnier, 1923.
- O Idioma Nacional I*. Rio de Janeiro, Francisco Alves/Briguiet, 1926. Várias edições.
- O Idioma Nacional II*. Rio de Janeiro, Francisco Alves/Livraria Machado (depositários), 1927. Várias edições.
- Tradução de El buscapié*, atribuído a Cervantes. *Anuário do Colégio Pedro II*, 1927.
- O Idioma Nacional III*. Rio de Janeiro, Francisco Alves/Livraria Machado (depositários), 1928. Várias edições.
- O Idioma Nacional IV*. Rio de Janeiro, Francisco Alves/Livraria Machado (depositários), 1928. 2ª ed. 1933.
- Noções de Estilística e Literatura*. Rio de Janeiro, Francisco Alves/Livraria Machado (depositários), 1929. Este livro saiu em 1935 em 2ª ed., com o título *O Idioma Nacional V*, Francisco Alves/Briguiet, depositários.
- Os Lusíadas* (edição escolar). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930.

Dicionário etimológico da língua portuguesa, tomo I. Rio de Janeiro, depositários Livrarias Francisco Alves, Machado, J. Leite, Briguiet, Ind. do Livro, 1932.

Num país fabuloso (viagem aos Estados Unidos da América do Norte). Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1933.

América do Sul (viagens), 1937.

O Idioma Nacional (síntese dos volumes I, II e III). Rio de Janeiro, 1927. A última edição 4ª é a da Livraria Acadêmica, 1964.

Estudos Filológicos, 1ª série. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939.

A ortografia simplificada ao alcance de todos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940.

Dicionário de dúvidas e dificuldades do idioma nacional. Rio de Janeiro, 1941. 4ª ed. em 1962 pela Livraria Freitas Bastos.

Antologia espanhola e americana. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1941.

O problema da regência. Rio de Janeiro, Editora Freitas Bastos, 1944. 2ª ed. 1960.

Tesouro da fraseologia brasileira. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1945. 3ª ed. revista por Olavo Aníbal Nascentes, Nova Fronteira, 1986.

Léxico da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Rio de Janeiro, 1946.

Dicionário básico do português no Brasil. São Paulo, Martins Editora, 1949.

Dicionário etimológico da língua portuguesa, tomo II (nomes próprios). Rio de Janeiro, Depositários Livrarias Francisco Alves, Acadêmica, Livros de Portugal, S. José, 1952.

Música do Parnasso, de Manuel Botelho de Oliveira, tomos I e II. Prefácio e organização do texto por Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1953.

A glria brasileira. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1953.

Elementos de Filologia Românica. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1954.

Dicionário de Sinônimos. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1957. 3ª e última edição revista por Olavo Aníbal Nascentes, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

Nomenclatura gramatical brasileira, 3ª ed. (comentada). Rio de Janeiro, Acadêmica, 1959.

Laurindo Rabelo. Poesias completas. Coligidas e anotadas por Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963.

Fausto, de Goethe. Tradução, em colaboração com José Júlio Ferreira. Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1964.

Dicionário etimológico resumido. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1966.

(Fonte básica: “Cronologia das obras de Antenor Nascentes”, in *Tesouro da Fraseologia Brasileira*, 3ª ed. revista por Olavo Aníbal Nascentes, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986).

ARTIGOS

ANTENOR NASCENTES, O DIALECTÓLOGO

Silvio Elia

Antenor Nascentes foi, sabidamente, pioneiro dos estudos dialectológicos no Brasil. O seu *O linguajar carioca*, vindo a lume em 1922, constituiu-se num passo corajoso para o melhor conhecimento da realidade lingüística brasileira. Havia-o precedido de dois anos o excelente *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, com o qual se faz justamente datar o início da fase científica de nossa Dialectologia. Reconhece-o Antenor Nascentes, ao dedicar o seu estudo a Amadeu Amaral, “que no Dialecto Caipira mostrou a verdadeira directriz dos estudos dialectológicos no Brasil”.

O livro é materialmente modesto, 125 páginas, formato 13 x 18. A matéria está assim distribuída: *Prefácio*, *O dialecto brasileiro*, *Fonologia*, *Morfologia*, *Sintaxe*, *Léxico*, *Vocabulário*. Precede o trabalho uma *Bibliografia* e encerra-o uma *Observação*. A bibliografia é sucinta, pois as pesquisas dialectológicas entre nós praticamente inexistiam (quase sempre se limitavam ao arrolamento de termos regionais ou presumidamente tais), de forma que os títulos ou o eram das principais gramáticas da época (Alfredo Gomes, Lameira de Andrade, Maximino Maciel, Júlio Nogueira, Eduardo Carlos Pereira) ou procuravam selecionar o que de mais proveitoso já se fizera no setor língua portuguesa do Brasil. Daí a inclusão das obras de Solidônio Leite (*A língua portuguesa no Brasil*), Virgílio de Lemos (*A língua portuguesa no Brasil*), Paranhos da Silva (*O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*), Sousa da Silveira (*A língua nacional e o seu estudo*). Como trabalhos de cunho dialectológico ou afim, a *Esquise*, de Leite de Vasconcelos, o *Dicionário Gramatical*, de João Ribeiro, o capítulo VIII de *A poesia popular no Brasil*, de Silvio Roméro, em que o mestre sergipano se ocupava com as “Transformações da língua portuguesa na América” e, *last but not least*, *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral. Como obra de confronto, a *Réplica*, de Rui Barbosa.

Pondo de lado, provisoriamente, o capítulo inicial do livro sobre “o dialeto brasileiro” (a ele voltaremos, no final deste artigo), vejamos como o filólogo carioca descreveu a fala corrente de seu torrão natal. Dissemos “fala corrente” e, na expressão, queremos incluir primacialmente o uso *popular* da língua, pois é isto que deflui do termo *linguajar*. No entanto, a linha divisória entre o *familiar* e o *popular* é pouco nítida, como do próprio estudo de Nascentes se poderá verificar.

Nascentes não fez pesquisa de campo, pois então os métodos usados não incluíam inquéritos *in loco*. No entanto, procurou sempre viajar (andou perto de tornar-se um *globe-trotter*), para ter um conhecimento mais direto das variedades regionais brasileiras. Assim é que, na 2ª ed. do *Linguajar* (que chamaremos B), declara, a propósito da divisão que fizera das nossas áreas lingüísticas:

Quando eu fiz aquela divisão, havia percorrido pequena parte do nosso território.

Conhecia Minas, Espírito Santo, Estado do Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Recife, Bahia. (p. 23)

Na referida 2ª ed., apresenta outra distribuição, que assim justifica:

Hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuf, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade. (p. 24)

Por conseguinte, Antenor Nascentes, embora não se tivesse utilizado dos métodos da Geografia Lingüística, que tanto êxito apresentaram posteriormente, não fez pesquisa limitada-

mente bibliográfica, já que buscou entrar em contato direto com a nossa realidade lingüística. No que diz respeito ao “linguajar” carioca, pôs, nas seguintes linhas, a fundamentação da fidedignidade dos seus dados:

Filho de pais cariocas, nascido e criado no Distrito Federal*, de onde nunca nos retiramos por prazo excedente a um mês, achamo-nos por conseguinte na segunda hipótese (“pessoa inteiramente alheia às demais variedades do subdialeto” (carioca)) e nos cremos legítimo representante da fala genuinamente carioca. (p. 21 da 1ª ed.).

Esse trecho aparece assim modificado na 2ª ed.:

Filho de pais cariocas, nascido e criado no atual Distrito Federal (1953), considero-me um legítimo representante da fala genuinamente carioca e me senti habilitado a fazer o estudo dela, por isso e por não ter jamais sofrido influências estranhas. (p. 26)

Foi, portanto, o seu próprio informante**.

O capítulo dedicado à caracterização fônica da fala carioca intitula-se na 1ª ed. (que chamaremos A) *Fonologia* e na 2ª, *Fonética*. Isso pode parecer um retrocesso, mas tal não se dá. Quando Nascentes, em 1922, usou do termo “Fonologia” não tinha ele a mesma acepção que veio a ter depois da publicação dos *Grundzüge*, de Trubetzkoy, que datam de 1939, mas que de fato só passaram a ser difundidos nos países de língua românica com a tradução francesa de 1949, após o término da Segunda Guerra Mundial. E, entre nós, a concepção fonológica da Escola de Praga somente foi introduzida em 1953, com a *Fonêmica*, de Mattoso Câmara Jr.

O seu estudo não tinha sido feito, por conseguinte, com base numa descrição do sistema fonemático da fala carioca e sim consoante o processo então denominado “atomístico”. Por uma questão de probidade, mudou o título do capítulo. Note-se que o citado livro de Câmara Jr. traz a mesma data da 2ª ed. do *Linguajar*: 1953.

Começa Nascentes o capítulo por caracterizar de forma geral a pronúncia carioca, que qualifica como de “frouxidão, demora, sonoridade”, impressão que, diz, é a mesma que se recolhe em todo o país (A 23). Já na 2ª ed. reduz essa impressão a dois traços: *frouxidão e suavidade* (B 27).

Em A declara que “Os fonemas são por assim dizer os mesmos de Portugal” (23). Em B foi mais peremptório: “Os fonemas são os mesmos do português de Portugal” (28).

Passando ao vocalismo, salienta, tanto em A quanto em B, que “em relação à quantidade vocálica”, no Rio de Janeiro, como em todo o Brasil, não há o *e* brevíssimo que existe em Portugal. Ou seja, exemplificando, Br. *quêrer*, Port. *qu’rer*. Outra diferença apontada é a do *o* protônico: breve em Port., longo (em B “menos que longo”) no Rio de Janeiro: *môral* (RJ), *mural* (Port.).

Em relação ao timbre, salienta a inexistência no Rio de Janeiro de protônicas abertas: Br. *padeiro*, Port. *pàdeiro* (o fenômeno, como se sabe, ocorre no Nordeste brasileiro). Acrescenta que, no RJ, também não existem protônicas abertas quando seguidas de certos grupos consonantais, como *çç*, *ct*, *pç*, *pt*: *dirêção*, *dirêtor*, *excêção*, *adôtar* (RJ), diversamente do que se dá em Portugal: *dirêccão*, *dirêctor*, *excêpcão*, *adôptar*.

Esse fato tem sido um dos principais obstáculos à unificação ortográfica Brasil-Portugal. Suprimimos, sem muito critério, as tais consoantes mudas (que não são tão mudas assim e reparem com frequência em derivados ou cognatos. Cfr.: *exceção e excepcional*, *caráter e caracteres*, *fato e factual*, *ereção e erecto*, etc.); agora, porém, fica difícil restabelecê-las. Talvez se

* Entenda-se: a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República.

** A partir de agora, as citações da 1ª ed. serão precedidas pela letra A e as da 2ª, pela letra B.

pudesse tomar como regra suprimir apenas aquelas consoantes que não ocorressem em derivados ou cognatos. Destarte as consoantes “mudas” perderiam o seu valor diacrítico e recuperariam aquilo que é prerrogativa da sua própria natureza, ou seja, a articulação.

Passando às vogais tônicas*, salienta Nascentes a inexistência no RJ de *a* tônico fechado, a não ser diante de nasais. Portanto *cada* e não *câda*, *para* e não *pâra* (exceto em pronúncia afetada, observa Nasc.). O fato é, aliás, comum a todo o território brasileiro e aqui, mais uma vez, mestre Nascentes não evita um paralelo com o português de Portugal, o que é uma forma, de, por oposição, melhor acentuar as marcas distintivas do(s) falar(es) brasileiro(s).

A 1ª pess. do pl. do pres. do ind. e a 1ª do pl. do pret. perf., observa, pronunciam-se do mesmo modo: *amamos* (e não *amâmos*, como em Port. A 24 e B 29). Nascentes mantém a afirmação da ed. A de que na escrita se mantém o acento agudo; todavia, no Vocabulário Ortográfico de 43, já se suprimira esse acento. E, se o Acordo de 45 o restabeleceu, não foi o seu texto ratificado pelo Parlamento Brasileiro.

Nascentes objeta, com razão, que a pretendida distinção necessária desaparece nos verbos da 2ª e 3ª conjugações: *devêmos* (pres. e pret.), *partimos* (pres. e pret.). Logo não é tão necessária assim. Acrescente-se que os portugueses distinguem entre *dêmos* (pres. do subj.) e *dêmos* (pret. perf.).

Também, diante de nasal, o *o* tônico permanece fechado no RJ e em quase todo o Brasil (cita-se a área paulista como exceção): *Antônio*, *tônico* (e o mesmo para o *e*: *gênio*, *Romênia*). O recente projeto de acordo de unificação ortográfica eliminou drasticamente os acentos de todos os proparoxítonos; bastaria tê-los suprimido em casos como os acima, de ditongo crescente, na sílaba final, pois a sua situação “normal” é a de proparoxítonos, que, pois, podem dispensar a acentuação.

Ocupando-se mais detidamente das vozes nasais, diz Nascentes que “sofrem as mais arbitrárias transformações” (A 25, B 31). Ponderamos que as tendências atuais vão no sentido de reduzir ao máximo a dimensão da arbitrariedade. Labov, p. ex., introduziu a noção de “regra variável” (que vale como uma reinterpretação das conhecidas “leis fonéticas”) e cujo sentido pode ser mais bem apreendido nestas palavras de K. M. Petyt:

Mas onde há variação, que é geralmente “estruturada” (i. é, não é variação *livre*, mas decorrente de certos fatores lingüísticos e/ou não lingüísticos), uma regra variável se torna necessária. (*The Study of Dialect*. Londres, Andre Deutsch, 1980: 149)

O próprio Autor, que, na ed. A, alinhara uma série de “transformações arbitrárias”, diz na ed. B que o *a* passa para um *e* reduzido ou fechado, por influência “dos fonemas vizinhos”. Assinala que o *e* pretônico ou se conserva ou passa para *i* (alteração que também pode ocorrer em Portugal): *êrguer*, *êrrado*, a par de *pidir*, *piqueno*. Note-se que *pidir* é forma arcaica. Em Portugal, o fenômeno é mais geral: *irrado* (por *êrrado*).

Quanto ao *o* pretônico, ensina em A que é fechado e não surdo: *sofrer* e não *sufre*; mas assinala que no RJ pode também ser surdo e exemplifica com *cuzinha*. Em B, alarga a exemplificação: *culégio*, *curtina*, *cumer*. O fenômeno é normal em Portugal: *sumar* (*somar*), *vutar* (*votar*), *furmoso* (*formoso*), *portão* (*portão*). No RJ, é uma tendência, que não atingiu ainda as sílabas fechadas (o mesmo se poderá dizer quanto ao *e*): *cordeiro* (e não *curdeiro*); *porteiro* (e não *purteiro*); *herdeiro* (e não *hirdeiro*). *Curtina* por *corrina* é exceção; cfr. *cortar* e não *curtar*. Note-se que o étimo de *cortina* é controvertido.

Fala, a seguir, Nascentes no “horror ao proparoxítono”, o qual acarreta a síncope das áto-

* É claro que estamos fazendo um confronto somente entre os pontos mais característicos.

nas postônicas. Daí que a pronúncia popular de palavras como *cócega*, *música*, *árvore*, *xicara*, *abóbora*, *máscara* seja *cosca*, *musga*, *arve*, *xicra*, Saliente-se que, entre oclusiva e r, a queda da postônica é normal nos diminutivos: *chacrinha*, *xicrinha*, *abobrinha*.

No tocante à semivogal *i* (iod), Nascentes aponta a sua absorção pela consoante anterior: *histora*, *culejo*, *puliça* por *história*, *colégio*, *polícia*.

A tendência da língua foi para a metátese quando o iod era precedido de *r*; cfr. o sufixo *-ariu* que passou a *-eiro* através de *-airu*. Precedido de consoante velar (/k/ ou /g/), a tendência no latim vulgar foi para uma palatalização, de que resultaram os fonemas /s/ e /j/. Ex.: *facio*>*faço*, *fugio*>*fujo*. É o mesmo caso de *culéjo*, *licença*, *negóço*. Precedido de oclusiva, o iod da terminação *-io* desapareceu. Ex.: *limpidu*>*limpio*, arc. (cfr. esp. *limpio*), *turbidu*>*turvio*, arc. (cfr. esp. *turbio*), *viriu* (pelo cláss. *vitreum*)>*vidrio* (cfr. o esp.)>*vidro*, e também *limpo*, *turvo* (exemplos trazidos por Nascentes).

Quanto ao *u* semivogal (uau), é atraído ou absorvido, ensina Nascentes: *tauba* por *tábua*, *estauta* por *estátua*, *noda* por *nódua* (*nódoa*).

Convém observar que Nascentes em A usa da expressão *semivogal*, que, em B, substituiu por *semiconsoante* e já não escreve *i* e *u* e sim *y* e *w*.

Passa então a tratar dos ditongos.

Em *ai* assinala a redução antes de palatal: *caxa*, *baxo* e não *caixa*, *baixo*. Note-se que *baxo* é forma arcaica, ainda ocorrente nos *Lustadas*.

Em *au* aponta a sua transição para *ô*: *otoridade* por *autoridade*, *Ogusto* por *Augusto*, *omento* por *aumento*. Note-se que *eu* inicial também pode passar para *ô*: *Osébio*, *Oropa*, *Ogena* por *Eusébio*, *Europa*, *Eugênia*. Os exemplos são de nomes próprios, mas os comuns não estão isentos; cfr. *ocaristia* por *eucaristia*. Observa Nascentes em B que *Ogênia* (por *Eugênia*) é forma de latim bárbaro, pois aparece num título de venda transcrito por Leite de Vasconcelos, em *Textos Arcaicos*. E com base em Serafim da Silva Neto, in *Appendix Probi*, cita as seguintes formas em inscrições latinas: *Olalia* (*Eulália*), *Osevio* (*Eusébio*), *Odracia* (*Eudaxia*). A tendência, portanto, vem de longe.

O ditongo *-ão*, final e átono, reduz-se a *o*: *ôrfão*>*orfo*, *sótão*>*soto*, *Cristóvão*>*Cristovo*. Nascentes em A compara com as alterações que *sarampão* e *frangão* sofreram na língua portuguesa, ao passarem para *sarampo* e *frango*. Em A acentua *sarâmpão*, mas em B escreve *sarampão*, o que admite uma pronúncia oxítona. Se a palavra é aguda, como o étimo proposto – *sirimpione* – faz crer, então a explicação de que o termo tivesse sido tomado como aumentativo e daí se ter tirado um positivo *sarampo* é plausível; mas, esse caso, não teria havido a redução fonética de *-ão* para *-o*. Quanto a *frango*, de *franganu*, através de *frângão*, a redução fonética seria possível. A não ser que se admita uma pronúncia popular *frangão*, oxítona, e, nessa hipótese, poder-se-ia aceitar explicação similar à de *sarampo* por *sarampão*. Em relação a *Faro*, procede a palavra realmente da forma paroxítona *Fárão*, que ainda ocorre no *Cancioneiro Geral*. Como, aqui, não se pode partir de um aumentativo, fica a possibilidade de uma alteração meramente fonética. Dadas, porém, essas dificuldades e a exiguidade dos exemplos, cremos que, na espécie, não se pode falar em tendência antiga da língua.

A esses exemplos Nascentes acrescenta *bença* por *bênção* e explica bem a terminação *a* por *o*, por ser feminina a palavra.

Ao tratar do ditongo *-ei*, aponta a sua redução de *-ei* para *-e* antes de consoante, tanto em A como em B. E exemplifica com *bejo* (*beijo*) e *pexe* (*peixe*), consoantes palatais; em B, acrescenta *Almeda*, *mantega*, *quemar*, *reno*, *primero*, *peto*, *Neva*. Ainda não ouvi *peto* por *peito*, mas é bastante geral no Brasil *colheta* por *colheita*. *Pêxe*, como se sabe é forma arcaica, e Nascentes não deixa de lembrar, em rodapé, Camões, nos *Lustadas*, e Fr. Amador Arrais, nos *Diálogos*. Observa que, em *queimar*, *manteiga* e *teima*, a ausência do *i* está de acordo com a etimologia. A respeito dessas etimologias, note-se o seguinte: A primeira proposta para a etimologia de *queimar* foi a de prender essa palavra ao lat. *cremare*, que tem a mesma significação (cfr. catalão *cremar* e esp. *quemar*, sem o *i*). Mas, para explicar o *i* galego-português-leonês, Corominas su-

pôs cruzamento com uma forma *kaïma* do grego bizantino, no sentido de “queimadura”, forma introduzida na Pen. Ibérica pelos médicos do Império do Oriente, de onde um possível *caimare**. *Manteiga* é de origem controversa, provavelmente pré-romana, segundo Meyer-Lübke, que supôs um *mantaica*. *Teima* tem sido ligado ao gr. *thema* “assunto de uma conversação”; para o *i*, Spitzer lembra *freïma* (de *phlegma*), “inflamação”, anteriormente *fleïma* (cfr. *fleimão* e *freimão*) e *amorreïma* (também *alnorreïmas*) “hemorróidas”, como bases analógicas. Curioso que, do mesmo *phlegma*, tivemos *freïma*, no sentido de “impaciência” e *fleuma*, no de “serenidade”. Salienta Nascentes que a classe culta pronuncia levemente o *i* e, em B, acrescenta “mas os pedantes exageram-no” (p. 42).

Passando ao ditongo *ou*, diz Nascentes em A que “O ditongo *ou* em sua marcha evolutiva se reduz a *ô*” Esse trecho não foi reproduzido em B, onde o que está é o seguinte:

A forma *ô* representa um caso de aproximação do *u* ao *o*; trata-se de um caso de assimilação progressiva (R. de Sá Nogueira, *Boletim de Filologia*, I, 267, 268).

Alude em A à alternância com *oi*, que teria aparecido no séc. XVI e poderia ter-se originado na fala dos judeus, conforme sugere Bourciez. Essa consideração sócio-cultural desaparece em B, onde se diz que “Tal alternância, muito característica da fala portuguesa, não existe no Brasil” (p. 44). Em A admitira ser ela “relativamente rara nas classes cultas” (p. 31). Em B, afirma que, no Rio de Janeiro, como em todo o Brasil, diz-se, p. ex., *dois, coisa, toicinho, ouro, louro*, etc., mas que os pedantes, por lusitanismo, pronunciam *dous, cousa, toucinho, oiro, loiro*, etc. (p. 44). Poderia ter acrescentado, como fez para o *ei*, que o *u* é levemente pronunciado entre as pessoas cultas (e não somente pelos professores de Português, que, afinal, são os mestres que formam as classes cultas nos padrões da língua portuguesa). A respeito de *oi*, lembra, somente em B, que no RJ (como, aliás, em todo o país), *oito e dezoito* são pronunciados com o tônico fechados (em Portugal, *dezoito*).

A parte referente aos hiatos aparece razoavelmente aumentada em B. Em A apontam-se apenas três casos: a) *ie* passando para *ia* (como em *sociadade* por *sociedade*); b) *oa* pronunciado como *oua*, com alargamento da vogal em ditongo (como em *boua* por *boa*); c) redução do *oa* átono de *Joaquim*, pronunciado *Jaquim*.

Em B, desenvolve um pouco mais a aproximação com *piadade* e com *apiadar-se*, forma paralela de *apiedar-se*, de uso clássico. *Piadoso* está nos *Lustadas*. A propósito de *oa > oua* (ou *owa*), alude Nascentes “ao levantamento de uma barreira, com a criação de fonema adventício que não pode deixar de ser de natureza consonântica” (45). E na pág. seguinte, ajunta que “O fenômeno tem certa intensidade no Rio de Janeiro”. Como prova, aduz rimas de Raimundo Correia (nascido no Maranhão, mas que passou parte da infância no Estado do Rio de Janeiro), como *leoa* com *deixou-a*, *garoa* com *aglomerou-a*, *escoa* com *amou-a* (que, aliás, tanto pode pressupor pronúncias como *leoua*, *garoua*, *escoua*, que, correlatamente, exigem a manutenção da pronúncia de *ou* como ditongo em *deixou*, *aglomerou*, *amou*, como, ao contrário, pode fazer supor uma pronúncia menos cuidada *deixô*, *aglomerô*, *amô*, pouco provável num poeta parnasiano, ou ainda, terceira hipótese, ser um caso de rima imperfeita, menos provável ainda, pelo mesmo motivo). Em relação a c), repete o mesmo exemplo *Jaquim* por *Joaquim* (admitindo ainda *Zaquim*).

Vejamos agora as consoantes.

Nascentes estuda primeiro as consoantes simples e depois as agrupadas (em A) ou ligadas (em B).

As consoantes simples apresenta-as em ordem alfabética. Eis as principais observações:

O /b/ jamais se confunde com /v/, como em Portugal. Ajuntemos que há alguns poucos

* *Étimo aceito por Nascentes no Resumido.*

casos de oscilação, mesmo entre nós: *covarde e cobarde, vóbora e bibra, bravo e brabo*. Para o dialeto caipira, A. Amaral registra, entre outros, *bassora e vassora, berruga e verruga, bespa e vespa*. Também se ouve *barrer por varrer*. É aliás o que Nasc. vai observar adiante, ao tratar do /v/ inicial.

Quanto ao /c/, há casos esporádicos de passagem a /g/: *guspe por cuspe, gosmético por cosmético* (pouco comum).

Quanto ao /l/ final, salienta Nascentes a sua vocalização na pronúncia semiculta. É o que está em B; em A, não se refere ao fenômeno. Diz em B que é pronunciado levemente pela classe culta e que os pedantes exageram essa pronúncia. Atualmente, a tendência para a vocalização se está generalizando. Parece, pois, que, em 1922, o fenômeno ainda não despertava a atenção do dialectólogo, mas que, em 1953 (trinta anos depois), já era mais sensível; essa tendência só tem feito agravar-se. Eis aqui um ponto da pronúncia brasileira que nos parece negativo, pois desfonologiza a oposição -l e -u finais, com evidente dano à clareza da mensagem (cfr. *mau/mal*). Seria salutar uma reação da escola nesse sentido, mesmo porque tal vocalização não é pan-brasileira e a articulação consonantal do /l/ pós-vocálico subsiste em estado latente (*as ma-la-madas*, fonética sintática; *Brasil/brasileiro*, derivação).

Também pode dar-se a queda do -l: *bala de mé por bala de mel*.

Em B, Nascentes se ocupa com o l palatalizado (/lh/), o que não está em A. O fenômeno corrente é a redução do /lh/ a /y/, como em *fôia por folha*, fenômeno que Nascentes atribui à influência afro-índia, pois, diz, nas línguas indígenas e africanas não havia o fonema /lh/. A contraprova seria a permanência do /lh/ em Portugal, mesmo nas classes incultas, que estiveram imunes à dita influência afro-índia. No entanto, o próprio Nascentes aponta “igual fenômeno” em várias línguas românicas e até não românicas. Pode haver também uma despalatalização e o /lh/ reduzir-se a /l/, como em *mulé* concorrendo com *muyé*, língua vulgar, e *filinho, velinha, folinha* (*filhinho, velhinha, folhinha*), linguagem coloquial.

Quanto ao /r/ final, diz Nascentes em A que sofre queda, mas que a classe culta o pronuncia levemente. O mesmo ensina em B, acrescentando que os pedantes exageram na articulação desse /r/. Aqui se pode repetir a observação feita a respeito da vocalização do -l final pós-vocálico: há tendência, mesmo entre as pessoas cultas, para a não articulação dessa consoante em posição final: *amã, devê, parti*. O Prof. Anthony J. Naro, numa pesquisa que fez a respeito, observou que a apócope é mais sensível nos verbos do que nos nomes. De fato, entre as pessoas cultas se ouve a pronúncia “leve” a que se refere Nascentes: *mar, calor, prazer e não má, calô, prazê*. Cfr. a fórmula: *Pra-zê-rem-co-nhecê-lo*. Em B ajunta Nasc. que tal apócope, no Brasil e na América Espanhola, tem sido atribuída à influência africana.

No respeitante ao /s/, o caso mais relevante é o da posição final. Tanto em A como em B, Nasc. assinala o fenômeno da queda. Em A dá o exemplo *ourives > ourive*, exemplo que suprime em B. Em A também declara que tal fenômeno tem repercussão na Morfologia, observação que suprime em B. Estamos de acordo com as duas supressões: o que nos parece é que a supressão do /s/ no plural não é um fenômeno puramente fonético e sim um caso de economia da linguagem, pois se evita a redundância na marcação do plural. Esse o ponto de partida para a queda do /s/ final.

Quanto ao /t/ e ao /d/, registra Nascentes a pronúncia palatalizada (que gera uma africana), antes da vogal palatal. Trata-se de pronúncia corrente no Rio de Janeiro: *djia* (*dia*), *noitxe* (*noite*), *sétxi-i-meia*, etc. Já não há como corrigir essa pronúncia, uma das fontes principais do desentendimento oral entre brasileiros e portugueses.

Passando às consoantes agrupadas, salienta Nasc. a passagem da líquida /l/ à vibrante /r/ nos grupos de oclusiva mais /r/: *broco* (*bloco*), *crube* (*clube*), *frô* (*flor*), *ingrês* (*inglês*). Essa alteração é tão espontânea, que leva à perda do senso da oposição distintiva /l/ x /r/. Ainda que o falante ouça o interlocutor articular *bloco*, repete *broco*. E isso é possível até entre pessoas alfabetizadas. Nasc. aventava, em B, para o fenômeno, a possível influência de um substrato tupi, pois, diz, essa língua indígena não tinha *lê* mas possuía *rê* brando (como em *caro*). Descarta a in-

fluência africana, porque o negro de Angola tinha dificuldade de articular o /r/ português, substituindo-o justamente por /l/ (p. 54): *era* > *ela*. Outra hipótese, também levantada por Nasc. é a de uma tendência da língua, a que chama “degenerativa”: lat. *blandu*, port. *brando*; lat. *flaccu*, port. *fraco*. Dirá ainda que o caso deve ser visto à luz da Fonologia. De fato, a oposição /l/ x /r/ é, em ptg., isolada, sendo, pois, de fraco rendimento. O /l/ também passa a /r/ quando seguido de consoante: *marvado* (*malvado*), *farta* (*falta*), *mardito* (*maldito*), *argum* (*algum*), etc. Acrescentemos que esse /r/ ainda pode vocalizar-se numa palatal: *Albino* > *Arbino* > *Aibino*; *desculpa* > *discurpa* > *discuipa*. Cfr. *carne* > *caine*.

O grupo -*sr* precedido de vogal nasal perde a nasalização (B 59): *Costantino* (*Constantino*), *istrumento* (*instrumento*), *istante* (*instante*), *istituto* (*instituto*). Trata-se de tendência antiga na língua. Cfr.: *monstrare* > *mostrar*.

Caso muito comum é o desfazimento de grupos consonantais ditos impróprios por meio de uma vogal epentética, pronúncia que se ouve também na boca de muitas pessoas cultas: *adevogado* (*advogado*), *pissicologia* (*psicologia*), *penêu* (*pneu*), *praguimática* (*pragmática*), *adiquirir* (*adquirir*), etc. A vogal suarabática pode ser *e* ou *i*, distribuição que Mattoso Câmara Jr. explicou por harmonização vocálica (BF do RJ, nº IX).

A seguir expõe Nasc. vários casos de alterações fonéticas atribuídas aos chamados *metaplasmos* (prótese, epêtese, suarabácti, paragoge, aférese, síncope, apócope, metátese, assimilação, dissimilação, nasalização, palatalização, despatalização), vários dos quais já foram vistos. Registremos aqui alguns casos de metátese, como: *areoplano* por *aeroplano*, *açalpão* por *alçapão*, *bicabornato* por *bicarbonato*, *cardeneta* por *caderneta*, *estauta* por *estátua*, *largatixa* por *lagartixa*, *sastifeito* por *satisfeito*, *tauba* por *tábua*.

A correta posição do acento tônico gera muitas dúvidas, não só na língua popular, mas também na culta. Alguns exemplos:

Azafama (por *azáfama*), *gratuito* (por *gratuito*), *interim* (por *ínterim*), *orquidéia* (por *orquídea*), *rúbrica* (por *rubrica*). *Ruím* (por *ruim*) é hoje pronúncia generalizada. *Hipódromo* por *hipódromo* praticamente já não existe, devido às transmissões de rádio e televisão, que difundiram a boa pronúncia.

Ao final da exposição sobre os fatos de natureza fonética, refuta Nasc. com razão (em A, mantido em B) a opinião de Solidônio Leite, que atribuía vários fenômenos do falar brasileiro aos contatos com os dialetos indo-portugueses, onde os mesmos fenômenos podem ser observados, e isso em razão do intercâmbio oral entre gente de Goa, Damão e Dio e tripulantes brasileiros de embarcações que andavam à escravatura por Ásia e África.

Passando à Morfologia, chama logo Nasc. a atenção para a perda das flexões de número: só o determinante toma o *s* indicativo de pluralidade. Ex.: *Os menino engraçadinho*. Certas palavras muito empregadas no plural e começadas por vogal tendem a fixar o *s* (pronunciado *z*) do plural em seu início: *meu zóio* (*meus olhos*), *dia de zano* (*dia de/dos anos*). Os nomes em -ão tendem a uniformizar o pl. em -ões: *cidadões*, *irmões*, *tabeliões*. O feminino corrente de ladrão é *ladrona* e não *ladra*.

Em relação aos graus dos adjetivos, Nasc. põe em destaque a preferência pelos comparativos analíticos, que leva a formações pleonásticas, como *mais mió* (*mais bom* não se diz), *mais pió* (*mais mau*, idem), *mais maió* (*mais grande*, idem). *Mais pequeno*, usual em Portugal, pode ouvir-se; mas a forma popular é quase sempre *mais menó*. Em B, junta Nasc. documentação para demonstrar que as formas analíticas *mais grande*, *mais bom* e até *mais melhor* encontram-se em autores portugueses, arcaicos e clássicos. Como formas sintéticas de superlativos que o povo conhece, alinha *Santíssimo* (nome de uma estação ferroviária e integrante da expressão eclesiástica *Santíssimo Sacramento*), *grandíssimo*, usado em fórmulas de insulto, e *coisíssima*, superlativo de subst. comum, encontrado quase sempre acompanhado do indefinido *nenhuma*.

Sobre os numerais pouco há que dizer. Em geral, os ordinais não são usados; em seu lugar vêm os cardinais. No máximo, o povo vai até *décimo*; mas o mais comum é dizer mesmo *o nove*, *o dez*. A respeito de *vigésimo* (ordinal por fracionário, como observa Nasc. em B), diz o autor do

Linguajar que o seu uso decorre de ser fração do bilhete de loteria (que contém vinte unidades). Nesse sentido já se empregou *gasparinho*, que me parece ter caído em desuso. A origem do termo, Nasc. explica-a no *Vocabulário* de B: “fração de bilhete de loteria, autorizada pela primeira vez pelo ministro Gaspar da Silveira Martins”.

No tocante aos pronomes, ao tratar dos pessoais, observa Nasc., como não poderia deixar de ser, o uso generalizado de *você* (*vancê, ocê*). *Tu* tem emprego enfático e despectivo: *Tu vai ver quem sô eu*. Salientou muito bem a extensão do reflexivo *se* da 3ª pessoa às demais: *Nóis se zangô c’ele, Tu já se casô?* Fora de expressões religiosas estereotipadas, o tratamento de *vós* desapareceu. Salienta a indistinção entre os demonstrativos *este e esse* (em B). Também somente em B refere o mau uso do relativo *cujo*: *Comprei umá casa, cuja casa...*

Com relação ao verbo, o fenômeno mais importante a notar é a perda das flexões: só há oposição entre a 1ª e as demais pessoas: *eu amo, tu ama, ele ama, nós ama, eles ama*. No pret. perf., a terminação *-ram* de 3ª pess. do pl. reduz-se a *-ro*: *amaro, comero, saíro*. O mais-que-perfeito simples está quase esquecido; sobrevive em certas expressões exclamativas: *tomara! pudera! quem me dera! quem haverá (por houvera) de dizê!* Os verbos com *ei e ou* na penúltima sílaba reduzem esses ditongos a *ê e ô*, e passam a seguir a conjugação de verbos como *e e o* fechados na penúltima sílaba: *penêro (e não peneiro), róbo (e não roubo)*. Mas, em relação a *ei*, o fenômeno não é geral; cfr.: *cheiro (ou chêro) e não chêro*. As observações sobre os verbos irregulares são numerosas e estão acrescidas em B; mas, em muitos casos (*pasmo* por *pasmado*, *pôde* por *pude*, *entreti* por *entretive*), as formas condenadas podem-se ouvir mesmo da boca de pessoas cultas). O próprio Nascentes, nessa parte da Morfologia, refere-se freqüentemente à fala das pessoas semicultas. É assunto para apreciação mais demorada. Mas há um ponto a respeito do qual desejamos fazer pequeno comentário. Trata-se da explicação sobre a origem da forma popular *vim*, do infinitivo, em lugar de *vir*. Nascentes assim a vê: “A forma *vim*, do infinitivo, tem base no arcaico *viir*, com til no primeiro *i*, escrito *viinr* em Fernão Lopes, Crônica de D. João I, I, cap. IX” (B 108). Em A, a explicação era outra: “com a nasal que aparece em toda a conjugação quase” (57).

Confessamos que nos parece difícil de aceitar a conservação de tal arcaísmo no linguajar carioca. Do infinitivo *vir* deveríamos ter regularmente *vi*, com a queda do *r* final. A nasalação deve ser posterior, e não é de afastar a explicação de A, pelo eco das muitas formas com vogais nasais. Em particular, a 1ª pess. do sing. do pret. perf., que é exatamente *vim*. Essa forma, de uso freqüente, devia perdurar na memória do falante de pouca instrução, ao pretender empregar o infinitivo. Demais a nasalação de um *i* tônico final, como se sabe, é tendência da língua, desde o monossilábico *si* na sua passagem para *sim*. Outros exemplos: *amendoim* (palavra de origem túpica, que tem por antepassado mais próximo as formas *mendobi ou mendubi*), *rubim* por *rubi*, *sagüim* por *sagüi*.

No capítulo das preposições, pouca coisa há que apresentar. Nasc. destaca *intê por até* (Em B aponta a sua existência em Portugal) e a contração da expressão *por amor de* em *prumode*.

Na relação dos advérbios, não há muita coisa de especial: *despois*, um arcaísmo, *tombém ou tamém* (forma esta que ocorre igualmente em Portugal, onde se nota a assimilação *mb ~ mm > m*, normal no castelhano), *simbora por embora* (*vou simbora*, decorrente de uma aglutinação: *foi simbora*). Diz Nasc. em B que “O povo quase não emprega advérbio em *-mente*” e que prefere usar o adjetivo que lhe corresponde. Talvez porque, um tanto longos, sejam sentidos como pouco expressivos. Alude ainda ao *mais* por *já* (*Não chove mais* por *Já não chove*) e às formas diminutivas de muitos advérbios: *agorinha, cedinho, pertinho, devagarinho*. Atualmente generalizou-se o *rapidinho*. Mais como gíria da juventude do que forma popular é o uso impróprio semanticamente da locação *de repente*, mesmo quando não se trata de alto inesperado. Ex.: “De repente desisto do passeio e volto a estudar”. Notei outrossim a falta do popular *onte-onte* por *ante-ontem*.

No tocante às conjunções, também não há muito que respirar: *mas porém* (outro uso arcaico), *de formas que, de maneiras que* (nas classes semicultas).

Interjeição, menos ainda. Ao quase nada que Nasc. coligiu podemos acrescentar duas interjeições muito em uso atualmente, em formas de cumprimento: *ô!* de saudação e *ciao!*, de despedida.

Quanto à *Formação de palavras* e ao *Léxico*, é matéria de que trataremos em outra oportunidade. À parte sintática, porém, faremos algumas observações.

De início tece Nascentes breves considerações de caráter geral, expostas em A e mantidas em B. Diz, p. ex., que “o que hoje é considerado errôneo, daqui a séculos será uma linguagem castiça onde por sua vez novos solecismos hão de surgir porque, embora daqui até lá talvez não haja mais analfabetos, sempre haverá uma classe que fale bem e outra que se exprima menos bem” (A 61; B 119). Em A destacava por pioneiros, dentro os que se teriam dedicado mais à sintaxe, a José Jorge Paranhos da Silva e Antônio Mauro. Em B suprimiu-se esse parágrafo.

Na sintaxe do substantivo e do adjetivo pouco respiga. Salienta apenas o comparativo redundante de *mais maiô*, *mais piô*, para o qual vê um equivalente na língua culta em *mais superior*, *mais inferior*.

Quanto à sintaxe do pronome, diz nela encontrar farta messe.

O pronome reto da 3ª pess. (*ele, ela, eles, elas*) na função de objeto direto não poderia deixar de ocupar a boca da cena. De fato, o fenômeno já vem do português arcaico, como salientou Sousa da Silveira. Nascentes cita ainda um passo da *Réplica*, de Rui, onde chovem exemplos do quatrocentista Fernão Lopes. Em B desenvolve mais a questão. Diz que o fato chamou a atenção dos filólogos portugueses, e cita Júlio Moreira, nos *Estudos*, e Leite de Vasconcelos, na *Esquise*. Prefere, porém, a opinião de Amadeu Amaral, manifestada no *Dialeto Caipira*, de que o fenômeno brasileiro é independente do europeu e, como tal, não mantém relação de continuidade com o passado. Rechaça a opinião de Oskar Nobiling, in *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*, de que o emprego de *ele* acusativo no ptg. arc. era enfático, o que não se dá no português-brasileiro, e assim argumenta:

Para que o emprego brasileiro fosse um arcaísmo, seria necessário que estas formas enfáticas fossem dominando na linguagem a ponto de sobrepujar em número as formas comuns e isto precisamente não se deu. (B 124)

Quando Nascentes fala em “dominando na linguagem”, tem em vista obviamente a “linguagem portuguesa”.

Contesta Nascentes também a Paiva Boléo, que, em seu *Brasileirismos*, viu a construção brasileira como uma redução de frases como “*leve-a a ela*”. É que, como observa Nascentes, tais construções não são (e creio mesmo que nunca foram) correntes no Brasil.

Quase da mesma opinião de Paiva Boléo é Giovanna Aita, que, em artigo “*Il portoghese del Brasile*”, vindo a lume em *Cultura Neolatina*, vê a construção brasileira como resultante da queda da preposição *a* em frases como *vi a ela*. Inaceitável pelas mesmas razões, sublinha Nascentes.

Eduardo Carlos Pereira, em sua *Gramática Histórica*, assume uma posição eclética, como a classifica Nascentes. É a seguinte:

A pronúncia do pron. oblíquo *o, a, os, as* é muito pouco nítida, de onde ambigüidades como: *vi-o e viu, eu o vi e eu ouvi*. Então o povo, movido pelo imperativo da clareza, por instinto ou atavismo, lança mão do uso arcaico do pronome reto.

Como a pronúncia obscura do pronome átono é a mesma em Portugal e no Brasil, segue-se que a explicação peca pela base, porque idênticas ambigüidades devem existir tanto lá quanto cá. Seria, pois, até mais natural que os portugueses se desvencilhassem do embaraço, apelando para a continuidade do uso arcaico. Na verdade, o uso do pronome reto em função de complemento direto é corrente em todo o Brasil, quer nas classes cultas, quer nas populares. É até assim que se exprimem as personagens das novelas televisivas, ainda quando pertencentes à classe alta. Por isso Nascentes não se pejou de afirmar:

Confesso que na linguagem familiar não falo de outro modo, mesmo porque sinto um tom pouco brasileiro no emprego dos pronomes átonos *o, a, os, as*. (B 127)

Esse trecho não consta em A.

Sobre o problema, convém ler de Mattoso Câmara Jr. o estudo “Ele comme un accusatif dans le portugais du Brésil”, publicado primeiramente no vol. I da *Miscelânea Homenaje a André Martinet* e depois reproduzido, em tradução portuguesa, nos *Dispersos*.

Outro emprego, que Nascentes em A chama “brasileirismo”, mas, em B, com mais propriedade, “comum também, no Rio de Janeiro”, é o de *lhe* como objeto direto: *eu lhe vi*. A explicação do Dr. Paiva Boléo, que Nascentes recusa, é a de que, assumindo *lhe* a função de objeto direto, *o, a, os, as* tenderam a desaparecer; a clareza tendia a eliminar o pronome que tinha semelhança com o artigo. Nascentes, porém, argüi que *o, a, os, as* já haviam desaparecido, de modo que *lhe* ficou sozinho em campo. No seu entender, *lhe* permaneceu por analogia com *me* e *te* como acusativos. Contudo é bom lembrar, como fez Sousa da Silveira (e Nascentes se reporta ao fato em A e B), que no português clássico houve muita hesitação entre *o* e *lhe* para complemento de certos verbos (*igualar, obedecer, resistir, perdoar, socorrer*). Mas, como pondera Nascentes em A, não há necessidade de recorrer à continuidade da sintaxe antiga para explicar o fenômeno. Cumpre, aliás, notar que *lhe* se usa como objeto direto em relação à pessoa com quem se fala e *ele*, para a pessoa de quem se fala. É que, tendo sido *o(s), a(s)* substituídos por *ele(s), ela(s)*, pronomes da pessoa de quem se fala, ficou vago o lugar correspondente à pessoa com quem se fala, que foi preenchido pelo pronome *lhe* (a analogia pode ter concorrido para isso). A função de dativo passou a ser exercida, além de *lhe* por *a ele ou pra ele*. Não há dúvida de que assim a língua portuguesa ganhou em clareza, pois construções como *Eu o vi ontem na Cinelândia* são ambíguas (tanto podem referir-se à pessoa com quem se fala como à pessoa de quem se fala). Nascentes lembra, com razão, o fenômeno do *leísmo* em espanhol, onde o pronome *le* (equivalente ao nosso *lhe*) pode exercer a função de objeto direto, quando se refere a pessoas do gênero masculino.

Quando o pronome pessoal é sujeito do infinitivo de verbos dependentes dos auxiliares modais *deixar, mandar, fazer* e outros como *ver* e *ouvir*, pode-se dizer que, em todo o Brasil, é geral o uso da forma reta e não oblíqua do pronome pessoal: *manda ele sair, deixa eu dormir*. É que todos sentimos af o pronome como sujeito do infinitivo e não como objeto direto do auxiliar.

Nascentes ocupa-se ainda com formas inaceitáveis na gramática da norma culta, ou seja, frases do tipo *Isto é para mim fazer*, em vez de *para eu*. É evidente que o povo sente o *para* como regente do pronome e não de toda a oração infinitiva, como realmente é o caso. Entretanto esse fato, detectado na área carioca por Nascentes e na área caipira por Amadeu Amaral, segundo Mário Marroquim, é desconhecido no Nordeste (1934: 175).

Ocupa-se também Nascentes com o uso de *si* e *consigo* sem valor reflexivo e em relação à pessoa com quem se fala. Em B, o tema vem tratado com mais desenvolvimento, mas a conclusão é a mesma. Em A dizia Nascentes que construções que tais são correntes, mais em Portugal que no Brasil (p. 68), mas em B restringe o emprego às classes semicultas. Observa que os gramáticos brasileiros, via de regra, condenam a construção, exceto E. C. Pereira (*Gram. Exp.*), que vê até vantagem nessa prática quando o sujeito é da 1ª pessoa. Todavia, como salienta o próprio Nascentes, Mário Barreto, em *De Gramática e Novíssimos*, defende-se por haver traduzido a frase francesa “avoir une explication avec vous” por “ter uma explicação consigo”, carreado exemplos de Camilo, é verdade que em linguagem familiar dos personagens. Também Otoniel Mota observa que tal emprego é igualmente de uso no Brasil, não só na fala do vulgo (melhor seria dizer, com Nascentes, dos semicultos), mas dos próprios homens de letras, em estilo epistolar. Exemplos clássicos, aduzidos por Otoniel Mota e Leite de Vasconcelos, Nascentes não os aceita, por não ocorrerem em interlocução. Cita então duas passagens de Herculano, onde aparece *si* na interlocução. Contudo a sua opinião é a de que “É escusado querer filiar ao latim ou aos escritores antigos um fenômeno de que só aparecem formas reais no século XIX” (B 135). Na

sua opinião, trata-se de um caso de analogia sintática. Quer dizer, tipos de concordância como *você... seu*, teriam levado a *você... consigo*. Note-se que, em latim, *suus* também era reflexivo, mas deixou de sê-lo em português. O mesmo está acontecendo com *si e consigo*. Demais há casos em que *si e consigo* referem-se à pessoa com quem se fala, mas se usam “corretamente”, pois têm valor reflexivo: Ex.: “Meta-se consigo!”. Outro aspecto do problema é o seu valor como forma de tratamento: *com você* é muito coloquial; *com o Sr.*, cerimonioso; a “saída” é apelar para o *consigo*. Nascentes traz ainda, em B, à colação, pareceres de vários estudiosos, como o Dr. José Maria Rodrigues, Said Ali, Leo Spitzer, Jorge Daupias, J. J. Nunes, Agostinho de Campos, Rodrigues Lapa, Holger Sten, Harri Meier. Até o estilo indireto livre, a *erlebte Rede*, foi invocado para dar conta de tão intrigante emprego... Apesar de tudo, a conclusão de Nascentes não mudou:

Não houve sobrevivência de nenhuma regra românica porque a sintaxe é moderna, datando do século XIX, como demonstramos.

Nada tem com a “erlebte Rede” porque ela brotou espontaneamente no discurso direto.

Logo, escusa de procurar raízes românicas nem conexão com o estilo indireto livre.

A solução está mesmo na analogia. (B 141)

Passa Nascentes a seguir a tratar da “magna questão da colocação dos pronomes átonos”, onde, como diz é grande a divergência entre o falar brasileiro (e não só carioca) e o de Portugal. Em A manifestou esta opinião: “O melhor ponto de vista nos parece ser o de Said Ali, que explica o caso por uma questão de fonética” (69-70). Em B, modifica um pouco a sua posição: “Os melhores pontos de vista sobre a questão parecem-nos os de Said Ali e Silva Ramos” (143). Na verdade, ambos são concordantes: o trabalho de Said Ali foi publicado primeiro na *Revista Brasileira* (1895), depois incluído nas *Dificuldades da língua portuguesa* (1ª ed. 1908); o estudo de Silva Ramos pode ler-se em *Pela vida fora...* (1922). A concordância está em se deslocar o problema do campo da Sintaxe para o da Fonologia. De Said Ali, p. ex., é esta afirmação:

Fundando-se ela (a colocação portuguesa) na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica a pronúncia.

E, quanto a Silva Ramos, pode-se ler isto, transcrito em Nascentes:

Ora, tentar reduzir o ritmo, o número, a cadência da linguagem brasileira ao ritmo, ao número, à cadência da linguagem (portuguesa) é irracional empreendimento. (B 146)

João Ribeiro foi outro que assumiu idêntica posição. Em *Cartas devolvidas*, 137, disse isto: “A questão do pronome é toda prosódica, e desse caráter prosódico é que deriva a construção sintática”.

Lembra ainda Nascentes que Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo, Renato Mendonça atribuem a colocação brasileira à influência africana. A isso objeta Nascentes:

Se tais conjecturas fossem baseadas em estudos feitos sobre o ritmo nas línguas africanas, seriam admissíveis sem contestação, mas de fato não o são. (B 149)

Nascentes admite, porém, uma influência indireta afro-índia: o substrato índio e o superstrato africano teriam desmantelado a cadência lusitana (o que, reconhecamos, é admitir um ritmo afro-índio diferente do ritmo lusitano). A conclusão de Nascentes, que é também uma recomendação, é a seguinte:

O que devemos fazer é suprimir das nossas gramáticas* este emaranhado de regras dificultosas**, inúteis, inoperantes. (B 150)

Outra construção, que não é só pan-brasileira, mas que ocorre também em Portugal é a de frases ditas passivas pronominais, com verbo no singular e “sujeito” no plural: *Vende-se casas, aluga-se pianos*. Nascentes pondera, com justa razão, que aqui o povo caminha numa direção e as gramáticas em outra: Cita a respeito, em B, a opinião do filólogo português Rodrigues Lapa, que procura, em sua *Estilística da língua portuguesa*, dar ao fenômeno uma explicação de teor psicológico: confusão entre a construção reflexa e a passiva.

Pensamos também que já é tempo de dar guarida a tal construção na norma culta. Os gramáticos teriam de aceitar que um verbo transitivo admite a indeterminação do sujeito por meio do pronome *se* (o que já se dá com os verbos copulativos): “Quando *se* é feliz”.

Outra construção, que transborda das fronteiras nacionais (existe em espanhol, francês, italiano e até árabe), é aquela em que o pronome relativo *se* desdobra em conectivo + pronome, tipo *A casa que eu morei nela*. Uma variante ocorre com o uso de um possessivo, como nestes versos dos *Lusitadas*:

Desta o pastor nasceu *que* no *seu* nome

Se vê que de homem forte os feitos teve, (III, 22)

De onde se constata que o emprego também é literário.

Atualmente evita-se tal construção na norma culta, principalmente escrita; mas, na fala coloquial, é de uso.

Caso a que não podemos deixar de fazer referência é o de *ter* por *haver* impessoal. Como se sabe, o uso é geral no país e já atingiu o nível literário. Mais do que famosos são estes versos de Carlos Drummond de Andrade: “No meio do caminho *tinha* uma pedra”.

A melhor explicação para o fato parece estar mesmo na equivalência com o que ocorreu com o verbo *habere* do latim na passagem para as línguas românicas: esp. *hay*; fr. *il y a*, ptg. *há*. É o que também pensa Nascentes, tanto em A quanto em B. Mas em B foi mais explícito:

A substituição de *haver* impessoal por *ter* nada apresenta de espantoso. A significação primitiva de *haver* é *ter* (cfr. ital. *avere*, fr. *avoir*). *Haver* foi perdendo esta significação que depois do século XVII a perdeu de todo. Em compensação *ter* foi invadindo a esfera de *haver* a ponto de substituí-lo quase completamente na formação dos tempos compostos. Não admira que usurpasse também a função impessoal. (163)

Note-se, porém, que está em curso uma tendência contrária: a da *personalização de haver* no sentido de *existir*. Aliás, a sinonímia (*existir* é verbo pessoal) já é parte da explicação do fato. O uso pessoal vem da língua antiga. E chegou até o séc. XIX; Camilo, Eça, Machado, entre outros, como se sabe a praticaram. A reação gramatical, porém, conseguiu normalizar tal emprego.

Outro pecado coloquial dos brasileiros (não só dos cariocas) é o da mistura de tratamento. Usa-se, p. ex., o pronome da 3ª pess. (*você*, quase sempre), mas a forma oblíqua ou o possessivo que aparecem são, muitas vezes, da 2ª pess. Ex.: “Você quer me emprestar teu guarda-chuva?” Para Nascentes, que pouco desenvolve o tema, tanto em A quanto em B, isto “É um vestígio da vitalidade do pronome da segunda pessoa do singular” (A 74; em B 161, fala-se apenas em “um resto de vitalidade”).

“Os verbos de movimento são construídos com a preposição *em* e não com *a*: *Fui na casa* de José (A 81). “Verbos de movimento aparecem construídos com a preposição *em* e não com a preposição *a*, em todas as classes” (B 171). Também aqui o uso é nacional e não regional. Nas-

* No texto gramaticais

** No texto dificultosa

centes observa que “O fenômeno é tão brasileiro (sic) que o emprego de *a (...)* dá um tom lusitano à frase” (B 171). Eis mais alguns trechos de Nascentes em B:

Os verbos principais em que o fenômeno aparece são os dois exemplificados: *ir e chegar*. (171)

Muitos verbos de movimento eram construídos com *em* no português arcaico e alguns ainda o são até hoje: *sair, passar, saltar, tornar, volver*. (172)

O predomínio da construção com *a* junto de *ir* é de *chegar* em Portugal prova cabalmente que com estes dois verbos desapareceu a construção com *em*, a qual vem surgir no Brasil como um fenômeno novo. (173)

De fato, no Rio de Janeiro, é comuníssimo ouvir as construções *ir em, chegar em*. A expressão *chegar a casa*, p. ex., é praticamente inusitada; empregá-la provoca até estranheza. Já com o verbo *ir*, as pessoas cultas evitam, pelo menos a freqüência de um *ir no cinema, ir na cidade*.

A seguir, Nascentes estende, tanto em A como em B, a observação aos verbos *estar e sentar-se*. Mas, como de praxe, em B é mais detalhado. Observa então que dizer *estar à porta* (por *na porta*) ou *à janela* (por *na janela*) dá um tom lusitano à fala. Já em *sentar-se na mesa* (por *à mesa*) faz o reparo de que, nesse caso, o uso de *em* seria vexatório, porque “*na mesa... seria em cima da mesa, o que na realidade não se verifica*” (174).

Uma última observação. Trata-se do conhecido uso do verbo no plural concordando com um sujeito coletivo no singular, v.g., *o pessoal saíram*. Tal emprego, na norma culta, só se justifica em determinadas construções sintáticas e por motivos realmente estilísticos. Fora daí é solecismo.

Se nos detivemos nessa primeira contribuição dialectológica de Antenor Nascentes, é que constitui ela original impulso no sentido do melhor conhecimento da realidade lingüística brasileira. Mais de uma vez vimos Nascentes estender a praticamente todo o Brasil as observações que vinha fazendo sobre o falar carioca, quer ao nível coloquial, quer ao popular. É a confirmação daquela óbvia constatação de que tenho sido impenitente pregoeiro: a da notável unidade lingüística do Brasil, quer ao nível culto, quer ao popular. Outra conclusão é a do interesse de um estudo comparativo das duas edições do *Linguajar*, do qual emergiriam os novos aportes trazidos por Nascentes ao problema, bem como as alterações introduzidas em dados e interpretações, decorrentes dos progressos advindos no campo da Dialectologia.

Da década de 20 em diante, os avanços nos estudos dialectológicos deveram-se principalmente aos novos métodos da Geografia Lingüística inaugurados pelo lingüista suíço-francês Jules Gillieron, com o seu *Atlas Linguistique de la France*, 1902-1910. Com a irrupção da 1ª Guerra Mundial, 1914, terminada em 18, só na década de 20 é que os novos métodos puderam desenvolver-se. Entre nós, o Prof. Renato Mendonça, em seu livro *O português do Brasil*, 1946, foi um dos primeiros a divulgar os princípios da Geografia Lingüística. No meu livro, *Orientações da Lingüística Moderna*, 1ª ed., dediquei todo um capítulo ao novo método. Serafim da Silva Neto, nesse domínio como em muitos outros, verdadeiro animador e precursor, em seu *Manual de Filologia Portuguesa*, mais conhecido entre nós pela 2ª ed. de 1957, expôs com meridiana clareza e precisa competência, os objetivos e alcance da escola gillieroniana. Antenor Nascentes não passou ao largo desse novo enfoque do material dialectológico. Membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, promoveu, em 1954, a vinda ao Brasil do então maior conhecedor das pesquisas realizadas e em curso no campo da Geografia Lingüística, o professor romeno, mas na ocasião lecionando em Lovânia, Sever Pop. O curso não produziu os resultados esperados, comenta Nascentes, certamente porque ainda na década de 50, não havia sensibilidade no Brasil universitário para esse gênero de pesquisas. Nascentes, porém, não nos negou a sua contribuição. Para o futuro *Atlas Lingüístico do Brasil*, ainda hoje uma aspiração, preparou as *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. São dois opúsculos,

respectivamente com as datas de 1958 e 1961. No primeiro, sugere um Questionário e Pontos para o inquirido. No segundo, já apresenta uma série de perguntas com que preencher o Questionário e um elenco de palavras e expressões que poderão constituir lemas para as cartas. Não esteve, portanto, Antenor Nascentes afastado dos progressos da Dialectologia de seu tempo.

Em trabalhos esparsos, artigos, colaborações, ocupou-se Nascentes em muitas ocasiões com problemas dialectológicos. Sirvam de exemplo:

“El tratamiento de “señor” en el Brasil” (separata dos *Anales de la Facultad de Filosofia y Educación de la Universidad de Chile*, 1936).

“Português em boca de estrangeiros” (*Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali*, 1938).

Difusión de la lengua portuguesa en el Brasil (tradução e notas de Alarcón Fernández, publicada pela Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, 1944).

“Fórmulas de tratamento no Brasil nos séculos XIX e XX” (separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, III, 1950).

“A pronúncia brasileira da língua portuguesa” (separata da *Miscelânea Adolfo Coelho*, Lisboa, 1950).

“Etudes dialectologiques au Brésil” (separata de *Orbis*, tomo I, nº 1; tomo II, nº 2. Lovânia, 1952, 1953).

“Particularidades fonéticas do português do Brasil” (*Mélanges de Linguistique et de Philologie Romanes dédiés à la mémoire de Pierre Fouché*, Paris, Klincksieck, 1970).

Poremos, agora, como fecho desta panorâmica exatamente o capítulo inicial do *Linguar*. Trata-se de uma síntese muito criteriosa sobre a situação presente da língua portuguesa no Brasil. Foi das partes da 1ª edição do livro a que Nascentes menos retocou; pode-se até dizer que a deixou intata. Na 1ª ed. o capítulo intitulava-se *O dialecto brasileiro*; na segunda, passa a chamar-se *O falar brasileiro*. Na 2ª ed., Nascentes desdobrou em dois o referido capítulo inicial, no que andou muito bem. O primeiro é o citado *O falar brasileiro*, o segundo passou a ter o título: *Posição do linguar carioca no conjunto do falar brasileiro*. Iremos restringir-nos ao capítulo inicial: os outros já apreciamos.

O falar brasileiro reproduz, como dissemos, *O dialecto brasileiro*; apenas no ponto em que Nascentes fez o corte para dividi-lo, após ele pequeno acréscimo, cujo sentido iremos apreciar.

A designação de “idioma nacional” que Nascentes escolheu para caracterizar o português do Brasil nada tem de chovinista. Sabia muito bem o nosso dialectólogo que o falar brasileiro era simplesmente uma variedade atlântica do português europeu; nada, portanto, que justificasse a teoria de um rebento à parte seccionado da raiz latino-ibérica para aqui transplantada. Deixemos, porém, falar o Mestre (as transcrições são da 2ª ed.):

É fato por demais sabido que, mesmo dentro do próprio território, por diversas causas entre as quais sobressaem a lei do menor esforço e a necessidade de clareza da expressão, as línguas tendem a alterar-se. (9)

As principais causas destas alterações são de ordem etnológica e de ordem mesológica; só um apurado estudo pode fixá-las de modo preciso. (9)

Nem que fosse falada apenas por portugueses e seus descendentes puros, nem por isso deixaria ela de alterar-se graças às causas que apontamos acima; mas a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional. (9)

Como se vê, é praticamente simultânea a aprendizagem do português pelo índio e pelo negro. (10)

O afastamento da metrópole, a independência política e outras causas tornaram autônomo o português do Brasil. (10)

Aqui Nascentes introduz a famosa frase de João Ribeiro de que a língua nacional é essen-

cialmente a língua portuguesa, emancipada e livre nos seus próprios movimentos.

São do mais alto valor científico os casos de patologia lingüística apresentados pelos dialetos; têm mais importância do que as questões fúteis sobre colocação de pronomes e outros assuntos. (12)

Neste ponto, Nascentes insere longa citação de Leite de Vasconcelos, na qual se defende importância e o caráter científico dos estudos dialectológicos.

Em que consistem as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal?

A diferença mais notável (da língua das colônias e ex-colônias) relativamente aos românicos europeus dá-se naturalmente no vocabulário, por isso que a peculiar cultura destes países quase os obriga a receber muitas palavras estranhas.

A evolução fonética e a constituição das formas revelam, pelo contrário, tendências que não se diferenciam essencialmente das que se observam nos dialetos da língua mãe; e, às vezes, apresentam também um grande senso conservador. (14-15)

As causas etnológicas de alteração do português do Brasil cumpre adicionar as que começaram a atuar no século XIX: a imigração italiana em S. Paulo, a polaca no Paraná e a alemã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Não podemos prescindir também do castelhano das fronteiras. (15-16)

Na p. 16, pergunta Nascentes: “Que nome dar ao português falado no Brasil?”. E a resposta vem, na página seguinte, nestas linhas:

É muito difícil, como observa Paiva Boléo, estabelecer distinções objetivas entre dialeto e falar, mas, em todo caso, há menos inconveniente em chamar falar do que em chamar dialeto.

Sobre as citações supra, algumas breves considerações.

Para as alterações sofridas no Brasil pelo português europeu, aponta Nascentes como causas externas as etnológicas e mesológicas. As causas etnológicas são aquelas que resultam do contato de línguas pertencentes a povos de etnias diferentes, como os indígenas autóctones ou os africanos transmigrados. Na verdade, tais causas são menos etnológicas que estruturais, o que não escapou ao saber lingüístico de mestre Nascentes, ao salientar que a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações “porque teve de ser aprendida por homens de duas raças *que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional*” (o sublinhado é meu).

Em relação às causas mesológicas, sabemos que são inegáveis, mas difíceis de detectar. Saussure, não se ignora, reduzia praticamente o espaço ao tempo: “entregue a si mesmo”, dizia, “(o espaço) não pode exercer nenhuma ação sobre a língua” (CLG: 270). Aliás, é claro que, sem o fator tempo, as causas etnológicas e mesológicas deixam de ter sentido. Todas essas causas, porém, não produziram um novo idioma românico em terras americanas: as principais alterações se deram no léxico; os sons e as formas (fonologia e morfologia) não se afastaram da evolução geral da língua. E Nascentes que, na 1ª ed., usara do termo “dialeto”, agora, na esteira de Paiva Boléo, prefere dizer “falar”. E o que é *falar* para Paiva Boléo? Eis o que nos diz o catedrático de Coimbra em *Brasileirismos (problemas de método)*.

Prefiro a expressão *falar* à de *subdialeto*, em virtude de esta deixar supor que se trata de uma subdivisão do dialeto. Ora o falar é que é mais amplo. Partindo do geral para o particular, nós teremos, na terminologia que adoto: *língua, falar, dialeto*, podendo ainda admitir o *subdialeto*, mas em sentido diferente do de Gabelentz. (16)

Quer dizer, há internamente uma distância maior entre a língua e o dialeto do que entre a língua e o falar. De onde, aplicando o critério à variedade brasileira, cabe melhor a designação de *falar*, porque as variedades regionais pouco se diferenciam da língua padrão. O que equivale a reconhecer a sensível unidade lingüística da língua portuguesa do Brasil.

Igualmente, no que tange à questão da chamada “língua brasileira”, nada se contém no *Linguajar* que possa levar a tal conclusão. Pelo contrário, e, em outras obras, foi Nascentes bem explícito. Veja-se, p. ex., como se manifestou nos *Estudos Filológicos* (1939):

São muitas as divergências entre o nosso falar e o de Portugal, mas não são de natureza tal que determinem uma barreira lingüística entre os dois países. (17)

Os falares das duas nações continuarão sempre a constituir uma língua como hoje constituem?

Algum dia surgirão fenômenos que dêem a cada um a característica de língua à parte?

Tudo indica como mais provável o *statu-quo*: o nosso falar sendo uma variante do lusitano. (19)

Embora não tivesse a Dialectologia ocupado posição central em sua obra filológica, Nascentes trabalhou no setor com segura consciência profissional, inegável originalidade, carreando dados e firmando posições que lhe deram extraordinário relevo entre os que, infelizmente poucos, se vêm ocupando com a matização do mapa lingüístico do Brasil.

Neste momento, em que procuramos prestar singela mas expressiva homenagem àquele que soube honrar, pelo saber e dignidade de vida, a cultura brasileira, é bom que o recordemos às novas gerações, como exemplo e alento na caminhada que já encetam em busca de um ideal de vida, onde não poderão faltar o amor da Pátria, o apelo da cultura e o respeito às formas civilizadas da convivência social.

Prefaciando a tradução espanhola do *Cours de linguistique générale* do genial Ferdinand de Saussure, declarou Amado Alonso que um sábio se torna ilustre tanto pelos problemas que estuda e resolve como pelos que obriga seus colegas e sucessores a reestudar e resolver. Antenor Nascentes se quadra perfeitamente no rol destes últimos, pois que sua obra vale não só pelo que apresenta de resultados positivos de pesquisa, mas também pelo estímulo e acesa curiosidade que, aos seus colegas, discípulos e sucessores incitam a continuar a estrada, mais amena e mais clara, graças ao esforço do heróico sapedor. Como diz ele próprio: “Nisto, como em tudo, no começo é que está a dificuldade. Apareçam os aperfeiçoadores” (*Linguajar carioca*, 207, 2ª ed.). Um perpassar d’olhos por toda a extensa produção de Antenor Nascentes percebe, sem grande esforço, temas novos e palpantes que aflora ou aprofunda em artigos e livros, deixando af o toque de sua originalidade e o caminho aberto a novas pesquisas; estudar esta linda bibliografia é tarefa que se pode distribuir por vários capítulos, razão por que me limitarei à atividade do romanista. Mas, mesmo assim, quero aqui deixar assinalado que a modernidade de Antenor Nascentes não se enfeixa na sua obra científica ou literária; ela se estende à sua figura humana, possibilitando-lhe um diálogo franco e alegre com velhos e moços.

Antes de mais nada, cabe-nos aqui indagar o que mestre Nascentes entende por filologia românica e como se patenteia a vantagem que experimenta a pesquisa em português, por exemplo, empreendida à luz da visão românica.

Ensina-nos o autor num dos capítulos dos seus *Elementos de filologia românica* (p. 19):

“O problema da filologia românica é explicar as mudanças do latim nas línguas românicas e delimitá-las no tempo e no espaço. No tempo: dada uma forma latina, chegar à forma românica resultante nas várias línguas, ou dada uma forma românica, chegar à forma latina correspondente.

	port. <i>pai</i>
	esp. <i>padre</i>
Ex.: lat. <i>patre</i> →	prov. <i>paire</i>
	it. <i>padre</i>
	fr. <i>père</i>

port. ontem ← - lat. ad nocte(m).

No espaço, dado um fenômeno, caracterizá-lo nas várias línguas e depois sistematizá-los. Assim, estudando-se as transformações das explosivas surdas intervocálicas nas várias línguas, chega-se à conclusão de que a Itália Setentrional e a Balcano-România as conservam e o resto da România as sonoriza”.

Pela lição aí exarada, pode-se concluir a vantagem de ordem prática que, pelo menos, se tira da consideração de uma língua românica sem desprezar a realidade por que passaram suas irmãs, experimentando condições idênticas ou semelhantes; e a vantagem é esta: serve a Românica de um seguro elemento controlador de pesquisa. Evita ao estudioso uma visão parcial do problema, que pode truncar a realidade. Às vezes, uma hipótese se nos afigura sedutora porque convém às transformações fonéticas do português ou se ajusta à área semântica dos vocábulos em latim e português, mas a comparação com o mundo românico é que nos patenteia, em geral, a plausibilidade da hipótese ou o seu desolador engano.

Daf, talvez, derive a afirmação de Antenor Nascentes, segundo a qual “a filologia românica é a sobremesa”, isto é, é o remate, é o toque final. Sem a sobremesa, ainda que modesta, a

refeição será incompleta; transplantada a comparação para a nossa seara, sem a filologia românica, a pesquisa, sobre estar incompleta, poderá ser enganosa.

Não era outro o pensamento do autor, muitos anos antes dos citados *Elementos*, pois que, numa lição inaugural da cadeira, em 19 de julho de 1937, comentava nesses termos a importância da filologia românica:

“Uma Faculdade de Letras onde se estudam o português e o francês ao lado do latim, não se poderia compreender sem o cultivo da filologia românica. A mesma necessidade que sente o latinista de conhecer as várias línguas indo-européias, irmãos do latim, experimenta o estudioso do português e do francês em relação ao conhecimento das demais línguas românicas. Filhas do mesmo tronco, estas línguas se ajustam mutuamente na elucidação de seus problemas particulares, esclarecendo os casos difíceis e os duvidosos. Uma vez trata-se de uma questão de fonética: o *h* de *hediondo*, por exemplo, o *ch* de *chapéu*, o *pi* de *piano*. A filologia românica revela a origem destes vocábulos, indicando apenas o tratamento recebido pelo *f* inicial espanhol, pelo *c* francês diante de *a*, pelo *pl* italiano. Outras vezes trata-se de uma etimologia e o subsídio românico se torna indispensável. Assim, por exemplo, *achar* no sudoeste da Europa, vai encontrar no oriente, passando pelo francês *trouver* e pelo italiano *trovare*, pelo provençal *trobar* e pelo latino sobresselvano *truva*, vai encontrar o seu paralelo no romeno *alá*” (p. 71-72).

Antenor Nascentes, pelo que se depreende dos trechos aqui citados, onde se patenteia a influência de Meyer-Lübke, chegou à Romanística trazido pelos princípios do método-histórico-comparativo, como, aliás, aconteceu com todos os brasileiros que, interessando-se pelos estudos lingüísticos, procuraram acompanhar o progresso por que passava a ciência do séc. XIX para o XX. Desde cedo apetrechou-se com o latim e o grego, deste último, segundo o seu testemunho, preparando-se para um concurso de catedrático, que não veio, fazia exercício diário de tradução de 150 versos da *Ilíada* ou da *Odisséia*. Fruto deste estudo é sem dúvida o curso que, no Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, ministrou sobre o imortal Homero. Cedo também lhe ficaram familiares as línguas literárias modernas da Europa, sendo que o francês ele dominava como se fosse sua segunda língua materna. O alemão deu-lhe a carta de maioridade na Romanística: através dele ficaram-lhe familiares a *Grammatik der portugiesischen Sprache* de J. Cornu e *R.E.W.* de Meyer-Lübke, com quem se cartou e de quem mereceu o prefácio ao prestantíssimo *Dicionário Etimológico*, que, apesar dos seus cinquenta anos de saído à luz, não foi desbancado pelo trabalho do operoso José Pedro Machado. A partir de 1966, rejuvenesceu-se através do *Dicionário Etimológico Resumido*, à semelhança do que fez Corominas – para o espanhol –, obra que publicou o Instituto Nacional do Livro e que precisa agora ser reeditada. Antes, em 1952, já nos tinha dado o tomo II do *Dicionário Etimológico*, relativo aos nomes próprios.

Não lhe faltaram, outrossim, no seu curso de humanidades no Colégio Pedro II, realizado sempre em lugar de honra, o conforto e estímulo de grandes professores, dos quais quatro, durante e mesmo depois do bacharelato, contribuíram fortemente para a formação do futuro filólogo: Fausto Barreto, Vicente de Sousa, Said Ali, Silva Ramos. Sua dívida de gratidão se espelha em referências elogiosas através de toda sua obra e, especialmente, a Fausto Barreto e Vicente de Sousa na dedicatória do *Dicionário Etimológico*, e a Said Ali na *Miscelânea*, que, em sua honra, valentemente conseguiu editar, em 1938, constituindo, aliás, a primeira que, na esfera da filologia, se publicava no Brasil. É interessante observar que a sede de palmilhar novas trilhas não agasalhou, em nenhum momento de sua atividade, qualquer ressentimento ou inveja aos que queriam trabalhar e desbravar a *selva selvaggia*. É um rasgo inerente ao homem de caráter íntegro que Antenor Nascentes se esmerou por ser, não lhe faltando aquela seriedade e pontualidade no cumprimento das obrigações que bem mereciam o adjetivo que lhe era tão grato, *européias*.

Estava, assim, Antenor Nascentes com meio caminho andado para desincumbir-se satisfatoriamente de sua missão de romanista, pois o filólogo ou lingüista não pode limitar-se ao sossegado recanto teórico de seu gabinete; parodiando Goethe, um olho deve estar voltado para a Ciência e o outro para a Vida. E Nascentes viveu intensamente a vida, que se fez refletir nos títulos de sugestivos artigos e livros que escreveu ou estimulou que escrevessem. Os antigos e

modernos lhe mereceram a mesma consideração: os torneios clássicos e a gíria do povo foram fichados com a mesma devoção e interesse. Nenhum setor da gama complexíssima dos usos lingüísticos que vêm constituir a abstração unitária e global que se chama *língua portuguesa*, passou despercebido a essa atenta curiosidade científica, como se a ele pertencesse aquilo de Terêncio: *Homo sum: humani nihil a me alienum puto* (*Heautontimorumenos*, a. I, c. 1, v. 25).

A exemplo de notáveis romanistas – Pidal, Fouché, Bourciez, Millardet, Leite de Vasconcelos, Said Ali, Amado Alonso, d'Ovídio e tantos outros – volta sua atenção particularmente para a língua materna. Nesta linha de estudos, além dos três dicionários etimológicos e trabalhos de duas palestras, cabe-me lembrar aqui, sem falar dos livros didáticos:

- 1) El tratamiento de *señor* en el Brasil (Anales de la Facultad de Filosofía y Educación de la Universidad de Chile), 1938;
- 2) Difusión de la lengua portuguesa en el Brasil, 1944;
- 3) Fórmulas de tratamento no Brasil nos séculos XIX e XX (Revista Portuguesa de Filologia), 1950;
- 4) Adolfo Coelho e a etimologia (Miscelânea Adolfo Coelho), 1950;
- 5) A gíria brasileira, 1953;
- 6) A saudade portuguesa na toponímia brasileira (Atas do III Colloquium Internacional de Estudos Brasileiros), 1957;
- 7) A pronúncia brasileira da língua portuguesa (Miscelânea Mário Roques), 1952;
- 8) A preposição do agente da passiva (Saggi Ettore i Gotti), 1962;
- 9) O problema da regência (3ª ed. 1967)
- 10) Tesouro da fraseologia brasileira (2ª ed. 1966)
- 11) O linguajar carioca em 1922 (2ª ed. 1953)
- 12) Estudos filológicos (1ª série), 1939.

Destas doze obras, peço licença para deter-me nas quatro últimas e ressaltar-lhes o valor, já que a extensa bibliografia do Prof. Antenor Nascentes exige esta escolha para que não fiquem ultrapassados os limites deste estudo.

No livro *O problema da regência*, comparado com seus congêneres, notam-se qualidades que se devem pôr em destaque:

Primo: a riqueza da citação de autores modernos brasileiros, principalmente, no dizer do Autor, “os que escrevem artisticamente, mas sem preocupações de purismo nem de classicismo”;

Secundo: a filiação inteligente com o latim; pois *partindo da regência exigida pelo étimo*, estuda as variações de regência conforme as significações e chega, quando necessário, ao confronto com as línguas românicas.

Tertio: introduz o conceito de *pósvérbio* de cuja significação na regência ainda não se beneficiaram os estudos de língua portuguesa no Brasil.

A respeito do *Tesouro da fraseologia brasileira* bastaria, para sua consagração, o alto conceito que dele fazem Alwin Kuhn. na 1ª parte da sua *Romanische Philologie* (Berna, 1951, p. 452) e Gerhard Rohlfs no *Manual de filologia hispânica* (p. 335), para satisfazer o gosto dos que só acreditam nas referências elogiosas proferidas por mestres estrangeiros.

Quanto ao livro *O linguajar carioca em 1922*, quem conhece a bibliografia românica o põe a ombrear-se com a *Italianische Umgangssprache* de Leo Spitzer (Bonn e Leipzig, 1939), a *Spanische Umgangssprache* de Werner Beinhauer (Berlín e Bonn, 1930, já traduzida para a Biblioteca Hispânica da Gredos) e principalmente com *Die Entwicklung des neuesten Französischen* (Bielefeld e Leipzig, 1933), da ilustre Elise Richter. O interesse que tais estudos despertam nos meios científicos estrangeiros sem dúvida motivou que Meyer-Lübke, em carta a Antenor Nascentes, lhe pedisse “informações a respeito das alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa”, dando ensejo, assim, ao aparecimento do livro em 1922.

Numa época em que a grande preocupação consistia no purismo gramatical, o livro era

como que um crime de lesa-pátria. O autor disto tinha certeza e alertava o incauto com estas contundentes afirmações: “Conhecemos bem o nosso meio; não ignoramos os reboques que nos hão de trazer os estudos de patologia lingüística que empreendemos. Paciência. Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822” (Prefácio da 1ª ed.).

Finalmente a 1ª série dos *Estudos Filológicos* reúne onze estudos, dos quais ponho agora dois em relevo: *Instituto de Filologia* (p. 61-70) e *Lição inaugural da cadeira de Filologia Românica* (p. 71-88). No primeiro, saúda, em 1935, a fundação de um Instituto de Filologia, na Faculdade de Filosofia, graças aos esforços do Dr. Rebelo Gonçalves, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e então contratado por aquela Faculdade brasileira. Já nessa época fazia uma declaração da qual, entre nós, só há bem pouco se vem tomando consciência: são as revistas especializadas um dos principais instrumentos de trabalho para que se possa acompanhar o progresso da ciência.

Com a sua aula inaugural, a 19 de julho de 1937, proferida na presença de um dos mais ilustres romanistas da época – Georges Millardet –, instalava-se na Universidade do então Distrito Federal a cadeira de Filologia Românica para o glorioso destino que lhe reserva o futuro do Brasil, multiplicada pelas numerosas faculdades hoje existentes. Guindava-se, dessarte, Antenor Nascentes à história dessa cadeira em nosso país.

Depois da Filologia Portuguesa, a Espanhola é a que mais tem atraído a atenção do nosso romanista. Nesta seara escreveu:

- 1) Esbozo de comparación del español con el portugués (Anales de la Facultad de Filosofía y Educación de la Universidad de Chile), 1936.
- 2) Gramática da língua espanhola (5ª ed. 1943)
- 3) Tradução de “El Buscapié” atribuído a Cervantes (Anuário do Colégio Pedro II para 1928)
- 4) Antologia espanhola e hispano-americana (Rio, 1943)
- 5) Um ensaio de fonética diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram em espanhol (tese de concurso), 1919.

Desta lista, detenho-me na sua tese de concurso, com a qual conquistou a cátedra do Colégio Pedro II. Na realidade, encerra dois estudos independentes. No primeiro focaliza assunto que hoje representa uma das tónicas da filologia hispânica: os pontos coincidentes e diferenciais dos dois idiomas, a fim de que, numa ampliação de propósitos, se tracem a formação e desenvolvimento dos domínios lingüísticos na Península Ibérica, para aproveitar aqui o título do substancioso livro do romanista alemão Kurt Baldinger, na tradução espanhola para a Biblioteca Hispânica da Gredos.

O outro, ainda hoje não menos palpante, é o estudo da presença de helenismos, quer hereditários – já incorporados ao latim originário responsável pelo romance hispânico, quer através de empréstimos posteriores, como vocábulos de civilização.

Em ambos, o autor se mostra a par da ciência lingüística, quando, por exemplo, discute o problema das *leis fonéticas*, e senhor dos princípios básicos da filologia românica. Foi, aliás, isto o que lhe disse Meyer-Lübke num cartão em que comenta a leitura desta tese.

No domínio francês, afora as referências que se observam através de quase toda a sua obra científica, cabe uma referência à tradução do *Teatro de Beaumarchais* (Garnier, 1923), a convite de Mário Barreto.

Sua atividade de catedrático de Filologia Românica da UERJ e da UFF levou-o a escrever, para uso de seus alunos, os *Elementos de filologia românica* (Rio, 1954), que, além do mérito “de ser o primeiro compêndio que sobre o assunto se publica em nosso país”, tem contribuído pelo Brasil em fora para que a disciplina possa ser honestamente ministrada em faculdades a que

não chegam compêndios europeus mais substanciais. É um “abrége” dos dois voluminhos da *Romanische Sprachwissenschaft* de Zauner que, apesar do progresso da disciplina e de substituídos na coleção Göschen pela obra de Lausberg, continuam citados nos mais recentes manuais estrangeiros.

Embora o livro – na opinião de um mestre português – se constitua de “lições professadas pelo Autor e dirigidas a um público pouco exigente” (RPF, 7, 1956, p. 495), a verdade é que resgata alguns problemas científicos e pedagógicos de apresentação da Filologia Românica e do seu ensino em nível de alunos universitários, que convém aqui ressaltar. Em longo artigo de quase cem páginas, o Prof. Yakov Malkiel, da Universidade da Califórnia, deu-nos uma tipologia das gramáticas históricas das línguas românicas, que encerra uma visão retrospectiva do assunto e um convite dirigido aos romanistas, incitando-os a tomar parte de um renascimento da gramática histórica das línguas românicas. Para Malkiel, o romanista está mais bem aparelhado do que qualquer outro colega especialista em outros domínios lingüísticos, já que possui, à sua disposição, um largo conhecimento do ponto de origem – o latim – o que reduz ao mínimo as hipóteses – e do ponto de chegada refletido numa dúzia de línguas românicas – o que permite toda sorte de estudos comparativos, ressaltando e explicando os aspectos diferenciais e os desenvolvimentos paralelos. Temos dois procedimentos na feitura desses manuais, que não só diferem na sua exterioridade; tais diferenças ultrapassam os aspectos pedagógicos de disposição da matéria, e estão intimamente ligados a problemas de ordem técnica. Um dos procedimentos é o adotado por Bourciez, nos *Eléments de linguistique romane*, onde temos uma série de histórias lingüísticas românicas individuais justapostas, diante das quais o próprio leitor deve estabelecer as comparações necessárias. O outro procedimento é o já adotado por Diez e repetido por Meyer-Lübke, em que a propósito de cada forma gramatical ou de cada fenômeno sintático se entretece o fio condutor da comparação entre os vários testemunhos das línguas românicas. Diante desses dois modelos, e de um novo que também estava surgindo e que não pretendia propriamente traçar a gramática das línguas românicas – porém os grandes problemas de história interna e externa que aí estão inseridos, como se vê nos manuais de Tagliavini e Vidos –, mestre Nascentes optou pelo modelo alemão de Diez, de Meyer-Lübke e que naturalmente está na raiz dos manuais de Zauner e Lausberg.

Portanto, os *Elementos* do Prof. Nascentes, diferindo dos *Eléments* de Bourciez, fincaram pé num tipo de orientação científica que aponta a linha da Filologia Românica do autor brasileiro.

Apesar de um manual para alunos que só fazem um ano de Filologia Românica, Nascentes não abriu mão de comparar as formas gramaticais e os fatos sintáticos entre o latim e as línguas românicas que podiam dar uma cabal amostra do percurso que a disciplina cabe abarcar; assim dispôs os representantes neolatinos numa ordem pedagogicamente impecável, partindo, naturalmente, do modelo latino: *português, espanhol, provençal, italiano, francês e romeno*. Da lista em geral seguida por Zauner – seu modelo, como vimos –, Nascentes dispensa o *sardo* e, só quando necessário, contrasta o francês antigo com o francês moderno, o que no autor alemão aparece com mais frequência. Por outro lado, também quando estritamente necessário, o professor brasileiro compara o português de Portugal com o do Brasil.

Esta escolha de Nascentes demonstra que os *Elementos* não são uma simples adaptação do manual de Zauner; a relação dos idiomas adotada por Nascentes não macula o fenômeno lingüístico no âmbito românico. Afora isto, a disposição deles é pedagogicamente irrepreensível: percebe-se em Nascentes uma orientação geográfica, na direção da România ocidental (português, espanhol, provençal e francês) para a România oriental (italiano e romeno), e dentro da România ocidental uma orientação do domínio mais conservador da tradição latina tomando como ponto de referência a língua nativa dos alunos brasileiros (português, espanhol, provençal) para o domínio mais inovador e diferenciado (o francês). Aparente exceção a esta ordem de idéias parece haver na colocação do italiano antes do francês; mais uma vez a intuição pedagógica do nosso mestre se patenteia, pois, em geral, a forma italiana está mais evidente ao aluno brasileiro, quan-

do comparada com o português, do que o francês.

Como sabemos, para Nascentes a indicação das mudanças gramaticais não deveria esgotar o âmbito de um curso, ainda que sumário, de Filologia Românica; é atividade importante o comentário de textos e nesse sentido há uma pequena antologia com dez textos representativos do português, galego, espanhol, provençal, italiano, francês, rético, romeno, sardo e dálmata. Infelizmente, nosso autor não chegou a deixar escrito nenhum comentário que nos indicasse o modelo que seguiria; mas não deveria ser muito diferente dos normalmente usados nos manuais de línguas românicas da coleção dirigida por Meyer-Lübke para a editora universitária Carl Winter, de Heidelberg. Entre nós, esses comentários, mais desenvolvidos, nos diversos textos comentados pelo Pe. Augusto Magne e por Sousa da Silveira, especialmente este último ao fazer anotações a um texto do francês antigo, durante duas aulas em que substituiu G. Millardet num curso de Filologia Românica que ministrava na então recente Faculdade.

Aí temos um pouco da atividade de Antenor Nascentes como romanista, atividade que em nada desmerece a posição de relevo que justamente ocupa no panorama dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil.

EM DEFESA DA LÍNGUA-COMUM DO ESPAÇO LUSO-BRASILEIRO (*)

Gladstone Chaves de Melo

Começo por lembrar que são estreitas e múltiplas as relações da língua com a cultura, até porque a língua, no entendimento saussuriano, é um fato de cultura. Além disso, ela reflete a cultura da comunidade, da sociedade, do povo, traduzindo-lhes o espírito, a maneira de ser. É também condicionante, porque permite o intercâmbio, as ininterruptas trocas de pensamentos, de invenções, de descobertas, de sentimentos, de vivências, que constituem o tecido da cultura, tomada agora a palavra em sentido sociológico.

Por fim – e esta é a minha perspectiva – a língua é um dos mais poderosos fatores de coesão e de unidade. Já o notara, em séculos pretéritos, o grande bispo de Hipona Santo Agostinho: *Linguae unitas et similitudo firmissimum est vinculum societatis humanae et religionis* – “A unidade e semelhança da língua constitui fortíssimo vínculo da sociedade humana e da religião”.

G. Fessard, em *Pax Nostra – Examen de conscience international* (Paris, 1936, p. 193), diz que a língua “representa, na origem do grupo social, o mais poderoso fator de unidade, por ser a condição de todos os outros elementos culturais que diversificam as nações”. De propósito eu trouxe à colação este autor, ensaísta, sociólogo, homem de idéias gerais, e não um lingüista, para mostrar como a visão do especialista sério não deforma a realidade. Ele poderá ver melhor, por dentro, conhecendo o nexa de causa, mas não destoa das conclusões do filósofo ou do analista social.

Se consultarmos a História, a lição é a mesma: o instinto dos povos e a sagacidade ou astúcia dos políticos descobriram que a língua é a senha da união ou da desagregação dos grupos humanos.

* * *

A tendência natural das línguas é para a diversificação. A rigor, dois nacionais do mesmo país, dois vizinhos, dois membros da mesma família não falam em tudo coincidentemente. Mais: cada um de nós fala de diversas maneiras, conforme a situação concreta. Temos um “estilo” para o amigo íntimo, outro para o mero conhecido, outro para o antipático, tal outro para as crianças, e assim por diante. As diversas regiões de um país vão forjando seu dialeto; os grupos sociais fechados vão construindo sua gíria.

Mas, em sentido contrário, atuam (ou devem atuar) forças centrípetas, extralingüísticas, precisamente *culturais*, que repõem, ou estabelecem e mantêm a unidade.

Dá a existência de uma *língua-comum*, traço-de-união entre os diversos falares e os infinitos falantes, ponto-de-encontro, instrumento aceito de intercomunicação, selo de unidade, sinal de pertinência à mesma grande comunidade idiomática. Esta modalidade de língua todas as nações civilizadas a possuem, por escolha dentre as variantes locais, escolha de uma, que por fim a todos se impõe.

Quase sempre a eleita é a maneira de falar da corte, da capital, mas às vezes recai a eleição numa que já dera provas de si pela excelência dos escritores que nela se expressaram. Tal é, por exemplo, o caso da Itália, que tomou por língua-comum o florentino, principalmente por causa da força e prestígio de Dante e Petrarca.

Aliás, descabido não seria recordar que o filósofo da história H. Schneider fez do que ele chama “poesia clássica” padrão comparativo de culturas diferentes. Em todas estas (que atingiram certo grau) ocorreria um momento característico e definidor, manifestado na tal *poesia clássica*.

(*) Comunicação apresentada ao 3º Congresso Internacional de Lusitanistas (Coimbra, junho de 1990).

sica, “que personifica o caráter próprio da nacionalidade, para a consciência do povo e dos seus vizinhos”. Baseado nisto, vê o ponto de referência para a Itália em 1265, com Dante; para a Espanha, em 1398, com Santillana; para a Inglaterra, em 1564, com Shakespeare; para a França, em 1606, com Corneille; para a Alemanha, em 1749, com Goethe; para a Rússia, em 1817, com Tolstoi; para a Grécia, em 525 a. C., com Ésquilo; para Roma, em 254 a. C., com Plauto. (Cf. *Filosofia de la Historia*, trad. esp., Barcelona, 1931, p. 223-325).

Todos os que pensam estão, pois, de acordo em que os grupos humanos buscam apoio na língua para seu natural desejo de unidade e coesão. E que, portanto, a constituição e a presença de uma língua-comum é fato natural, desejado, necessário.

Tornando a uma referência anterior – lição da História – mencionemos alguns exemplos eloqüentes, num sentido e noutro, isto é, de estabelecimento de uma forma lingüística ideal para esteio da suspirada unidade, e da utilização de um idioma local para marcar recusa à absorção federal ou absoluta.

Quando a Grécia deixou de ser um conjunto de cidades autônomas e se tornou Império, premente se fez a instauração de uma *koinè diálektos* (que significa precisamente “língua comum”), para servir de base e cimento à nova realidade política. E para tal foi escolhido o falar de Atenas, pela imensa importância cultural que ela teve no mundo grego, com seus poetas, historiadores e filósofos, alguns primorosos estilistas, como Platão e Aristóteles. Essa *coiné* (palavra hoje utilizada, ao mesmo fim, como termo técnico em Lingüística) foi instrumento de comunicação dos gregos desde o século IV a. C. até o século IX de nossa era.

O latim, originariamente língua de Roma, estendeu-se a toda a Península e depois a todo o mundo conquistado pelas legiões e submetido à Urbe, excluída a área em que dominava o grego, vencido pelas armas, porém vencedor pelo espírito, conforme proclamou Horácio. Com isso, todos os povos romanizados vieram a falar latim e acabaram por esquecer o idioma dos antepassados. Lá se foram o sabino, o etrusco, o úmbrio, o osco, e os diversos dialetos celtas, das Gálias ou da Hispânia, ou os falares púnicos do Norte da África.

O que nós hoje chamamos *francês* é a língua da burguesia parisiense, fixada no século XVII. O *espanhol* é o idioma de Castela Velha, que se estendeu para o sul, para o noroeste e para leste. Na Itália havia e ainda há muitos falares locais, alguns deles verdadeiras línguas, perfeitamente caracterizadas, embora o povo os considere *dialetti*. Um piemontês não entende um romanholo, menos ainda um napolitano. A menos que um e outro usem o florentino, língua-comum, que, por isso mesmo, é chamado italiano. Também muito dividida era e é a Alemanha, que adotou para instrumento de intercomunicação e signo de unidade a língua de Lutero, baseada na da Chancelaria da Saxônia.

O *russo* é a língua de Moscou, que, a partir de Pedro o Grande, foi ganhando terreno ao eslavônico, até então língua geral no país. O *inglês* se formou ao norte de Londres, onde a influência dinamarquesa simplificou extraordinariamente o sistema gramatical, germânico, da feição anterior. Por outro lado, os normandos encheram de francesismos o idioma da Corte, de modo que, por fim, a língua culta da Inglaterra veio a ser esse misto que aí está: um germânico dificilmente identificável, quase sem morfologia, com mais de quarenta por cento de palavras latinas, e com duas feições desencontradas e inconciliáveis, a falada e a escrita.

O caso do Brasil é mais simples e mais rico. Antes do descobrimento, os índios falavam centenas de línguas e dialetos, muito diferentes umas das outras, já que nem da mesma família eram. No litoral, do Rio Grande do Sul à foz do Amazonas, é que se falavam variantes de uma mesma língua, o *tupi*, logo gramaticalizado e unificado pelos missionários jesuítas. Pelo interior era a Babel: cada tribo tinha seu idioma.

Iniciada a colonização, em 1532, começa o português, língua transplantada, a estabelecer-se nos primeiros aglomerados urbanos, nas feitorias e nos adensamentos rurais, de criação de gado e de cultivo da cana de açúcar. Nessa altura os lusitanos já tinham uma *coiné*. A fala do Sul, do eixo Coimbra-Lisboa, já se desgarrara da feição anterior, galego-portuguesa, e se fixara em forma escrita a partir de Fernão Lopes. Pouco depois surgia o grande modelador da língua, Ca-

mões, que lhe deu fisionomia definitiva. Mas a feição popular era vária, porque desde o princípio foram para a nova terra emigrantes ou administradores oriundos de lugares diversos, com domínio do Norte, exatamente onde havia mais dialeção.

Temos elementos para supor que a língua falada dos primeiros colonizadores seria, fundamentalmente, o português arcaico final, do tipo documentado nos escritores do século XV. Quero dizer, a língua medieval, mas já com crase dos hiatos homogêneos, já sem vogais nasais pretônicas, já sem /d/ intervocálico na segunda pessoa do plural dos verbos. Só assim se explica a presença de muitos arcaísmos na linguagem popular brasileira, tais como *fremoso*, *avaliar*, *suzmana*, *Bertolameu*, *inzemplo*, *creşçudo*, *menhã*, *ũa*, *lũa*, *faria*, *vizão*, *assistir* (morar, habitar), *salvar* (saudar), “*vi ele*”; “*foi na missa*”, “*chegou em casa*”, “*nem não sei*”, e tantos outros.

Sobre esse fundo de português arcaico trabalharam índios e negros, estes mais do que aqueles, no sentido de simplificar o mecanismo gramatical da língua. Assim se terão originado diversos falares crioulos, dos quais o obsolecente “dialeto caipira” será um resíduo unificado,

Existe ainda um terceiro elemento caracterizador da nossa fala popular interiorana: é o sincretismo de dialetos portugueses. Como o povoamento do Brasil, por parte de Portugal, não obedeceu a uma política sistemática, para cada lugar, para cada núcleo vieram colonos de vária procedência.

Por isso, até hoje encontramos em áreas de Minas Gerais ou de Pernambuco, conviventes, formas do Alto e do Baixo Minho, transmontanias, beiroas, estremenhas, açorianas, com variantes aldeãs.

Por outro lado, a modalidade culta foi praticada desde os primórdios. As notícias escritas da terra e da gente afinam com as congêneres portuguesas, constitutivas daquilo a que Fidelino de Figueiredo chamou “ciclo dos descobrimentos” na literatura portuguesa. A *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, publicada em 1601, é literalmente camoniana. Muitos dos sermões do Padre Antônio Vieira, modelos de estreme vernaculidade, foram pregados na Bahia e alguns no Maranhão. Em Salvador instituiu o grande jesuíta escola de parenética, de onde saíram um Antônio de Sá ou um Eusébio de Matos, também eles praticantes de boa língua.

A torrencial literatura acadêmica, a *Musa do Parnaso*, de Manuel Botelho de Oliveira, o *Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira (o livro mais lido no período colonial), tudo se pauta pelos cânones lusitanos.

Quanto aos poetas do chamado “grupo mineiro”, escusado é lembrar que escreveram com requinte, sobretudo Cláudio Manuel da Costa, escolhido, junto com poucos outros, para modelo e exemplo pelos organizadores do famoso *Dicionário da Academia de Ciências*, interrompido no fim da letra A.

Os primeiros românticos puseram o maior empenho no desempenho da língua, em mostrar que conheciam muito bem o idioma, seus muitos giros e sua riqueza vocabular. É o caso de Porto-Alegre, de Magalhães, de Alencar, sobretudo de Gonçalves Dias.

Estes dois últimos empregaram muitas palavras tupis, mas construíram a frase segundo a melhor lição clássica.

Rigorosos, até o excesso, foram os parnasianos; e Machado de Assis é, inegavelmente, o mais perfeito prosador da língua portuguesa contemporânea, levando, a este respeito, clara vantagem sobre seu coevo lusitano Eça de Queirós.

Coelho Neto e Rui Barbosa tanto pentearam e engalanaram seu estilo, que foram as vítimas prediletas da fúria iconoclasta dos modernistas da primeira hora, 1922.

E hoje, vivos ou há pouco falecidos, ainda existem alguns que fazem questão de escrever segundo os melhores padrões, compreendendo, como compreendem, que escrever corretamente é dever de homem culto e que escrever bem é preceito para o artista da palavra.

Temos, pois, uma ininterrupta tradição de vernaculidade, que transbordou para a linguagem coloquial tensa, para a distensa e até, remotamente, à popular.

* * *

O *sermo uulgaris* brasileiro ostenta impressionante unidade, talvez sem equivalente no mundo. A rigor, só temos dois dialetos: um em diluição, o caipira, e outro tênue, o nordestino. Compare-se isto com Portugal, cem vezes menor do que o Brasil: além de vários dialetos, conhece outra língua românica, o mirandês, também ele modificado em quadramilês, sendinês e rionorês.

A redução de flexões a que acima aludimos não representa uma evolução, mas um *desvio*: à medida que ascende na escala social, passa o falante a usar as desinências. E os fenômenos de ultracoreção, como *melhas* (por *meias*), *bangalores* (por *bangalôs*), *peses*, em vez de *pés*, revelam inquestionavelmente essa consciência lingüística de afastamento do padrão.

Note-se ainda que, *grosso modo*, a pronúncia brasileira está mais próxima da antiga, a do século XVI, por exemplo, do que a atual de Portugal. O escurecimento dos /ee/ e /oo/ pretônicos deu-se, parece, na segunda metade do século XVIII e não ocorreu no Brasil. Os contemporâneos de Camões pronunciavam como ele e como nós: *setenta*, *Alemanha*, *favorece*, *merecer*, *liberal*, *desejava*, e não *s'etenta*, *Al'manha*, *favurece*, *m'r'cer*, *lib'ral*, *d'java*.

* * *

Temos visto a importância da língua como fato e como veículo de cultura. Lembramos que qualquer comunidade, desde que atinja certo grau de apuração, busca uma forma lingüística ideal, uma *coiné* que possa servir a todos de instrumento de comunicação, por cima das variantes regionais e grupais, e que funcione também como base do tratamento estético na poesia. Isto é um fato *natural*, ou seja, decorrente da vida normal das sociedades. Querer o contrário ou é utopia ou é petição de princípio, porque se ficaria hesitando entre este e aquele dialeto, esta ou aquela gíria...; ou teríamos uma linguagem artificial, pessoal, sem condições de aceitação.

Nos primeiros tempos do Brasil se falava mais tupi, até porque o número de brancos era muito inferior. Depois vieram os africanos, cuja maior parte falava idiomas nativos (alguns, chamados *ladinos*, tinham umas tinturas de português). Assim, os da terra e descendentes e a escravaria se expressavam em seus dialetos, e aos poucos iam aprendendo a língua do colonizador. Mas, é claro, imprimiam nela as marcas dos seus hábitos articulatorios, simplificavam-lhe a morfologia e decalcavam na sintaxe nova alguns dos seus giros próprios.

Não obstante, o português ia fazendo lentos progressos, não só pela influência ponderosa da classe senhorial mas também pelo crescente número de reinóis que emigravam para ficar. Avolumou-se consideravelmente a onda no século XVIII, com a descoberta das riquezas mineiras. Estima-se que então desembarcaram no Brasil 800.000 portugueses. E estes passaram a ser mestres naturais e involuntários da boa língua.

Já se tem dito que até esse século XVIII no Brasil se falava mais tupi que português. A afirmação, porém, carece de prova, bem difícil de fazer. Naturalmente a situação variava de lugar para lugar: nos aldeamentos de índios ou nas concentrações de africanos não imperaria o português; mas nos centros urbanos praticamente só se falava a língua românica.

Vale a pena transcrever um depoimento do Padre Antônio Vieira, relativo ao século XVII, sem que se lhe possa precisar a data, porque está num sermão escrito muito depois de pronunciado:

Sobretudo o testifica o mesmo uso, de que nos lembramos os velhos, em que a nativa língua portuguesa não era mais geral entre nós que a brasílica. Isto é o que alcancei, mas não é isto que vejo hoje não sei se com maior sentimento, ou maior admiração. (*Sermões*, VIII, 1690, p. 520)

Desde os começos do século XIX se multiplicam os testemunhos de uso do português, um pouco por toda a parte, inclusive em grupamentos indígenas. É o informe de Saint-Hilaire, por exemplo, em 1821, quando ele compara a situação da aldeia de São Pedro dos Índios em 1789

com a dos seus dias, em que somente índios idosos falavam seu idioma, e ainda assim envergonhados. Acrescenta que só davam trela à língua nativa estimulados pela cachaça.

Oliveira Lima inclui entre os benefícios trazidos por D. João VI o desenvolvimento urbano. Aumentada a população das cidades, passaram elas a ser focos de cultura e centros de irradiação da língua portuguesa mais bem praticada. Ninguém ignora, aliás, que as sociedades são constituídas de camadas em pirâmide, de tal arte que a camada inferior tende a imitar a superior. Tendências de imitação e seleção, como ensina Sorokin. Por isso, foi crescente e importantíssima a atuação lingüística niveladora exercida pelas cidades sobre as vilas, aldeias e até sobre as zonas rurais limítrofes.

Assim, a partir das primeiras feitorias da costa, a partir dos primeiros núcleos urbanos, o português foi conquistando terreno. Subiu a serra, atravessou-a, foi-se alargando pelo vasto interior. E o resultado final se patenteia aos nossos olhos, melhor, aos nossos ouvidos: do Roraima ao Chuí, da Ponta de Seixas à Serra da Contamana se fala e se entende a língua portuguesa, vocálica, melodiosa, musical, como no-la trouxeram os descobridores.

* * *

Barbosa Lima Sobrinho, homem de idéias gerais, escreveu um livro cheio de sabedoria e sensatez, muito melhor do que o de certos “especialistas” deformados por preconceitos – *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil* (Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1958). Achamos então cabível trazer para aqui uns trechos do final desse trabalho:

Eu não me atrevera a enfrentar, sem um glossário, esses livros de literatura regional e não posso compreender que me pertença um idioma, cuja leitura e cuja compreensão dependa do uso de vocabulários especiais. (p. 198)

E mais adiante:

A conclusão, pois, a que não podemos fugir é a de que, se temos o privilégio, apesar da vastidão de nosso território e da variedade de fatores que concorrem para a diversificação de nossos falares, de nos entendermos facilmente de extremo a extremo do Brasil, devemos-lo a essa língua portuguesa, que foi, desde a fase colonial, uma das forças decisivas da unidade do país. Ela é que nos prendeu através dos séculos da formação; ela é que assiste ao nosso desenvolvimento e à nossa expansão. (...) Permitiu que se sentissem como um só povo as gentes esparsas no litoral imenso, do Extremo Norte às fronteiras do Sul, constituindo-se em fator de repulsa à colonização holandesa, que ameaçara dividir o país em diversas regiões inajustáveis. (p. 200)

Nunca nenhum separatismo vingou no Brasil. E não há dúvida de que esse feliz resultado se deveu à língua. Não só a ela, mas *também* a ela, traço-de-união, senha de nacionalidade, ponto de encontro das almas e dos corações.

Por isso, tarefa patriótica será sempre defender e ilustrar a nossa língua comum, a nossa *coiné*; ensiná-la, aprendê-la, praticá-la com amor e carinho. E, em contrário, empresa impatriótica, diluidora, segregacionista, desintegradora, pregar o desleixo, o espontaneísmo, o populismo lingüístico.

* * *

A história e a situação atual da língua portuguesa nos países africanos têm estreitas analogias com o Brasil: transplantação, diferenciação, reunificação. Maiores semelhanças se observam em Angola, onde, aliás, a feição popular se aproxima bastante do nosso dialeto caipira.

Em todo caso, a pronúncia angolana é fundamentalmente a portuguesa de hoje, o que não ocorre no Brasil, que conservou, nas grandes linhas, o aspecto fonético metropolitano dos séculos XVI e XVII, como demonstrei há mais de quarenta anos, em *A Língua do Brasil*, tese agora aceita por quase todos.

Em Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe se formaram dialetos crioulos, muito próximos uns dos outros e sensivelmente afastados do tronco, de tal arte que considero o caboverdiano de barlavento nova língua, a talvez primeira safda das românicas. Mas isto não impede que os ilhéus sejam, digamos, bilíngües, porque falam perfeitamente o português.

Tenho informações de que a nossa língua começa a correr perigo em Moçambique, por causa do inglês sul-africano, que estaria sendo, como estimada alternativa, aceito e usado pela “classe dominante” de lá. Não padece dúvida, porém, que a feição românica formada no Noroeste da Península Ibérica é hoje a língua do “mundo que o português criou”.

* * *

Todos sentem, ou pressentem, que vivemos neste fim de século uma gravíssima crise de valores, que se estende por toda a área da cultura. E a língua não poderia escapar, como de fato não tem escapado. Um pouco por toda a parte se nota uma crescente desestima pela correção e pureza da norma culta, de maneira que se multiplicam os desvios e se insinuem modismos, giros, expressões e palavras destoantes da tradição e da deriva (*drift*).

Não se trata, ressaltamos, de inovações e criatividade, que estas fazem parte da chamada *vida* das línguas; trata-se, ao contrário, de aberrações, de abastardamento, de perda de distinções, de abusiva (e às vezes sistemática) utilização de *mots passepartout*, de termos omnibus.

No Brasil se vai dando isto, aflitivamente, com o verbo *colocar*, que desterrou o verbo *pôr* e invadiu o campo de outros, como *dizer*, *perguntar*, *objetar*, *contestar*, *afirmar*, *equacionar*. Na linguagem dos jornais, as pessoas “colocam” em dia suas contas, uma empresa “coloca” à venda seus carros, o governo “coloca” em disponibilidade funcionários ociosos ou supérfluos, e até li que, no Pantanal Matogrossense, uma jacaré-fêmea “colocou” um ovo.

Também em Portugal se insinua e se generalizam distorções desse tipo, sem falar na pronúncia de Lisboa (nomeadamente na televisão), que vai transformando “a nossa português casta linguagem”, sonora e vocálica, num idioma consonântico e que, mercê de haplogias sintáticas infinitas, vai baninho a preposição *de* nos sintagmas duais, u.g. “Cai G’ral D’pósitos” (Caixa Geral de Depósitos).

Gostaria que daqui, deste Congresso, partisse um apelo a professores, jornalistas, oradores e escritores em geral, para que voltem a cultivar a vernaculidade, a boa e apurada norma.

É ela o traço-de-união dos luso-falantes, que já se aproximam dos duzentos milhões. É o patrimônio espiritual de sete povos, diferentes na história e na feição, mas solidários e irmanados, precisamente pelo idioma.

Gostaria que todos os lusitanistas, devotos de Camões, cumprissem o voto exarado no segundo terceto deste poema do pernambucano Manuel Bandeira:

A CAMÕES

Quando n’alma pesar de tua raça
A névoa da apagada e vil tristeza,
Busque ela sempre a glória que não passa,
Em teu poema de heróismo e de beleza.

Gênio purificado na desgraça,
Tu resumiste em ti toda a grandeza:
Poeta e soldado... Em ti brilhou sem jaça
O amor da grande pátria portuguesa.

E enquanto o fero canto ecoar na mente
Da estirpe que em perigos sublimados
Plantou a cruz em cada continente,

Não morrerá sem poetas nem soldados
A língua em que cantaste rudemente
As armas e os barões assinalados.

O APURO DA FORMA NO QUINCAS BORBA (Notas de Estilística)

Adriano da Gama Kury
(Da Fundação Casa de Rui Barbosa)

O próprio Machado de Assis, na “Advertência” a *A Mão e a Luva*, queixa-se da premência de tempo a que o forçava a publicação prévia de alguns dos seus romances em periódicos.

Isso o obrigava às vezes, sem dúvida, a escrever de um fluxo a primeira versão, sem a oportunidade de refundir o texto – tarefa de que se desincumbirá quando da publicação em livro.

Quincas Borba levou nada menos de cinco anos para ser publicado no quinzenário em *A Estação*: 15 de junho de 1886 a 15 de setembro de 1891. E a 1ª edição em livro, aproveitada a composição desse “jornal ilustrado para a família”, já vinha a público em novembro desse mesmo ano, com sensíveis emendas do Autor, que refez páginas e páginas, alterou a ordem de capítulos, suprimiu não só períodos, mas até capítulos inteiros, num “desvelo autocrítico” excessivamente rigoroso, no dizer de Augusto Meyer.

Parece que essa preocupação em refundir a própria estrutura do romance o desviou, em parte, das emendas de minúcias de forma, como seja a repetição de palavras de sentido extensivo, três das quais – *idéia*, *coisa* e *falar* – se empenhou em substituir ou eliminar quando preparou a 2ª edição – em composição nova –, que saiu cinco anos depois, em 1896. (A 3ª, de 1899, reproduz a 2ª, com pequeníssimas emendas.)

Pode ser proveitoso para os principiantes o exame comparativo das substituições feitas na primeira redação em livro, a qual cotejo aqui com a da 3ª edição.

O termo substituído (ou eliminado), com mais frequência é *idéia*.

Já no capítulo VI, no fim do § 34º, desaparece a oração “recolhendo as *idéias*”.

No cap. X, § 4º, duas substituições no mesmo período.

1ª ed.: “Aqui a *idéia* do cachorro pôde tomar pé no torvelinho de *idéias* que iam pela cabeça do nosso homem.”

3ª ed.: “A *lembrança* do cachorro pôde tomar pé no torvelinho de *pensamentos*...”

No § 7º, mais uma supressão, no fim do período inicial, que assim terminava:

“com o sangue aos pulos, e as *idéias* baralhadas.”, e passou a encerrar-se em *pulos*.

Ainda uma supressão no § 8º do cap. XXVIII: “é alguma *idéia*, algum projeto” reduziu-se a “é algum projeto”.

Curioso é que, nos parágrafos 11 e 12, nada menos de seis vezes surge a palavra *idéias*, usada enfaticamente: “recolhe as *idéias*”; “depois outras *idéias*...”; “Mas já são muitas *idéias*, – são *idéias* demais; em todo caso são *idéias* de cachorro, poeira de *idéias*”.

Cap. XXXVII, § 4º:

1ª ed.: “Esta *idéia* afligiu-a (a D. Tonica); (...). A questão era captá-lo (ao homem); a *idéia* de casar e ter família podia ser que acabasse de matar qualquer outra inclinação da parte dele”.

3ª ed.: “Esta *suspeita* afligiu-a; (...) a *perspectiva* de casar (...)”.

A nova redação ganhou muito em expressividade.

Cap. XXXIX, § 3º (supressão):

1ª ed.: “Essa *idéia* foi chamar aos olhos de Sofia as estrelas da terra”:

3ª ed.: “Chamou aos olhos de Sofia...”

§ 4º, 1ª ed.: “sem rejeitar uma *idéia* que também era sua”.

3ª ed.: “sem rejeitar uma *convicção*...”.

Cap. XLV, § 2º:

1ª ed.: “que *idéia* foi aquela”;

3ª ed.: “que *lembrança* foi aquela”.

§ 8º, 1ª ed.: “Teve *idéia* de ir ao teatro”.

3ª ed.: “*Pensou em ir ao teatro*”.

- Cap. XLVIII, § 8º:
 1ª ed.: “Vai senão quando, *teve uma idéia* extraordinária, a de serem os dous Quincas Borba a mesma criatura”.
 3ª ed.: “... *ocorreu-lhe* que os dous Quincas Borba...”
- Cap. XLIX, § 1º:
 1ª ed.: “A *idéia de poder* estar ali o testador dava-lhe arrepios”.
 3ª ed.: “A *possibilidade de estar ali*...”.
- Cap. L, § 37º:
 1ª ed.: “... que *idéia* foi essa de convidá-lo a ir ver a lua...?”;
 3ª ed.: “... que *lembrança* foi essa...?”.
 § 40º, 1ª ed.: “Palha continuou a desenvolver a mesma ordem de *idéias*”;
 3ª ed.: “... a mesma ordem de *considerações*”.
- Cap. LIV, § 8º:
 1ª ed.: “mas esta *idéia* de Minas nunca nos deixou.”;
 3ª ed.: “mas este *projeto* de Minas...”.
- Cap. LXIX, § 8º:
 1ª ed.: “Rubião estremeceu; a *idéia* de que naquele Quincas Borba podia estar a alma do outro...”
 3ª ed.: “...; a *suposição* de que...”.
- Cap. LXXI, § 8º (supressão):
 1ª ed.: “deixava-se ir por essa torrente de *idéias* abaixo”;
 3ª ed.: “... por essa torrente abaixo”.
- Cap. LXXII, § 3º:
 1ª ed.: “Acordou com *idéias* de ir para a roça”;
 3ª ed.: “... com a *mania* de ir...”.
- Cap. LXXV, § 5º:
 1ª ed.: “Tomou a *encarar a idéia* de restabelecer a verdade;
 3ª ed.: “Tomou a *sentir o desejo*...”.
- § 6º, 1ª ed.: “*veio-lhe a idéia* que a casa de Sofia era na Praia do Flamengo”;
 3ª ed.: “*lembrou-se que*...”.
- Cap. LXXVIII, § 1º:
 1ª ed.: “*Teve idéia* de falar a Carlos Maria”;
 3ª ed.: “*Pensou em falar*...”.
- Cap. CXIX, § 6º (supressão):
 1ª ed.: “frase esquecida, que, *por uma associação de idéias*, vinha agora...”;
 3ª ed.: “frase esquecida, que vinha...”.
- Cap. C, § 8º:
 1ª ed.: “Mantendo comigo o órgão das *idéias*, tem recebido solidariamente os golpes que me dão;
 3ª ed.: “... órgão dos *princípios*,...”.
- Cap. CVIII, § 1º:
 1ª ed.: “a *idéia* de Carlos Maria fazia-o recuar.”;
 3ª ed.: “a *lembrança*...”.
- Cap. CX, § 2º:
 1ª ed.: “e as *sãs idéias* ficavam sem o seu leal expositor.”;
 3ª ed.: “e os *princípios*...”.
- § 6º (supressão), 1ª ed.: “Precisamos desenvolver o programa, *adiantar as idéias*, dar um empurrão aos correligionários”;
 3ª ed.: “... o programa, dar...”.
- Cap. CXX, § 26º:
 1ª ed.: “ando com *idéia* de meter o Lopo no colégio”,

3ª ed.: “ando com vontade...”.

Cap. CXXV, § 3º:

1ª ed.: “mas a vaidade que essa *idéia* trazia fê-la excluir desde logo.”;

3ª ed.: “mas excluiu tal *intenção* por demasiado vaidosa”.

Cap. CXXXVII, § 1º:

1ª ed.: “Já o tempo não passava por ele como por um vadio sem idéias. Rubião, à falta de *idéias*, tinha agora imaginação.”;

3ª ed.: “... Rubião, à falta *delas*,...”.

Cap. CXLIV, § 11º:

1ª ed.: “A meia de seda *dava idéia clara* da perfeição do contorno”.

3ª ed.: “... *mostrava* a perfeição...”.

§ 13º, 1ª ed.: “Ele nunca mais teve aquelas *idéias* de Santa Teresa?”;

3ª ed.: “aquelas *tolices*...?”.

Cap. CLI, § 5º:

1ª ed.: “mas a *idéia* de um possível escândalo fê-la deter-se”;

3ª ed.: “mas o *receio*...”.

Cap. CLIII, § 4º:

1ª ed.: “E aqui uma *idéia terrível* a abalou”;

3ª ed.: “... uma *suspeita* a abalou”.

§ 16º, 1ª ed.: “esta *idéia* fê-la sorrir”;

3ª ed.: “esta *conjectura*...”

Cap. CLIX, § 3º:

1ª ed.: “Vieram assim outras *idéias* e imagens”;

3ª ed.: “... outras *cogitações*...”.

* * *

Cousa também é objeto de muitas substituições.

Cap. XXXIII, § 1º:

1ª ed.: “Rubião viu, sentiu, palpou *todas essas cousas*”;

3ª ed.: “... palpou *tudo*”.

Cap. XLV, § 1º:

1ª ed.: “mas uma boa distribuição de lágrimas e polcas, soluços e sarabandas, acaba por trazer à alma das *cousas* a variedade necessária”;

3ª ed.: “... à alma do *mundo*...”.

Cap. XLVII, § 10º:

1ª ed.: “Senhor, vamos tratar de outras *cousas*!”;

3ª ed.: “... de outros *negócios*!”.

Cap. XLIX:

1ª ed.: “era o mesmo olhar meditativo do filósofo, quando examinava as *cousas* humanas...”;

3ª ed.: “... quando examinava *negócios* humanos...”.

Cap. L, § 26º:

1ª ed.: “De tantos homens que aqui vêm, e até rapazes solteiros, não ouvi nunca a menor *cousa*.”;

3ª ed.: “... que aqui vêm não ouvi nunca o menor *dito*.”.

§ 70º, 1ª ed.: “para que não pareça que sabes *alguma cousa*.”;

3ª ed.: “... que sabes *o que se deu*”.

§ 71º, 1ª ed.: “- Você sabe, *cousas* do negócio”;

3ª ed.: “..., *apertos* do negócio”.

Cap. LI, § 3º, 1ª ed.: “e explicou longamento à mulher... o mecanismo da *cousa*”;

3ª ed.: “... o mecanismo da *operação*”.

§ 4º, 1ª ed.: “indagar das *cousas* alheias”;

3ª ed.: “... dos *negócios* alheios”.

Cap. LII, § 3º:

1ª ed.: “lembrava-se de lhe ter ouvido muitas *cousas* agradáveis... E quase não tratou de outra *cousa*”;

3ª ed.: “... muitas *palavras* agradáveis... de outro *assunto*”.

Cap. LIV, § 4º:

1ª ed.: “disse uma ou duas *cousas*”;

3ª ed.: “... duas *frases*”.

Cap. LVI, § 2º:

1ª ed.: “não cuidou das *cousas* belas”;

3ª ed.: “não mirou as *alfaias* belas”.

Cap. LXIX, § 8º:

1ª ed.: “Sofia é companheira para estas *cousas*.”;

3ª ed.: “... para estas *viagens*.”.

Cap. LXIV, § 1º:

1ª ed.: “os nomes adequados às pessoas eram *cousas* de poetas”;

3ª ed.: “... eram *imaginações* de poetas”.

Cap. LXXVII, § 3º:

1ª ed.: “Que diacho de idéia aquela de imprimir uma *cousa* particular...?” – “lia por alto, pulava algumas *cousas*”;

3ª ed.: “... um *fato* particular...?” – “... algumas *linhas*”.

§ 6º, 1ª ed.: “foi como se lhe tivesse passado uma *cousa* pelos olhos”;

3ª ed.: “... uma *sombra* pelos olhos...”

§ 8º, 1ª ed.: “Afinal, que tinha que o outro desse aos seus leitores uma *cousa* que era verdadeira...?”;

3ª ed.: “... uma *notícia*...?”.

Cap. LXIX, § 7º:

1ª ed.: “Se tinha medo, era *outra cousa*”;

3ª ed.: “... era *diferente*”.

Cap. LXXIV, § 1º:

1ª ed.: “achava sempre nos sucessos do dia anterior algum fato, algum dito, alguma *cousa* que lhe fazia bem.”;

3ª ed.: “... alguma *nota* que...”.

Cap. LXXIII, § 10º:

1ª ed.: “passou os olhos em um dos jornais, como se procurasse alguma *cousa*”;

3ª ed.: “... alguma *notícia*”.

Cap. LXXVIII, § 3º:

1ª ed.: “lembrando-lhe *cousas* de criança”;

3ª ed.: “... a *vida* de criança”.

Cap. LXXX, § 3º (supressão):

1ª ed.: “Era um modo de fugir a Sofia; podia ser ainda mais *alguma cousa*.”;

3ª ed.: “...; podia ser ainda mais.”.

Cap. LXXXIX, § 23º:

1ª ed.: “*falemos de outra cousa*”;

3ª ed.: “*mudemos de assunto*”.

§ 25º, 1ª ed.: “Em que é que V.Sª quer que a gente ganhe alguma *cousa* mais?”

3ª ed.: “... algum *cobrinho* mais?”.

Cap. XCVI, § 2º:

1ª ed.: “O diretor expôs atrapalhadamente o negócio,... ligando e desligando as *cousas*.”;

3ª ed.: “... as frases.”

Cap. XCVII, § 4º:

1ª ed.: “Rubião quedou-se a mirá-la, a compor mil *cousas* lindas”;

3ª ed.: “... mil *cenaz* lindas”.

Cap. XCVIII, § 6º:

1ª ed.: “quando precisasse alguma *cousa*, viesse procurá-lo.”;

3ª ed.: “... algum *dinheiro*,...”.

Cap. XCIX, § 4º:

1ª ed.: “Ergueu-a ante os olhos, para ver se podia ler alguma *cousa*”;

3ª ed.: “... alguma *palavra*”.

Cap. C, § 2º (supressão):

1ª ed.: “Rubião tinha medo de saber *alguma cousa*”;

3ª ed.: “... de saber”.

Cap. CVIII, § 2º:

1ª ed.: “estas *cousas* políticas tomam todo o tempo”;

3ª ed.: “estes *negócios* políticos...”.

§ 17º, 1ª ed. (supressão): “não sei se lhe devem também *alguma cousa*”;

3ª ed.: “não sei se lhe devem também”.

Cap. CX, § 13º:

1ª ed.: “visão antecipada e deslumbrante das *cousas*.”;

3ª ed.: “... das *grandezas*.”.

Cap. CXV, § 14:

1ª ed.: “Que *cousa rica*, minha ama!”;

3ª ed.: “Que *bonito*...”

* * *

O expurgo mais copioso atingiu o verbo falar (e por vezes o nome fala).

Cap. XXXI, § 3º (supressão):

1ª ed.: “pôde começar a falar; e *falou como de costume*, cheio de riso”;

3ª ed.: “pôde começar a falar, cheio de riso”.

§ 9º, 1ª ed.: “*falou sem amuo*”;

3ª ed.: “*discorreu sem amuo*”.

Cap. XLI, § 6º (supressão):

1ª ed.: “Rubião, enquanto *falava*, ia devorando a moça com os olhos de fogo”;

3ª ed.: “Rubião ia devorando...”.

Cap. XLII, § 28:

1ª ed.: “*falou* de outras *cousas*”;

3ª ed.: “*tratou* de outras *cousas*”.

Cap. XLV, § 4º:

1ª ed.: “Não *falava* do jantar”;

3ª ed.: “Não *pensava* no jantar”.

Cap. L, § 31:

1ª ed.: “Sentou-se no canapé, *mas não falou logo*.”;

3ª ed.: “Sentou-se no canapé, *calado*.”.

§ 45, 1ª ed.: “Há dias foi a um baile no Catete, e *falou-me depois* encantado das senhoras que lá vira”;

3ª ed.: “..., e *voltou* encantado...”;

§ 45, 1ª ed.: “*Falaremos* depois...”;

3ª ed.: “*Conversaremos* depois...”;

§ 70, 1ª ed.: “*não falemos* mais nisto.”;

- 3ª ed.: “*acabemos com isto.*”.
- Cap. LVII, § 3º:
- 1ª ed.: “Camacho... andou fora e dentro da Câmara, *falou*, escreveu, lutou constantemente.”;
- 3ª ed.: “Camacho... ..., *orou*, escreveu,...”;
- § 6º, 1ª ed.: “não lia, *quase não falava de outra coisa.*”;
- 3ª ed.: “não lia, não *cuidava em outra coisa.*”.
- Cap. LVIII, § 9º:
- 1ª ed.: “Camacho não lhe *falou em mais nada*”;
- 3ª ed.: “... não lhe *disse mais nada*”.
- Cap. LIX, § 14:
- 1ª ed.: “Quem lhe *falava em contas*?”;
- 3ª ed.: “Quem lhe *pedia contas*?”.
- Cap. LXVIII, § 4º:
- 1ª ed.: “Felizmente, *falou logo de outra coisa*”;
- 3ª ed.: “Mas *passou logo a outra coisa*”;
- § 8º, 1ª ed.: “*Falo-lhe de pensamentos íntimos*”;
- 3ª ed.: “*Refiro-me a um pensamento íntimo*”.
- Cap. LXIX, § 15:
- 1ª ed.: “*falava com a graça de um rei benévolo.*”;
- 3ª ed.: “*exprimia-se...*”.
- Cap. LXX, § 6º:
- 1ª ed.: “*falou da demissão*”;
- 3ª ed.: “*aludiu à demissão*”.
- Cap. LXXVII, § 2º (supressão):
- 1ª ed.: “*Custava-lhe falar, as palavras safam-lhe poucas e moles.*”;
- 3ª ed.: “*As palavras...*”.
- § 12, 1ª ed. (supressão): “*tinha um noivo pronto, era só falar.*”
- 3ª ed.: “*tinha um noivo pronto.*”
- § 15, 1ª ed.: “Já uma vez dissera ao marido haver *falado* nele, e era mentira. Agora, indo a *falar* deveras”;
- 3ª ed.: “... havê-lo *proposto... a propô-lo* deveras”.
- Cap. LXXVIII, § 1º:
- 1ª ed.: “Sobre este assunto *falou* longamento... *Como só ele falasse*, parou de repente”;
- 3ª ed.: “... *discorreu* longamento... Parou de repente”;
- § 3º, 1ª ed.: “a voz do Major não tinha nenhum sarcasmo. Também não lhe *falava* por interesse.”;
- 3ª ed.: “... sarcasmo. Tampouco *era animada de interesse.*”;
- § 4º, 1ª ed.: “*Falou sinceramento*”;
- 3ª ed.: “*Era sincero*”;
- Cap. LXXXIII, § 5º:
- 1ª ed.: “A defunta *falava* dele com elogio”;
- 3ª ed.: “... *fazia-lhe* muitos elogios”;
- § 10, 1ª ed.: “Voltou a *falar* de Maria Benedita.”;
- 3ª ed.: “Voltou a *tratar...*”;
- § 14, 1ª ed.: “Sofia nunca lhe *falou* neste meu palpite?”;
- 3ª ed.: “... lhe *contou* este...?”;
- § 18, 1ª ed.: “Mas, *não falemos mais* nisto.”;
- 3ª ed.: “Mas, *deixemos* isto.”.
- Cap. LXXXIV, § 1º (supressão):
- 1ª ed.: “talvez Sofia não se houvesse esquecido *de falar*, mas mentisse”;

- 3ª ed.: "... esquecido, mas...".
- Cap. LXXXIX, § 23:
- 1ª ed.: "*falemos de outra cousa*";
- 3ª ed.: "*mudemos de assunto*".
- Cap. XCVIII, § 2º (supressão, 1ª ed.: "Cristiano... tem de ir *falar* ao inspetor";
- 3ª ed.: "... tem de ir ao inspetor".
- Cap. C, § 16 (supressão):
- 1ª ed.: "*Não falemos disso! Ah! meu caro Rubião*";
- 3ª ed.: "*Uns biltres! Ah!...*";
- § 19, 1ª ed. (supressão): "Quando *falava* com os braços abertos, ferindo o ar";
- 3ª ed.: "Quando abria os braços, ferindo o ar".
- Cap. CIII, § 11:
- 1ª ed.: "*falou sem raiva*";
- 3ª ed.: "*continuou sem raiva*".
- Cap. CIV, § 3º (supressão):
- 1ª ed.: "*Acabando de falar*, Sofia bateu com o leque no lado direito do vestido";
- 3ª ed.: "Sofia bateu...".
- Cap. CVIII, § 1º:
- 1ª ed.: "Ia ao armazém, *falar* ao Palha";
- 3ª ed.: "..., *visitar* o Palha";
- § 24, 1ª ed.: "cuja *fala* lhe parecia afiada de ironia";
- 3ª ed.: "cuja *palavra*...".
- Cap. CXVI, § 7º:
- 1ª ed.: "Rubião *falou*-lhe como se fosse seu pai.";
- 3ª ed.: "Rubião *continuou*.";
- § 10, 1ª ed.: "*Verá se não falo* verdade";
- 3ª ed.: "*Deixe-me dizer*-lhe a verdade";
- § 11, 1ª ed.: "Também não era preciso que lhe *falasse* de outro modo";
- 3ª ed.: "... que a *tratasse*...".
- Cap. CXVIII, § 1º:
- 1ª ed.: "Se *falasse* desde logo";
- 3ª ed.: "Se *confessasse*...";
- § 26, 1ª ed.: "*Falou também* na perda da mãe";
- 3ª ed.: "*Aludiu à* perda...";
- § 28, 1ª ed.: "cousas *faladas* em sala";
- 3ª ed.: "cousas *conversadas*...";
- § 36, 1ª ed.: "prestes a *falar*";
- 3ª ed.: "prestes a *dizer*".
- Cap. CXIX, § 2º:
- 1ª ed.: "A senhora *fala assim*, conclui Maria Benedita, porque...";
- 3ª ed.: "A senhora *diz isso*, ...".
- § 10, 1ª ed.: "*falou* do plano de casar Maria Benedita..., e *falava também* da conveniência";
- 3ª ed.: "*aventou* o plano..., e *concordava* na conveniência".
- Cap. CXXII, § 7º, 1ª ed.: "Cambaxirras voaram..., e pousaram cantando a sua *fala* própria";
- 3ª ed.: "... a sua *língua* própria".
- Cap. CXXVIII, § 6º:
- 1ª ed.: "*falaram-me* aí para uma casa bancária";
- 3ª ed.: "*convidaram-me* aí...".
- Cap. CXXX, § 7º:
- 1ª ed.: "Se pode esquivar-se, não me *fala* na rua."

- 3ª ed.: “..., não me *cumprimenta*.”
 Cap. CXXXIII, § 2º:
 1ª ed.: “Estranhavam alguns que ele não *falasse* nunca de filosofia”;
 3ª ed.: “... não *tratasse*...”
 Cap. CXXXVIII, § 8º (supressão):
 1ª ed.: “Palha era então as duas cousas; casmurro, a princípio, frio, quase desdenhoso, *falando pouco*”;
 3ª ed.: “..., quase desdenhoso”;
 Cap. CXLI, § 2º:
 1ª ed.: “*falaria* ao marido que a deixasse ir ao passeio”;
 3ª ed.: “*pediria* ao marido...”;
 § 6º, 1ª ed.: “*Preciso de falar* a um sujeito”;
 3ª ed.: “*Devo estar* com um sujeito”;
 § 13, 1ª ed.: “o passeio à Tijuca, de que vocês *falavam*”;
 3ª ed.: “..., de que vocês *conversavam*”.
 Cap. CLXIV, § 6º (supressão):
 1ª ed.: “– Sim, *fale-lhe*.”
 3ª ed.: “– Pois sim.”
 Cap. CXLV, § 5º:
 1ª ed.: “Cheguei a *falar* a um médico”;
 3ª ed.: “Cheguei a *consultar* um médico”.
 Cap. CXLVII, § 10 (supressão):
 1ª ed.: “– Ele falou-me dela com entusiasmo... Concluí que terá tido paixão pela moça; ... *Fala dela* com tal intimidade”;
 3ª ed.: “Ele falou-me dela... .. pela moça; e depois a intimidade”.
 Cap. CLXXIX, § 3º:
 1ª ed.: “*falou* para mim”.
 3ª ed.: “*disse* para mim”.
 Cap. CLXXXI, § 9º:
 1ª ed.: “*falou de* Solferino.”;
 3ª ed.: “*citou* Solferino”.
 Cap. CLXXXII, § 13:
 1ª ed.: “com os seus gestos e *falares*”;
 3ª ed.: “e *palavras*”.
 Cap. CLXXXIV, § 1º:
 1ª ed.: “Não *falava* para o lado da parede”;
 3ª ed.: “Não *se dirigia* à parede”.
 Cap. CLXXXVIII, § 6º:
 1ª ed.: “tinha vontade de *falar* no cão”;
 3ª ed.: “... de *indagar* do cão”.
 § 17 (supressão), 1ª ed.: “inclinou-se, *falou-lhe*, perguntou-lhe pelo amigo”;
 3ª ed.: “inclinou-se, perguntou-lhe...”
 Cap. CLXXXIX:
 1ª ed.: “Falou-lhe de Rubião e da grande desgraça da loucura; *falou* também do palacete de Botafogo.”;
 3ª ed.: “... da loucura; *assim* também do palacete...”
 Cap. CXCIV, § 1º:
 1ª ed.: “Rubião escrevera ao Palha que lhe *fosse falar*”;
 3ª ed.: “... que o *procurasse*”;
 § 5º, 1ª ed.: “Antes de sair, *falou ao* diretor”;
 3ª ed.: “..., *consultou o* diretor”.

* * *

Estão aí numerosas revelações do cuidado com que M. de Assis burilava seu estilo. Servem de sugestões válidas aos neófitos, repetidores contumazes destas e de outras palavras-gazuas, por isso mesmo tornadas inexpressivas.

EMPREGO DOS DEMONSTRATIVOS ESTE, ESSE, AQUELE NA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Luiz Soares de Lima

I – INTRODUÇÃO – O EMPREGO DESTES DEMONSTRATIVOS NO PORTUGUÊS ATUAL DO BRASIL

Antes que me sejam feitas objurgações sobre uma pretensa relação de causa e efeito entre a Carta de Caminha e o Português do Brasil, apresso-me a dizer que considero espúrio e destituído de comprovação tal relacionamento e esclareço que a aproximação entre o título da presente pesquisa e o de sua introdução é de um tipo bem diferente do acima referido.

É evidente, no entanto, que estas duas proposições estão entre si relacionadas, o que será mostrado – como espero – pelo emprego atual dos referidos pronomes *este* e *esse* sem a rigidez da diferenciação presente nos começos da língua, abrandamento este que já irá aparecer, ou ao menos já será renunciado em alguns ou muitos casos, nunca suficientemente explicados do Português Quinhentista e, por via de consequência, na Carta de Caminha; tal fato será objeto de considerações no decorrer do presente trabalho.

Indiferentes ao desgaste que muitos séculos de uso operaram sobre normas gramaticais vigentes na Idade Média, nossos livros didáticos para o ensino da língua portuguesa, neste final de século, são taxativos quando tratam do emprego de *este*, *esse*, *aquele*, referidos obrigatoriamente – assim doutrinam estes mestres – a cada uma das pessoas do discurso. São poucos os que acrescentam a ressalva do emprego baseado em aspectos psicológicos, embora estes ensinamentos constem de nossas melhores gramáticas normativas.

Igualmente taxativo é nos tempos modernos, o ensinamento do uso de “esta/essa repartição ou empresa” em oposição a “este/esse órgão” na correspondência oficial e comercial, como consta dos manuais preparatórios dos concursos promovidos, em outros tempos, pelo DASP. Vale aqui registrar que estes ensinamentos foram verdadeiramente absorvidos pela quase totalidade dos cursistas dos referidos preparatórios; o mesmo, no entanto, não se pode dizer dos nossos alunos do ensino seriado, por mais que seus professores nos esforcemos para que ponham em prática o que sobre a matéria lhes ensinamos, aliás, de fácil compreensão e aceitação por parte destes educandos.

De minha experiência em décadas de docência nos três graus do ensino, cheguei à conclusão da quase inutilidade de tais ensinamentos gramaticais, pois meus alunos continuavam a fazer uso indiferenciado de *este* e *esse*, sem que jamais eu tenha podido descobrir os motivos subjacentes a este tópico da “Grammaire des Fautes”; levemente, apenas levemente, me pareceu que predominava o aspecto eufônico que os levava a evitar, principalmente na fala, encontros desagradáveis do tipo “*este tipo*” ou “*esse sábio*”, substituídos – qualquer que fosse a projeção dêitica ou anafórica – por “*este sábio*” e “*esse tipo*”.

Esta matéria já mereceu a atenção dos doutos e eruditos. Sabe-se que a oposição tripartite nos demonstrativos é herança latina, baseada no clássico “*hic - iste - ille*”; houve um momento, no entanto, em que “*hic*” passou a indicar preferencialmente a localização próxima ao falante, quando, então, se processou uma acomodação geral, ou seja, “*iste*” assumiu também as funções de primeira pessoa; pouco a pouco assumiu-as de todo e perdeu as correspondentes de 2ª pessoa, logo preenchida, esta casa vazia, pelo demonstrativo de identidade “*ipse*”, restabelecendo-se o esquema ternário com a formulação “*iste, ipse, ille*” para as três pessoas do discurso. Foi este esquema, embora enfraquecido, mas ainda vigente no Latim Vulgar, que passou para algumas línguas neolatinas, entre as quais o Português, no qual viveu por muitos séculos e ainda vive na norma culta portuguesa e também na brasileira, muito embora sérias ressalvas já lhe tenham sido feitas, alicerçadas no registro coloquial.

No Português do Brasil, estas ressalvas foram se tornando cada vez mais fortes a tal ponto que Nascentes, com a coragem que lhe conferiam a profundidade e a seriedade de seus muitos estudos, contrariou o ensinamento oficial e declarou a equivalência de “*este e esse*” no Português do Brasil contemporâneo; embora sem apoio estatístico, baseado apenas no que lhe parecia, afirmou o uso preferencial de *este* “por ser de primeira pessoa e indicar maior proximidade que *esse*”. Tudo isto se encontra na contribuição que apresentou na “Miscelânea Filológica em honra à memória do Professor Clóvia Monteiro” (Rio, 1965), sob o conciso título “Este, Esse”.

Depois de Nascentes se tornou mais fácil a aceitação de opiniões sobre o não-funcionamento da oposição dos demonstrativos. Assim, não tardaram a aparecer novos depoimentos, entre os quais emerge o de Mattoso Câmara sobre o que ocorria na prática lingüística da área do Rio de Janeiro. Em sua “História e Estrutura da Língua Portuguesa” (Rio, Padrão, 1975, p. 103), apresentou Mattoso brilhante estudo já antecipado em “Estrutura da Língua Portuguesa” (Petrópolis, Vozes, 1970, p. 112), e que é o seguinte:

- depois de historiar o surgimento do esquema “*iste-ipse-ille*” no latim, explica o restabelecimento da oposição ternária, válida apenas no plano dêitico;
- no plano anafórico, esta oposição, já enfraquecida e apenas remendada, como se viu, não tem justificativa, pois neste plano a oposição verdadeira é, como explica, “entre o âmbito contextual do momento da comunicação e quaisquer outros, anteriores ou posteriores, de que o falante se acha atualmente afastado”; neste plano anafórico a oposição *este/esse* “é uma mera convenção fora da realidade lingüística”;
- No Brasil, acrescenta Mattoso, a oposição anafórica *este/esse* inexistente e *este*, quando aparece, nada mais é do que uma variante enfática de *esse*;
- o sistema tripartido “está se tornando inseguro” e a tendência é a predominância do bipartido com o emprego preferencial de *esse* sobre *este*.

Mais recentemente – a primeira edição do original é de 1975 – Paul Teyssier, em seu “Manual de Língua Portuguesa”, recentemente traduzido para o português e editado pela Coimbra Editora Limitada, ampliou o que sobre a matéria ensinara em sua já clássica “História da Língua Portuguesa”, ou seja, que o português arcaico mantivera o sistema ternário dos dêiticos latinos, modificando-lhes, porém, a forma; na língua atual do Brasil, porém, ao menos na sua modalidade falada, ensina Teyssier, o sistema ternário se transformou em binário, com proveito de *esse* sobre *este*; acrescenta ainda que este fato da oralidade já se manifesta também na língua literária daqueles autores que se valem da língua espontânea; por fim, abona tudo o que disse com exemplo pedido a Jorge Amado, em “Os Pastores da Noite”.

Há, portanto, uma coincidência no que ensinam Nascentes, Mattoso e Teyssier quanto à simplificação atual do sistema de nossos pronomes demonstrativos dêiticos e anafóricos, com predominância de *esse* sobre *este* (Mattoso e Teyssier) e de *este* sobre *esse* (Nascentes).

Por mais categorizados que sejam os autores até aqui nomeados e seus ensinamentos, outros há, em discordância do que estes doutrinaram, abonados por nomes não menos célebres e respeitados. Na verdade, os princípios para o emprego diferenciado de *este e esse*, estabelecidos por Said Ali são bem mais rígidos e muito menos concessivos, princípios que sintetizou a partir de exemplos por ele colhidos em Camões, Gil Vicente, Fernão Mendes Pinto, Frei Luís de Sousa, Vieira, Herculado, Garrett, Júlio Dinis e Eça de Queirós.

Resumidamente, é esta a posição de Said Ali, exposta em sua “Gramática Histórica” (p. 99 e ss.):

1) Em função dêitica, ou seja, quando o pronome indica a situação de pessoas e coisas ou o momento da ação:

- referidas a quem fala: usam-se ESTE/ISTO

– referidas à pessoa com quem se fala, ESSE/ISSO.

Explícita, a seguir, casos diversos em que a aproximação com o falante pode ser maior ou menor, ou simplesmente fabricada pela imaginação; de igual modo, pode referir-se ao falante o tempo mais ou menos longo desde que abranja o momento em que ele fala e exemplifica com a expressão *esta noite* que “pode referir-se tanto à noite passada, como à vindoura”.

2) **Em função anafórica**, ainda segundo Said Ali, *este/isto* se referem ao que o falante disse anteriormente, ao que acabou de dizer ou vai anunciar a seguir; dentro deste mesmo esquema, *esse/isso* ao que, nas mesmas circunstâncias, fez o ouvinte.

Diga-se de passagem que Said Ali apenas sistematizou – e o fez brilhantemente – a doutrina gramatical sobre a matéria, que era a tradicional, como se pode ver, entre outros, em Moraes, nos verbetes ESTE e ESSE, a seguir transcritos:

“Este – (...) Limita a extensão do nome, a que se ajunta, designando-o pela circunstância de estar a cousa presente e próxima da pessoa que fala, ou no seu próprio corpo.”

“Esse – (...) Limita a extensão do nome, a que se ajunta, pela circunstância de achar-se o objeto que representa próximo da pessoa a quem se fala ou escreve, ou no corpo desta mesma pessoa, ou de ter com ela relação, ou ter sido por ela antes nomeado.”

Com base nos ensinamentos de Said Ali, seu mestre, o Prof. Evanildo Bechara – mestre de muitos de nós – produziu um importante estudo da atualidade desses ensinamentos, procurando aplicá-los a um texto da língua contemporânea, para o que escolheu o livro de Fernando Sabino “A Mulher do Vizinho”; consta este estudo de uma palestra que proferiu no “Romanische Seminar”, da Universidade de Bonn, a convite do Prof. Harri Meier, e publicada posteriormente em LITTERA, nº 5, Ano II, maio/agosto, 1972. É difícil resumir as conclusões do mestre, mas, de um modo geral, constatou que “raríssimas são as vezes que Fernando Sabino deixa de refletir a lição geral da gramática normativa”.

II – NA CARTA DE CAMINHA

A meio caminho entre o romance lusitânico, que conservou o sistema ternário latino, e a tendência atual de neutralizar a oposição entre *este* e *esse* e firmar o esquema binário *este/esse//aquele* temos um texto relativamente curto, como é o da Carta de Pero Vaz de Caminha, em que todos os casos podem ser estudados, ao invés de serem pinçados do texto somente aqueles que servem aos propósitos comprobatórios do autor. Foi esta comprovação de meio caminho na História da Língua que pretendi fazer no presente trabalho.

A representatividade do texto da Carta em relação à língua da época pode ser bem situada se considerarmos que:

- a) “Os Lusíadas” – o grande divisor de águas e catalizador das tendências lingüísticas de sua época – ainda não tinham sido produzidos;
- b) o “stil nuovo”, que Sá de Miranda iria implantar, ainda não tinha acontecido;
- c) o texto de 1500 não tem contemporâneos exatos, mas se coloca na mesma perspectiva lingüística e cronológica do Cancioneiro Geral, Menina e Moça e do início da produção vicentina;
- d) as novidades lingüísticas eram as que tinham sido aceitas pela Corte, que adotara as do Centro e Sul do reino em prejuízo das que a Reconquista trouxera do Norte, de onde partira.

Caminha ainda preferia as características lingüísticas do Norte, de onde era originado, e não adotara as que já predominavam no eixo Coimbra-Lisboa. Sua linguagem ainda possui sabor arcaico, embora sem o ranço dos primeiros séculos da língua; suas características lingüísticas a situam no período arcaico-médio, que vai, segundo Bechara, em sua tese de concurso para a UFF, do primeiro quartel do século XV ao primeiro do século XVI.

É, pois, neste tipo de língua já saída da arcaicidade maior das marcas registradas que os Cancioneiros consagraram, mas ainda não bafejada pelas inovações que o Renascimento já introduzira alhures que iremos estudar a prática dos pronomes demonstrativos *este*, *esse*, *aquele*.

Caminha empregou 42 vezes ESTE (deste, neste) / ISTO (nisto) e 30 vezes ESSE (desse, nesse) / ISSO (disso).

1) Para ele, eram ESTE e ISTO:

a) o mar de longo, a navegação e seu prosseguimento:

- Fl. 1,14 - "terra noua que se ora *neesta* navegaçam achou";
- Fl. 1,29 - "Easy seguymos nosso caminho per *este* mar de longo";
- Fl. 12v.,13 - "trautando ãfim dapregaçam *deste* voso prosegumêto";

b) a terra nova descoberta, onde o escrivão se encontrava, o ilhéu aonde foram, a maneira pela qual deu a notícia do achamento e os presentes que o capitão mandou:

- Fl. 1,2 - "anoua do achamento *desta* vossa terra noua";
- Fl. 5,19 - "(tratou) do achamento *desta* terra";
- Fl. 5v.,32 - "*neeste* ilheo onde fomos ouvir misa";
- Fl. 6,9 - "mandar a noua do achamento *desta* terra a vosa alteza";
- Fl. 9,33 - "seg vosa alteza todas *estas* cousas vera por que ocapitã volas ha de mandar";
- Fl. 10,1 - "me parece que avera *neesta* terra muytos";
- Fl. 13v.,31 - "E *neesta* maneira Sor dou aquy avosa alteza doque *neesta* vosa terra vy";

c) a nau capitânia, onde ele estava, e toda a frota:

- Fl. 1,14 - "postoque o capitam moor *desta* vossa frota";
- Fl. 1v.,20 - "evieram logo todolos capitaaes das naaos *aesta* naao do capitam moor";
- Fl. 3v.,9 - "vieram os capitaaes todos *aesta* naao do capitam moor";
- Fl. 9,10 - "casas as quaes deziã que erã tam compridas cada hũa *comesta* naao capitana";
- Fl. 10v.,9 - "e em querendo ocapitã sair *desta* naao...";

d) a ancoragem e o porto de onde Caminha avaliou o tamanho da terra e escreveu a Carta:

- Fl. 1v.,16 - "e chegaríamos a *esta* ancoragem...";
- Fl. 13v.,3 - "de que *deste* porto ouvemos vista sera tamanha que...";
- Fl. 14,12 - "*deste* porto seguro da vosa ilha de vera cruz".

e) os dois degradados que, em uma única oportunidade e por duas vezes, são "estes", o que nos leva a pensar que estavam ali por perto:

- Fl. 6,19 - "e leixar aquy por eles outros dous *destes* degradados";
- Fl. 6,26 - "dous homeês *destes* degradados que aquy leixasem...";

f) alguns índios, suficientemente caracterizados, presentes, real ou mentalmente, ao escrivão, vistos, como diria Said Ali, "como imagens nítidas do primeiro plano":

- Fl. 4v.,10 - "*este* que o agasalhou era ja de dias";
- Fl. 5v.,15 "*este* que os asy amdava afastando trazia seu arco e seetas...";
- Fl. 7,26 - "trazia *este* velho o beicho tam furado que...";
- Fl. 6,16 - "preguntou mais se seria boo tomar aquy per força um par *destes* homeês...";

- g) o cargo de *escrivão da feitoria de Calecute*, em que estava *Caminha* comissionado:
 – Fl. 14,5 – “E pois Sñor he certo que asy *neeste* careguo que levo...”;
- h) o tempo presente e os dias anteriormente citados:
 – Fl. 13v.,8 – “por q̄ *neeste* tempo dagora asy os achamos
 – Fl. 1v.,2 – “e *neeste* dia aoras de *bespera...*”: o dia era 2ª feira, citada na primeira linha.
- i) palavras e fatos já referidos e indicados pela forma neutra e genérica “isto”:
 – Fl. 3,28 – “*Isto* tomauamonos asy polo *desejarmos...*”;
 – Fl. 6v.,1 – “*acabado isto* dise ocapitam que fossemos nos batees em terra”;
 – Fl. 12v.,28 – “e *isto* acabado era ja bemhuia ora depois de meo dja”;
 – Fl. 13,25 – “*acabado isto* fomos asy perante eles baijar acruz”;
 – Fl. 8,20 – “e *isto* me faz presumir que nõ teem casa nẽ moradas”;
 – Fl. 4,14 – “e *nysto* comcrudiram”;
 – Fl. 12,13 – “aly andando *nysto* vijnjram bem cl ou mais”;
- j) fato a ser referido e que foi indicado por “isto” na sua forma arcaica “esto”:
 – Fl. 6,20 – “a *esto* acordaram que nõ era necessareo tomar per força homeês...”;

2) Dentro desta mesma perspectiva, para *Caminha* eram ESSE e ISSO:

- a) o cuidado que os pilotos deviam ter:
 – Fl. 1,14 – “e os pilotos devem ter *ese* cuidado”;
- b) os marinheiros que foram até a *taba*:
 – e segº *dezi*am *eses* que la foram...”;
- c) os índios que estavam na *taba* e também os que andavam por ali, com os quais *Caminha* não se misturou:
 – Fl. 5,33 – “e aly se metiam iijj ou b ou *eses* que queriam”;
 – Fl. 12v.,15 – “*eses* que apregaça sempre estiveram...”
 – Fl. 11,21 – “*Esses* x ou xij que hy estavam...”;
- d) o sertão lá longe:
 – Fl. 10,9 – “nõ douydo que per *ese* sartão ajam muitos”;
- e) os religiosos, que são sempre “esses”, e que formavam um grupo ao qual o *escrivão* não pertencia e do qual guardava distância:
 – Fl. 12,6 – “cõ *eses* rrelegiosos e sacerdotes diante cantando...”;
 – Fl. 12,17 – “/missa) a qual foi cantada e ofeçada per *eses* já ditos”;
 – Fl. 12,30 – “comungaram *esses* rrelegiosos e saacerdotes”;
- f) os arcos, o *inhame*, as sementes que os índios traziam e a lenha que ajudaram a carregar, referidos em construção partitiva:
 – Fl. 6v.,16 – “eles dauam *dese*s arcos com suas seetas”;
 – Fl. 11,3 – “*acaretauam desa* lenha quanta podiam...”;
 – Fl. 11v.,10 – “nẽ comẽ se nõ *dese* *inhame* que aquy ha muyto e *desa* semente e frutos que atera e aruores de sy lançam”;
- g) fatos anteriormente citados e expressos por “isso”:
 – Fl. 1,5 – “nom leixarey tam bem de dar *disso* minha conta avossa alteza”;
 – Fl. 2,34 – “por ser homẽ vyui e deestro pera *yssso*”;
 – Fl. 2v.,8 – “e estam acerqua *disso* com tanta ynocemcia”;
 – Fl. 6v.,28 – “ca me parece que nõ entedem nẽ tomam *dysso* c. to mas...”;
 – Fl. 8v.,13 – “e por *yssso* sam asy esquyvos”;
 – Fl. 9v.,14 – “que se omtem pera *yssso* cortou”;
 – Fl. 11v.,19 – “fazianse logo prestes pera *yssso* ã tal maneira que...”;
 – Fl. 12v.,27 – “*vijnhã ajsso* muitos...”;
 – Fl. 13,10 – “e pera *yssso* se alguem vjer...”;

3) **AQUELE / AQUILLO** – é o que está fora do campo do falante e do ouvinte, no âmbito do discurso; como anafórico se refere ao que já foi dito há mais tempo ou em outro contexto lingüístico. Seu uso muito raramente interfere com o de “*esse/isso*” e nunca com o de “*este/isto*”.

Para Caminha, são **AQUELE / AQUILLO**:

a) *referências feitas aos índios e a seus pertences:*

- aos que se achavam afastados no espaço e no tempo: Fl. 3v.,22; 6v.,25; 12v.,31; 12v.,2;
- aos dois que se pretendeu tomar à força e mandar para Portugal: Fl. 2,36;
- aos seus arcôs: Fl. 4,11;
- às moças índias: Fl. 4v.,15;
- à tintura que usavam: Fl. 7,8;
- à carne que lhes deram para comer: Fl. 9,21;
- à comida por eles rejeitada: Fl. 3,16;
- ao buraco no beijo de um deles: Fl. 7,29;
- à “encarna” dos índios: Fl. 4,10;

b) *a voz do celebrante e a dos religiosos:* Fl. 5,9;

c) *as contas citadas anteriormente:* Fl. 6v,31;

d) *os ouriços verdes que pareciam de castanheiros:* Fl. 8v.,27;

e) *o rio lá longe:* Fl. 12v.,16;

f) *a ribeira do mar e a pequena ilha:* Fl. 7v.,26 e 5,1/6;

g) *os navios pequenos que estavam ancorados distantes da nau capitânia:* Fl. 2,31;

h) *indicação de tempo passado:* Fl. 3v.,33.

4) ESTUDO DE ALGUNS CASOS DUVIDOSOS

As dúvidas se situam no emprego de *este* em oposição a *esse*, embora, não raro, se estendam até *esse/aquele*, dúvida – repito – dos motivos que teriam levado o escritor a preferir um ao outro; como nos ensinou Said Ali, o escritor pode conferir ao objeto distante uma aproximação mental, e determiná-lo por *este*, ou vice-versa, para o que certamente tinha razões e motivos que o leitor e o intérprete precisam procurar e desvendar, caso existam. A aproximação prevista por Said Ali está consubstanciada nestas suas palavras:

“Por outras palavras: com o pronome *este* a imaginação aproxima de nós coisas na realidade afastadas; com o pronome *esse* arreda ou afasta de nós coisas que estão ou poderiam estar próximas.” (GH, 103)

O emprego de *este/esse* atende, portanto, a motivações subjéctivas, além das objectivas; na Carta de Caminha, os motivos da inversão de uso ou da multiplicidade de usos nem sempre transluzem de imediato; podem ser procurados, mas, por vezes, a razão mais convincente com que o pesquisador se depara é mesmo o reconhecimento puro e simples de que, em seu tempo, a diferenciação de uso ia além das regras formuladas em nosso tempo, para a dêixis e a anáfora; pode-se também concluir que, já naquela época, a rigidez de tais regras não era tanta, ou seja, que algum processo de neutralização já estava em curso e – pelo que nos foi dado perceber na Carta – em proveito de *esse* sobre *este*, tendo em vista que a dúvida, nestes casos que vamos estudar, se insere na perplexidade em que ficamos com o imotivado emprego de *esse/isso* e nunca quanto ao emprego de *este/isto*.

Passemos ao estudo destes casos:

a) *a alcatifa e a areia* em que todos estavam assentados, inclusive Caminha, não podiam estar mais próximas no tempo e no espaço; no entanto, para o escrivão era *essa* e não *esta*, como

se vê dos seguintes textos:

Fl. 2v.,35 – “e nos outros que aquy na naao cõ ele himos asentados no chão por *essa* alca-tifa...”;

Fl. 5,16 – “e nos todos lamçados per *essa* area...”;

São possíveis outras interpretações, inclusive a de que sentar-se no tapete ou ajoelhar-se na areia não fossem do agrado de Caminha, mais afeito a comodidades próprias de sua idade e posição social. Temo, porém, se admitirmos a validade de tal explicação, estejamos forçando o texto que, a meu ver, não nos permite esse tipo de divagação.

b) o *arvoredo* por onde foram folgar em companhia do capitão, é *este* no início e *esse* no final:

Fl. 11,7 – “foy o capitã com alguũs denos huũ pedaço per *este* arvoredo ataa huũa rri-beira grande e de muita agoa que anoso parecer era *esta* meesma que vem tẽer aa praya em que nos tomamos agoa./aly jouemos huũ pedaço bebendo e fol-gando ao longo dele *antrese* arvoredo que he tanto e tamanho e tam basto e de tantas prumajẽes que lhe nõ pode homẽ dar conto.”

Este *arvoredo* descrito com tantos pormenores não pode ser incluído entre as “imagens mais apagadas do segundo plano”, como Said Ali caracterizou as que devem ser indicadas por *esse*; ora, são precisamente estas “imagens nítidas de primeiro plano” que no final do texto são assinaladas por *esse*, em oposição a *este* do início do parágrafo, que não é descrito com tantos pormenores.

Não faltará quem pretenda justificar o emprego de *este* por ter sido a parte do *arvoredo* percorrida, enquanto o restante, embora descrito, não teria sido percorrido. Se aceita, esta expli-cação certamente justifica o ponto de vista do autor, mas deixa dúvidas sérias sobre o que real-mente aconteceu, ou seja, se foi esta a intenção do autor, ou, como parece, se foi uma preferên-cia imotivada.

c) o mesmo poder-se-á dizer da *mata* referida em:

Fl. 9v.,31 – “em quanto andauamos *neesa* mata acortar alenha atrauesauam alguũs papa-gayos per *essas* aruores...”

É fácil admitir que Caminha não tenha cortado lenha: outros o fizeram. Mas ele estava na mata e deve ter visto os papagaios que voavam entre as árvores, ali bem por perto dele: visão de primeiro plano. Por que, então, *essa mata/essas árvores* e não *esta/estas*?

Propositadamente o autor as afastou para um plano secundário e impreciso – que o texto não favorece – ou simplesmente o autor fez uma preferência que não se coaduna com as normas atuais de emprego destes determinativos?

e) referências de interpretação ainda mais penosa são as que foram feitas a dias, que ora são *estes*, ora são *aqueles*, e as noites que são *estas*, *essas* e *aquelas* sem que os motivos desta diferenciação sejam suficientemente claros para sujeitar a preferência às normas estabelecidas e às próprias vacilações conotativas.

Vamos aos textos com a palavra *DIA*:

– Fl. 1,19 – “e aly andamos todo *aqule* dia em calma”;

– Fl. 1v.,2 – “e *neeste* dia aoras de bespera...”;

– Fl. 8v.,18 – “*neeste* dia os vimos de mais perto”.

Comentário – Se admitirmos, com Jaime Cortesão (p. 87, nota 11) que a primeira parte da Carta foi escrita, como parece muito provável, no dia 24 de abril e sua continuação nos dias 26, 27, 28 e 30 e no dia 1º de maio, os dias acima referidos passam a ter a seguinte configuração no contexto cronológico:

– o dia da fl. 1.19 era o sábado seguinte à partida, portanto, 14 de março, quando a frota se achava à altura das ilhas Canárias;

– o dia da fl. 1v.,2 era a quarta-feira, 22 de abril, quando foi avistado o Monte Pascoal;

– o dia da fl. 8v.,18 era a segunda-feira seguinte, quando foi dado aos mareantes ver os índios de mais de perto e mais à vontade.

Os dois dias acima referidos já eram passados quando Caminha decidiu escrever ao rei e o último foi relatado na noite do dia em que ocorreu o fato: todos, portanto, já eram conclusos em relação ao tempo da narrativa, mas somente o primeiro foi indicado por *aquele*, isto porque a vista das Canárias, com mais de um mês de ultrapassadas, já era fato conhecido de muitos outros navegantes, ao passo que os sinais da terra nova e a maior aproximação física com seus exóticos habitantes foram repostos em primeiro plano e descritos com minúcias; por isso, usou adequadamente o escrivão *aquele* para o dia já longínquo e *este* para os dias em que a informação ainda era notícia de primeira página.

Com a referência NOITE são os seguintes os textos:

- Fl. 9,5 - "aos degradados mandou que ficasem la *esta* noite";
- Fl. 11v.,28 - "os quaes foram *esta* noite muy bem agasalhados";
- Fl. 13,30 - "dous grometes que *esta* noite se saíram";
- Fl. 10v.,1/6 - "mandouos *esa* noite muy bem pensar e cuçar e comeram toda vianda que lhes deram e mandoulhes fazer cama de lençooes seg^o ele disse e dormjram e folgaram *aquela* noite e asy nõ foy mais *este* dia que pera screpuer seja";
- Fl. 1v.,10 - "aly jouuemos toda *aquela* noite".

Comentários

- A noite da fl. 9,5 é a do dia 27 de abril, já referido em fl. 8v.,18, aqui já comentada. Ao escrever as ocorrências do dia, Caminha as tinha bem presentes, quer o dia, em que lhe foi dado ver de perto os índios, por isso *este*, quer a noite deste mesmo dia, a mais próxima, por isso *esta* noite;

- a noite da fl. 11v.,28 é a de 30 de abril, quinta-feira, quando foram bem agasalhados na nau capitânia dois índios já conhecidos, fato ocorrido precisamente naquela noite, em cujo decorrer, Caminha registrou o acontecido;

- a noite da fl. 13,30 é a do dia 1^o de maio, sexta-feira, véspera da partida; a fuga dos dois grumetes só foi notada à noite, na própria ocasião em que Caminha fazia os registros do dia;

- a noite da fl. 10v.,1/6 é a do dia 29 de abril, dia do transbordo da carga do navio de mantimentos para os demais, dia, pois, de muitos trabalhos e percalços, mas também de poucas ocorrências: segundo Cortesão, nesta noite Caminha nada escreveu, fazendo-o, porém, na noite seguinte, ou seja, a 30 de abril. Este fato justificaria o *essa* noite, que já era a de ontem; o afastamento maior até atingir as proporções de *aquela* noite para designar a mesma noite já determinada por *essa*, talvez se justifique também pelo afastamento mental maior em *aquela* noite por causa da conformativa "segundo ele disse", referido ao testemunho de Sancho de Tovar.

Assim, temos dois planos de referência neste parágrafo:

- no primeiro Caminha registrou o que soube ter acontecido na noite anterior, indicada por *essa*;
- no segundo plano, anotou o que soube pelo que lhe disse Sancho de Tovar e marcou esta maior afastamento pelo emprego do demonstrativo mais distante *aquele*.

III - CONCLUSÃO

Da Carta de Caminha muitos tópicos poderiam ser extraídos e apresentados como exemplos abonadores do emprego diferenciado de *este/esse*; tal fato balizaria, na dimensão do tempo, um tipo de uso em que a dita oposição ainda era absolutamente válida.

Ocorre, porém, que, ao invés de serem pinçados apenas alguns exemplos, neste trabalho se fez o estudo de todos os casos em que os referidos demonstrativos foram empregados. Disto resultou que o uso de *este* sempre pôde ser justificado pelo elenco de regras ainda hoje vigentes; o mesmo não se pode dizer, no entanto, em relação a *esse* que, dentro de um universo relativa-

mente pequeno, como é a Carta de Caminha, apresenta alguns casos de emprego duvidoso, ou seja, sem apoio claro nas aqui já referidas regras gramaticais.

Isto nos leva à procura dos motivos que teriam levado o escrivão a tal escolha, motivos que, sinceramente, não consegui identificar, inclinando-me, por isso, a admitir que na época já começava a se apagar a diferença entre *este* e *esse*, cabendo ao usuário a escolha de um ou outro, segundo lhe parecesse mais consentâneo.

Caminha, quando preferiu, privilegiou *esse* sobre *este*, preferência que, séculos depois, viria a ser detectada também por Mattoso Câmara e Paul Teyssier no Português do Brasil.

Tenho, pois, que a neutralização da oposição entre *este* e *esse*, já constatada no Português atual, não é uma novidade completa, possivelmente nem é mesmo uma novidade, pois já nos primeiros inícios do século XVI este processo de apagamento da diferença já estava em curso, como se pode depreender do estudo destes pronomes no texto da Carta de Pero Vaz de Caminha.

OBRAS CONSULTADAS

1. Bechara, Evanildo C. *Sintaxe dos demonstrativos em "A Mulher do Vizinho"* de Fernando Sabino. In "LITTERA", nº 5 – Maio/Agosto, Ano II, 1972.
2. Bechara, Evanildo C. *As fases históricas da língua portuguesa. Tentativa de proposta de nova periodização*. Tese de concurso para Titular de Língua Portuguesa na UFF, Niterói, 1985.
3. Câmara Jr., J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1975.
4. Câmara Jr., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
5. Cortesão, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.
6. Moraes Silva, Antônio de. *Diccionario da lingua portugueza*. (9ª ed., 2 volumes), Lisboa, Editora Empreza Litteraria Fluminense, s/d.
7. Nascentes, Antenor. *Este, Esse*. In "Miscelânea Filológica em Honra à Memória do Prof. Clóvis Monteiro". Rio de Janeiro, 1965.
8. Pereira, Sílvio Batista. *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1964.
9. Said Ali, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1971.
10. Teyssier, Paul. *Manual de língua portuguesa. (Portugal-Brasil)*. Trad. de Margarida Chorão de Carvalho. Coimbra, Coimbra Editora, 1989.
11. Teyssier, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. Lisboa, Sá da Costa, 1987.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS

Carly Silva

1. Introdução

A concepção da lingüística aplicada hoje dominante no campo do ensino de línguas (1) difere profundamente da que foi adotada na fase inicial das discussões no tocante ao papel da lingüística na área pedagógica. Naquela época, a lingüística aplicada era encarada como aplicação, direta ou indireta, de contribuições da lingüística teórica e descritiva para fins pedagógicos. Mais recentemente, a partir da década de 70, vem-se observando uma tendência geral no sentido do alargamento do âmbito e da revisão do papel da lingüística aplicada, agora caracterizada, em termos gerais, como síntese das contribuições das disciplinas relevantes para o ensino de línguas. Essa nova visão de lingüística aplicada assumiu diversas formas, cabendo destacar as formulações segundo as quais a disciplina seria o ramo teórico da pedagogia do ensino de línguas, uma área de investigação mediadora entre a teoria e a prática do ensino de línguas e o campo de estudo de todos os aspectos do processo de ensino/aprendizagem de línguas. Não obstante essa diversidade de posições, entretando, prevalece o entendimento de que a área da lingüística aplicada constitui campo interdisciplinar autônomo.

É nosso propósito examinar, nesta oportunidade, as razões da mudança de perspectiva ocorrida na área e suas implicações no campo do ensino de línguas.

2. A lingüística aplicada como aplicação de contribuições da lingüística

Na fase inicial, prevaleceu a crença de que a prática pedagógica deveria apoiar-se primordialmente na lingüística, cujas formulações assegurariam maior eficiência no ensino de línguas, desde que adequadamente aplicadas. Chomsky se insurgiu contra a idéia da presunção da relevância da lingüística no campo pedagógico, sustentando que caberia ao professor decidir, em cada caso, da aplicabilidade ou não de determinada contribuição da lingüística ao ensino. (2) Todavia, conforme pondera Stern (1983:180), a execução de tal tarefa “pressupõe um sólido conhecimento, raramente encontrado, tanto da lingüística quanto da pedagogia do ensino de línguas”. Diante dessa constatação, surge a idéia de um nível intermediário entre a lingüística teórica e a pedagogia, destinado a interpretar os resultados teóricos e descritivos, de modo a avaliar sua relevância para fins pedagógicos. Esse nível intermediário seria a lingüística aplicada.

Aceita essa concepção, passou-se a discutir o modelo a ser adotado e a forma de utilização das contribuições da lingüística. Quanto ao modelo, travaram-se acalorados debates em relação a diferentes propostas, com vistas à elaboração de uma gramática pedagógica adequada, à luz da convicção de que “o ensino precisa basear-se na melhor descrição possível da língua que está sendo ensinada”. (3) Quanto à forma, foi sugerida uma distinção entre “aplicações” e “implicações” (Spolsky, “Linguistics and language pedagogy: applications or implications?”, 1970) ou mesmo entre “insights”, “implicações” e “aplicações” (Wilkins, 1972: 217-225).

Conforme explica Stern (1983: 174), para Spolsky (1970), “as descrições feitas pelo lingüista podem ser “aplicadas” no sentido de fornecerem os dados necessários para a elaboração de gramáticas escolares, compêndios e dicionários, ao passo que as discussões iniciadas pela lingüística a respeito da natureza da linguagem podem sugerir novas idéias que, por sua vez, têm implicações para o ensino de línguas.” (4)

Wilkins, por sua vez, descreve a relação entre a lingüística e o ensino de línguas em termos das noções de “insight”, “implicação” e “aplicação”. “Insights” seriam “noções lingüísticas que aumentam nossa compreensão da natureza da linguagem e conseqüentemente da natureza da aprendizagem”; “implicações” seriam idéias a respeito da aprendizagem de línguas sugeridas pela psicolingüística; as “aplicações” diriam respeito a “casos em que noções e informações extraídas da lingüística atuam diretamente no processo do ensino de línguas”, entendendo o autor que as descrições feitas pelo lingüista servem de base para a preparação de materiais de ensino.

Vemos, assim, que, pelo menos no tocante à descrição da língua alvo, chegou-se a defender a idéia da aplicação direta de contribuições da lingüística no campo pedagógico.

Encarando a lingüística aplicada como aplicação de contribuições da lingüística no ensino de línguas, sustentou o lingüista britânico Pit Corder, em sua conhecida obra *Introducing Applied Linguistics* (1973: 10), que a lingüística aplicada era uma “atividade”, não um “estudo teórico”, sendo o especialista na área “um consumidor ou usuário, e não um produtor de teorias”, razão pela qual não poderia haver uma “teoria do ensino de línguas”. No mesmo sentido manifestou-se o autor, em duas outras oportunidades, ao definir a lingüística aplicada como

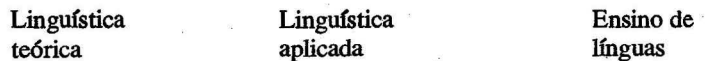
“a utilização de conhecimentos relativos à natureza da linguagem, resultantes da pesquisa lingüística, na melhoria da eficiência de alguma tarefa prática na qual a linguagem seja componente central.” (“Problems and solutions in applied linguistics”, 1974: 5, *apud* Van Els et alii, 1984: 7)

e como

“conjunto de atividades ou técnicas relacionadas, mediadoras entre as várias explicações teóricas da natureza da linguagem, de um lado, e as atividades práticas do ensino de línguas, do outro.” (1975; in Kaplan; 1980: 8).

Ao mesmo tempo, sustentou Pit Corder (1973: 143) que a relevância da lingüística teórica para o ensino de línguas seria indireta, (5) não cabendo ao lingüista teórico manifestar-se sobre o assunto. A referida tarefa caberia à lingüística aplicada.

A concepção de lingüística aplicada adotada nessa fase inicial implica um relacionamento unidirecional entre a lingüística teórica e o ensino de línguas e a subordinação do professor ao lingüista, situação que poderia ser representada no seguinte diagrama:



Além de colocar em segundo plano o papel de outras disciplinas no ensino, tal concepção geralmente envolve a idéia de que a elaboração de uma gramática pedagógica de base lingüística é tarefa prioritária, quando, na realidade, o problema fundamental no tocante ao sistema gramatical é o que Pit Corder chama de “pedagogia da gramática”, ou seja, a questão de como ensinar o sistema gramatical ou levar o aluno a aprendê-lo indutivamente, ficando em aberto a questão da utilização ou não de uma gramática pedagógica nesse processo. E poderíamos ir ainda mais longe, sustentando que a “pedagogia da gramática” se insere no contexto mais amplo da aprendizagem/aquisição da língua como sistema de comunicação e instrumento de interação social, enfoque hoje largamente adotado. Por outro lado, a situação de instabilidade e incerteza decorrente das constantes reformulações dos modelos lingüísticos tornava particularmente difícil saber que ensinamentos da lingüística aplicar no campo pedagógico. Por todos esses motivos, muito embora a lingüística aplicada ainda seja freqüentemente vista como aplicação de conhecimentos, métodos e ensinamentos da lingüística (cf., por exemplo, Crystal, 1980: 28; Richard et alii, 1985: VI), nova concepção da disciplina veio a prevalecer no campo do ensino de línguas: a visão da lingüística aplicada como síntese das contribuições das disciplinas relevantes para o ensino de línguas.

3. A lingüística aplicada como síntese das contribuições das disciplinas relevantes para o ensino de línguas

Conforme já tivemos oportunidade de assinalar, essa nova visão da lingüística aplicada assumiu diversas formas. Cabe ressaltar, por outro lado, que não há acordo entre os estudiosos em relação ao elenco das disciplinas relevantes, pois Strevens (1977: 38) menciona a lingüística, a psicologia, a neurofisiologia, a teoria da informação, as ciências sociais (especialmente a sociologia e a antropologia), a educação, a filosofia, a lógica e a metodologia científica; Stern (1983: 44) cita a história do ensino de línguas, a lingüística, a sociologia, a sociolingüística e a antropologia, a psicologia e a psicolingüística e a teoria educacional; Van Els et alii (1984: 127, 139) se referem à lingüística, à psicologia, à sociologia, à pedagogia e à educação; e Richards et alii (1985: 15) mencionam a lingüística, a sociologia, a psicologia, a antropologia e a teoria da informação. Ao mesmo tempo, entretanto, essas diversas posições muito têm em comum, pois à luz de todas elas a lingüística aplicada:

- a) deixa de ser encarada como nível intermediário entre a lingüística teórica e o ensino e assume caráter interdisciplinar, passando a interessar-se pelo estudo das relações entre todas as disciplinas relevantes e a prática pedagógica;
- b) passa a constituir uma área autônoma, com modelos próprios, analisando as contribuições da lingüística e de outras disciplinas à luz de critérios próprios e formulando suas próprias teorias, ao invés de simplesmente absorver ensinamentos de outras áreas.

Em decorrência dessa profunda reformulação do conceito de lingüística aplicada, passa-se a postular um relacionamento bidirecional, um processo de interação, entre a teoria e a prática do ensino de línguas, bem como a necessidade de uma teoria do ensino de línguas, como pressuposto essencial de qualquer discussão séria na área. Continua a haver muita resistência de lingüistas teóricos a essa nova visão, em parte por culpa dos próprios especialistas em lingüística aplicada, que, segundo Carol Sanders (1987: 201),

“perpetuaram a idéia de uma aplicação unidirecional da teoria e também, de modo geral, mostraram-se mais preocupados em realizar projetos de pesquisa em pequena escala que em procurar estabelecer um esquema epistemológico para a pesquisa em lingüística aplicada, em geral”.

De qualquer modo, temos hoje uma situação bem mais promissora, pois, no dizer de Lyons (1987: 5),

“Os tempos mudaram, e a relação entre a lingüística teórica e a aplicada talvez seja mais saudável agora. Cada uma contribui para o desenvolvimento da outra e, em sentido mais amplo, para melhor compreensão da natureza da linguagem e do papel que ela desempenha na vida humana como principal instrumento de cognição e comunicação.”

Cada um dos aspectos da nova visão da área merecerá exame mais detido, mas antes cabe ressaltar a inadequação do termo *lingüística aplicada* para designar a disciplina à luz da nova concepção. Com efeito, agora o referido campo de estudos envolve mais que a simples aplicação de teorias e, por outro lado, diversas outras disciplinas, além da lingüística, nele desempenham papel fundamental. É verdade que a lingüística aplicada trata da “aplicação dos resultados de estudos teóricos a problemas práticos”, conforme formulação adotada nas diretrizes da revista *Applied Linguistics* (publicada pela Oxford University Press) e tem em vista “uma combinação de pesquisa lingüística teórica e sua aplicação prática no ensino de línguas”, segundo a definição adotada na IRAL (*International Review of Applied Linguistics to Language Teaching*, publicada em Heidelberg e distribuída pela Oxford University Press), mas, ao mesmo tempo, ela pode ser caracterizada como disciplina que utiliza informações das áreas relevantes “para elaborar seus próprios modelos teóricos da linguagem e seu uso, e depois emprega essas informações e formulações teóricas em aplicações práticas” (Richards et alii, 1985: 15). De qualquer modo, obser-

va-se uma tendência geral no sentido da manutenção do termo 'lingüística aplicada', não tendo sido aceitação significativa propostas de adoção de outros termos, como 'lingüística educacional', formuladas por autores como Spolsky (in Kaplan, 1980: 66-73) e Stern (1983: 44, 50).

Vejamos agora, mais detidamente, os traços mais importantes da concepção de lingüística aplicada hoje dominante no campo do ensino de línguas, no contexto das três vertentes principais mencionadas no início deste artigo.

4. A lingüística aplicada como suporte teórico do ensino de línguas

A caracterização da lingüística aplicada como suporte teórico do ensino de línguas, como "ramo teórico da pedagogia do ensino de línguas", proposta por Widdowson (1979: 234), enfatiza um aspecto importante da nova concepção de lingüística aplicada: o entendimento de que cabe a esse campo interdisciplinar elaborar formulações teóricas próprias. Rejeita-se, assim, a visão de Pit Corder, a que já fizemos referência, da lingüística aplicada como mera atividade e do especialista na área como simples consumidor ou usuário de formulações alheias. Sustentando essa posição, afirma Widdowson (1979: 243) que a lingüística aplicada não deve depender de contribuições ocasionais da lingüística, mas elaborar "um modelo coerente de descrição lingüística que seja relevante para o ensino de línguas". As contribuições da lingüística seriam analisadas à luz desse "modelo de lingüística aplicada independentemente motivado".

Reiterando esse entendimento em outra oportunidade (1984: 7), afirmou Widdowson que a principal tarefa da lingüística aplicada "deve consistir em estabelecer os conceitos ou modelos adequados da língua no domínio pedagógico, sem prejudicar a questão supondo que um modelo lingüístico relevante deva derivar inevitavelmente de um modelo formal de descrição lingüística num sentido técnico". Widdowson vai ainda mais longe, sustentando que o modelo do lingüista é, por natureza, inadequado para fins pedagógicos. Segundo o autor (1979: 243), o modelo pedagógico deve incorporar o conceito de linguagem do usuário da língua e não a visão 'imparcial' do analista; deve estar voltado para o participante e não para o observador. Insistindo na tese de que, em matéria de linguagem, a descrição do analista e a vivência do usuário são necessariamente diferentes, Widdowson (1984: 20) relaciona essa diferença ao problema geral nas ciências sociais, na descrição do comportamento humano, entre as abordagens voltadas para o observador e aquelas voltadas para o participante. No domínio pedagógico, tal distinção corresponderia à diferença entre abordagens centradas no professor e abordagens centradas no aluno. Segundo o autor, um modelo de lingüística aplicada que leve o usuário em consideração estará, naturalmente, voltado para o participante e fornecerá a base para uma metodologia centrada no aluno. "Uma das seqüências de aceitar o modelo do analista é que ele logicamente leva a uma pedagogia participativa, centrada no aluno". As considerações de Widdowson a respeito do modelo adequado para fins pedagógicos envolvem outro aspecto fundamental da nova concepção da lingüística aplicada: a autonomia desse campo de estudos. (6) Conforme assinala Stern (1983: 177), o processo de emancipação da lingüística aplicada ocorreu ao longo da década de 70, quando diversos estudiosos, ao invés de aguardar as contribuições dos lingüistas teóricos,

"passaram a usar seu próprio julgamento e iniciativa com vistas a dar à pedagogia do ensino de línguas a orientação que consideravam necessária... Conquanto não repudiassem uma análise lingüística formal, receberam de braços abertos o deslocamento de interesse da teoria lingüística para a análise do discurso, a semântica, a teoria dos atos da fala, a sociolingüística e a pragmática".

Essa visão mais semântica, social e comunicativa da linguagem se refletiu no movimento em favor de uma abordagem comunicativa do ensino de línguas.

Justificando a nova concepção do papel do especialista em lingüística aplicada, afirmou Widdowson (1979: 100):

"O especialista em lingüística aplicada nem sempre tem que esperar, ou mesmo pode es-

perar, que o lingüista lhe forneça algo para aplicar. Ele pode seguir seu próprio caminho na aplicação pedagógica uma vez que o lingüista teórico lhe tenha dado uma pista. Pode, mesmo, eventualmente, descobrir um rumo ou outro que o próprio lingüista teórico poderia explorar com proveito”.

No mesmo sentido se manifestam Van Els et alii (1984: 8), ao afirmarem que o trabalho do especialista em lingüística aplicada pode contribuir para o desenvolvimento da lingüística teórica, de vez que “a maneira pela qual o processo de aprendizagem da língua estrangeira pode ser influenciado pelo ensino, por exemplo, comumente lança nova luz sobre as teorias a respeito da estrutura, da aprendizagem e do uso da linguagem formuladas pelos lingüistas teóricos”.

Stern (1983: 46-47), por sua vez, postula um princípio geral de interação entre as disciplinas subjacentes e a prática pedagógica, em virtude do qual a iniciativa das formulações teóricas não cabe exclusivamente aos especialistas nas referidas disciplinas, mas também ao especialista em lingüística aplicada e ao próprio professor. Rejeita-se, assim, a tese da subordinação do especialista em lingüística aplicada ao lingüista teórico e do professor de línguas ao especialista em lingüística aplicada, passando-se a postular um relacionamento bidirecional entre os componentes do esquema geral do ensino de línguas (7).

5. A lingüística aplicada como nível intermediário entre a teoria e a prática do ensino de línguas

Como campo de estudos de natureza mais ampla, a lingüística aplicada passa a dar a devida atenção a todas as disciplinas relevantes para o processo de ensino/aprendizagem de línguas, abandonando a idéia de que tal processo deva ser necessária e vantajosamente dominado pela lingüística. Assume, por conseguinte, conforme já foi assinalado, caráter interdisciplinar e multidisciplinar. Na visão de numerosos autores, deixa de ser uma ponte entre a lingüística e a prática pedagógica para tornar-se um nível intermediário entre a teoria e a prática do ensino de línguas. Nesse sentido, afirma Strevens (1977: 16-18) que, como “enfoque interdisciplinar”, a lingüística aplicada combina “as partes pertinentes das disciplinas relevantes em moldes adequados para estabelecer uma ponte entre os aspectos teóricos e práticos”. Na mesma ordem de idéias, Stern (1983: 50), caracteriza a lingüística aplicada (lingüística educacional, na terminologia usada pelo autor), como “disciplina mediadora e síntese interdisciplinar” das contribuições dos estudos dos campos pertinentes. Esse interesse primordial pela relação entre a teoria e a prática é também enfatizado na definição de objetivos da revista *Applied Linguistics*, que tem em vista oferecer aos interessados uma visão clara e fundamentada de como “a lingüística aplicada atua como área de investigação mediadora entre os domínios teórico e prático dos estudos lingüísticos”. Por sua vez, Broughton et alii (1980: 215) vêem a disciplina como “o estudo da relação entre as disciplinas teóricas da linguagem e as disciplinas afins, por um lado, e seus problemas políticos, por outro.

6. A lingüística aplicada como campo de estudo de todo o processo de ensino/aprendizagem de línguas

A terceira versão da concepção de lingüística aplicada hoje dominante é sobremodo abrangente – e, poderíamos mesmos dizer, imperialista – pois importa em considerar a disciplina como campo de estudo de todos os aspectos do processo de ensino/aprendizagem de línguas. À luz desse entendimento, ao invés de atuar como mediadora entre a teoria e a prática ou tão somente fornecer o suporte teórico para a prática pedagógica, a lingüística aplicada incorporaria grande parte das disciplinas relevantes, bem como a metodologia e a prática do ensino de línguas.

Tal orientação se reflete, antes de mais nada, na idéia – bastante difundida, conforme assinala Crystal (1981: 1) – de que a lingüística aplicada corresponde ao “estudo científico dos prin-

cípios e práticas do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras”. E – o que é mais importante – vem ganhando terreno ultimamente entre os estudiosos, conforme demonstram numerosas obras recentes, quer de cunho teórico mais acentuado, quer voltadas primordialmente para a prática pedagógica. Assim é que Van Els et alii (1984), focalizando a lingüística aplicada como “estudo do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras” (p. 139), dedicam capítulos às diferentes abordagens do ensino de línguas, à análise contrastiva e à análise de erros, à análise do desempenho e à análise do discurso, às características do aluno, ao papel das disciplinas relevantes, à história da metodologia do ensino de línguas, aos objetivos do ensino de línguas, à seleção e gradação do conteúdo do curso, aos procedimentos didáticos, à tecnologia do ensino de línguas, à seleção de compêndios e à avaliação de desempenho em línguas estrangeiras. Por sua vez, no *Longman Dictionary of Applied Linguistics* (1985: VI), Richards et alii, focalizando a lingüística aplicada em relação ao ensino e aprendizagem de línguas, (8) incluem no âmbito da disciplina as seguintes áreas de estudo:

- introdução à lingüística (incluindo fonologia, fonética, sintaxe, morfologia e semântica)
- a gramática da língua que está sendo estudada
- análise do discurso
- sociolingüística (incluindo a sociologia da linguagem e a competência comunicativa)
- psicolingüística (incluindo a aquisição da língua materna e de uma segunda língua, análise contrastiva, análise de erros e teorias da aprendizagem)
- o ensino da compreensão oral, expressão oral, leitura e expressão escrita
- a metodologia do ensino de línguas (incluindo métodos e organização de materiais didáticos e de cursos)
- a avaliação da aprendizagem de línguas e estatística básica.

A visão mais abrangente da lingüística aplicada é também adotada por Strevens, que, não obstante encarar a disciplina como ponte entre a teoria e a prática do ensino de línguas, conforme já vimos, sustenta que

“em relação à aprendizagem e ensino de línguas, a lingüística aplicada se define como tendo três componentes principais:

- 1) as disciplinas subjacentes;
- 2) técnicas de ensino;
- 3) recursos e equipamentos.” (1977: 39)

Comparando-se essas várias enumerações até mesmo com o índice de obras sobre prática de ensino – como, por exemplo, *The Practice of English Language Teaching*, de Jeremy Harmer (1983) – verifica-se, de imediato, a absorção de toda a problemática do ensino de línguas pela concepção mais abrangente da lingüística aplicada.

Em obras voltadas primordialmente para a metodologia também se observa uma tendência geral no sentido da adoção da concepção mais abrangente da lingüística aplicada no campo do ensino de línguas estrangeiras. Nessas obras – cabe ressaltar – a questão do método de ensino deixa de ser o principal foco de atenção, inserindo-se no contexto mais amplo do estudo de todos os fatores relevantes para a aprendizagem de línguas. Esse contexto corresponde à lingüística aplicada, conforme reconhecido por Richards & Rodgers (1986: 8), muito embora em alguns casos não haja referência expressa à disciplina (cf., por exemplo, Richards, 1985: 28, e Larsen-Freeman, 1986: VII-VIII).

Cabe, ainda, breve referência ao reconhecimento, nestes últimos anos, da necessidade de uma teoria do ensino de línguas, contrariamente à opinião expressa por Pit Corder em 1973. Nesse sentido, cabe indagar por que deveria haver uma teoria específica do ensino de línguas, e não uma teoria do ensino da matemática, da química, da história, da geografia, etc. Sem dúvida, o ensino de qualquer área envolve problemas metodológicos específicos, mas o ensino de línguas é a área que envolve maior número de indagações teóricas, a começar pela própria natureza do

conhecimento em causa e da possibilidade ou não de “ensiná-lo”. Essas questões fundamentais foram resumidas por Stern (1983: 516) nas seguintes indagações:

- 1) Que é a linguagem?
- 2) Que se deve entender por *aprendizagem de línguas*? (9)
- 3) Até que ponto o contexto social influi em nossa compreensão das línguas e do ensino de línguas?
- 4) Como deve ser interpretado o conceito de *ensino de línguas*?

Além disso, em comparação com o campo do ensino de línguas nenhum outro depende de informações de tantas áreas afins e de um exame conjunto de uma gama tão complexa de fatores relevantes. Assim sendo, uma visão adequada do processo de ensino/aprendizagem de línguas pressupõe um esquema ou modelo teórico abrangente, ou seja, uma teoria do ensino de línguas. Propostas nesse sentido foram formuladas por autores como Strevens (1977: 12-35), Kaplan (1980: 57-66) e Stern (1983: 43-45) e estão implícitas nos esquemas sugeridos por Richards e Larsen-Freeman – em obras já citadas – para um tratamento sistemático da metodologia do ensino de línguas. Mais recentemente, Spolsky (1989) formulou uma teoria geral da aprendizagem de uma segunda língua, em termos de um conjunto de 74 regras ou condições típicas ou categóricas e analisou as implicações de tal teoria para o ensino.

7. Conclusão

Cabe, finalmente, uma palavra a respeito das implicações da nova concepção de lingüística aplicada na formação de professores de línguas.

À primeira vista, poderia parecer que a visão da lingüística aplicada hoje dominante dificulta o relacionamento entre as áreas da lingüística, das línguas e da pedagogia, lançando mais lenha à fogueira das polêmicas que há muito tempo vêm perturbando esse relacionamento. Isso porque haveria, aparentemente, redução do papel ou do *status* da lingüística teórica, paralelamente à absorção da metodologia do ensino de línguas pela lingüística aplicada, sem falar no papel central que seria atribuído a esta última.

Esta conclusão pessimista só se justificaria, entretanto, se adotada a premissa de que a colaboração entre as três áreas pressupõe a demarcação prévia do âmbito de cada uma e um acordo em relação ao papel de cada uma, ao invés de se encarar o relacionamento como necessariamente fluido e dinâmico. Tampouco se impõe adotar, no Brasil, a orientação atualmente seguida em muitas universidades estrangeiras: a implantação de departamentos de lingüística aplicada, que assumiriam plena responsabilidade por todos os aspectos do processo de formação de professores de línguas. Como solução bem mais simples e imediata, temos a alternativa de promover a integração do ensino das três áreas através de uma programação conjunta baseada num esquema teórico abrangente, numa teoria do ensino de línguas, nos moldes das propostas já mencionadas. Tal integração poderá ser feita dentro da atual estrutura universitária (com Faculdades/Institutos de Letras e Faculdades de Educação) e independentemente do pluralismo de concepções que existe até mesmo dentro de cada área específica. Bastará, para êxito da iniciativa ou pelo menos para uma significativa melhoria da situação atual, que todos os participantes do programa conjunto se disponham a examinar, sem idéias preconcebidas, o papel de cada disciplina no esquema geral e passem a dar a devida atenção ao problema das inter-relações entre as diferentes disciplinas.

NOTAS

1) Muitas das considerações feitas no presente trabalho dizem respeito especificamente ao ensino de línguas estrangeiras, área a que se dedica o autor. De modo geral, entretanto, as orientações analisadas e os esquemas teóricos formulados pelos autores citados aplicam-se também, *mutatis mutandis*, ao ensino da língua materna.

2) Nesse sentido, afirmou o autor (1971: 155):

“É possível – e mesmo provável – que princípios da psicologia e da lingüística, e resultados de pesquisas nessas disciplinas, possam ser úteis para o professor de línguas. Mas isso deve ser demonstrado, e não pode ser presumido. É o próprio professor que deve confirmar ou refutar qualquer proposta específica.”

3) Bernard Spolsky, “Linguistics and language pedagogy: applications or implications?”, 1970: 149 (*apud* Stern, 1983: 185).

4) Posteriormente (1978), Spolsky veio a rejeitar a idéia da aplicação direta da lingüística e, em trabalho mais recente (1989: 4), sustenta que mesmo uma teoria da aprendizagem de uma segunda língua tem implicações para o ensino, mas não é diretamente aplicável no campo pedagógico.

5) Reiterando esse entendimento, afirmou o autor em outra oportunidade (1975: 4) que a relação entre a lingüística teórica e as atividades da sala de aula consistiria “em certo número de processos ou procedimentos, cada um dos quais necessário para a solução de uma das partes componentes dos problemas de o que, quando e como ensinar – seleção, organização e apresentação”.

6) Essa autonomia é enfatizada por Van Els et alii (1984: 7.4.3).

7) Esse relacionamento é indicado por setas bidirecionais nos diagramas dos modelos propostos por Campbell (*in* Kaplan, 1980: 8), Ingram (*apud* Stern, 1983: 44, 181, 520) e Stern (1983: 44, 181, 520), bem como no modelo mais amplo proposto por Kaplan (1980: 58), referente às diversas áreas de atuação da lingüística aplicada. Krashen (*in* Kaplan, 1980: 13) também sustenta que a lingüística aplicada pode contribuir para a teórica.

8) Releva notar que no verbete *lingüística aplicada* (p. 15) os autores se referem à disciplina como campo de estudo do “ensino e aprendizagem de uma segunda língua ou língua estrangeira”.

9) No tocante a essa indagação cabe ressaltar a existência de diversas teorias a respeito da aprendizagem de línguas estrangeiras, ao passo que não existem teorias específicas em relação à aprendizagem da matemática, da geografia, etc.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, J.P.B. & VAN BUREN. *Chomsky: Selected Readings*. Oxford, Oxford University Press, 1971.
- BROUGHTON, G. et alii. *Teaching English as a Foreign Language*. 2nd ed. London, Routledge & Kegan Paul, 1980.
- CHOMSKY, Noam. Paper read at the Northeast Conference on the Teaching of Foreign Languages, 1965. In: Allen & Van Buren, 1971.
- CORDER, S. Pit. *Introducing Applied Linguistics*. Harmondsworth, Penguin, 1973.
- CRYSTAL, David. *A First Dictionary of Linguistics and Phonetics*. London, Andre Deutsch, 1980.
- . *Directions in Applied Linguistics*. New York, Academic Press, 1981.

- HARMER, Jeremy. *The Practice of English Language Teaching*. London, Longman, 1983.
- KAPLAN, Robert B. (ed.). *On the Scope of Applied Linguistics*. Rowley, Massachusetts, Newbury House, 1980.
- KRASHEN, Stephen. In: Kaplan, 1980.
- LARSEN-FREEMAN, Diane. *Techniques and Principles in Language Teaching*. Oxford, Oxford University Press, 1986.
- LITTLEWOOD, William. *Foreign and Second Language Learning*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- LYONS, John et alii. *New Horizons in Linguistics – 2*. Harmondsworth, Penguin, 1987.
- MCLAUGHLIN, Barry. *Theories of Second-Language Learning*. London, Edward Arnold, 1987.
- RICHARDS, Jack C. *The Context of Language Teaching*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- RICHARDS, Jack et alii. *Longman Dictionary of Applied Linguistics*. London, Longman, 1985.
- RICHARDS, Jack C. & RODGERS, Theodore S. *Approaches and Methods in Language Teaching: A Description and Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- SANDERS, Carol S. *Applied Linguistics*. 1987. In: Lyons et alii, 1987.
- SPOLSKY, Bernard. "The Scope of Educational Linguistics". 1978. In: Kaplan, 1980. *Conditions for Second Language Learning*. Oxford, Oxford University Press, 1989.
- STERN, H.H. *Fundamental Concepts of Language Teaching*. Oxford, Oxford University Press, 1983.
- STREVENS, Peter. *New Orientations in the Teaching of English*. Oxford, Oxford University Press, 1977.
- VAN ELS, Theo et alii. *Applied Linguistics and the Learning and Teaching of Foreign Languages*. London, Edward Arnold, 1984.
- WIDDOWSON, H.G. *Explorations in Applied Linguistics*. Oxford, Oxford University Press, 1979. *Explorations in Applied Linguistics 2*. Oxford, Oxford University Press, 1984.
- WILKINS, D. *Linguistics in Language Teaching*. London, Edward Arnold, 1972.

TRANSCRIÇÕES

UMA PÁGINA (QUASE) INÉDITA DE MACHADO DE ASSIS

Na única edição de *Papéis Avulsos* saída em vida do autor, em 1882, pela casa Lombaerts, Machado de Assis não incluiu a introdução estampada quando da primeira publicação da peça “Na Arca”, feita no jornal carioca *O Cruzeiro*, de 14 de maio de 1878, existente na Biblioteca Nacional.

A coleção encadernada desse jornal encontra-se em estado bastante precário: o papel está despedaçando-se, o que não permite sua microfilmagem; mas, afortunadamente, o exemplar em que se publicou “Na Arca”, com a introdução excluída, ainda está inteiro, e de lá pude copiá-la fielmente. Sairá na edição crítica que preparei para a coleção “Archives”, da UNESCO.

Os leitores de *Confluência* terão a primazia de conhecer essa curiosa página, tão machadiana, e aventar suas hipóteses acerca dos motivos que levaram o autor a excluí-la da edição em livro.

Adriano da Gama Kury

NA ARCA TRES CAPITULOS (INEDITOS) DO GENESIS

Um capuchinho de Jerusalem remetteu-me pelo ultimo paquete um preciosissimo manuscrito; nada menos que tres capitulos ineditos do *Genesis*. O capuchinho, que esteve aqui ha annos, conserva grata lembrança do nosso paiz. Da carta com que me mandou o seu maravilhoso achado, extraiu estas duas linhas: “Com que saudades me lembro do seu Brasil! Creia que se alguma vez deixar a terra santa, é lá que irei acabar os meus dias.”

O manuscrito foi achado nos alicerces da casa de Caiphaz. Está muito amarello e roido em partes, mas felizmente só trez ou quatro letras desapareceram de todo, e ainda assim suppre-as o sentido. O capuchinho é bom hebraista; mas, sabedor da curiosidade com que me entrego a taes estudos, quiz dar-me a primasia da traducção, pedindo-me que lh’a enviasse inedita. Não pude resistir á tentação de a publicar, e o faço sem remorso, por que um achado d’esta ordem não tolera larga obscuridade.

Disse que eram tres capitulos ineditos do *Genesis*, apesar do frade acreditar que se trata antes de uma interpolação e consequentemente que o texto canonico é também o texto integral. A razão que elle tem para affirmar que os tres capitulos não são mais do que uma interpolação é a tal ou qual corrupção da lingua, não obstante alguns archaismos, com que o auctor (diz o capucho) quiz dar ao escripto um verniz da antiguidade. Discordo, e fico trabalhando n’uma memoria de 600 paginas para demonstrar que o fragmento agora achado é o complemento do livro, uma simples restituição da primitiva Escripura.

Para a boa comprehensão do que se vae lêr, convem notar que estes tres capitulos entram no cap. VIII do *Genesis*, depois do vers. 17, isto é, antes da sahida de Noé da arca, sahida que é contada nos vers. 18 e 19. Temos pois que o cap. VIII é dividido em dous, indo o primeiro até o vers. 17; seguem-se os caps. A, B e C; e logo depois a 2ª parte daquelle que constitue um capitulo separado.

A traducção é a mais fiel que me foi possivel fazer. Luctei com difficuldades grandes. Em dous logares fui obrigado a dar uma fôrma excessivamente moderna, para corresponder á ideia approximada do original. Mas, em toda a traducção, conservei a simplicidade biblica. Se accrescentar que fiz todo o trabalho em trinta e cinco minutos, ajudado apenas de um dictionario rôto, terei dado ideia do exforço e ardor com que metti hombros a uma empreza litteraria, que considero (vaidade aparte), a maior destes ultimos cincoenta annos. Oxalá me comprehendam os leitores!

EM AR DE CONVERSA

A língua portuguesa é muito difícil é o que se ouve por aí, a cada momento, articulado não só por estudantes de português no intuito de se desculparem da insistência com que porfiam nos mesmos erros, mas, o que é mais grave, por pessoas instruídas.

O que logo impressiona a quem escuta aquêlo dito é a relatividade do qualificativo: o que é difícil para uns é fácil para outros; suponhamos, entretanto, que quem assim se exprime pretende apenas significar que o português, em relação a outras línguas, oferece maior número de dúvidas a quem fala ou escreve. Provaremos que não, confrontando a expressão portuguesa com a equivalente noutras línguas, o que não deixamos nunca de fazer na nossa aula.

Como se originou tal vanilóquio, que não tem o menor fundamento?

É êsse o estudo que pretendemos fazer, como quem deita por terra um espantalho destinado a pôr em fuga quem cobice colhêr os frutos da nossa ubérrima linguagem.

Tôda nação tem o seu código de bem falar e escrever em que se instruem os naturais até aos quinze ou aos dezasseis anos, e cada qual procura exprimir-se de acôrdo com êle, abandonando os problemas da língua aos filólogos e aos gramáticos a quem compete destrinchá-los.

Entre nós, que sucede? Os estudantes de português e muitos dos que escrevem para o público descuram inteiramente da gramática elementar, para se interessarem pelas questões transcendentales: a função do reflexivo *se*, se êle pode ou não figurar como sujeito, o emprêgo do infinitivo pessoal e do impessoal, qual o stjeito do verbo *haver* impessoal e outras que tais cousas abstrusas que nada adiantam na prática.

Que resulta daf? É que, por ignorarem os verbos, não reparam, por exemplo, em que os compostos de *ter*, *pôr* e *vir* acompanham as irregularidades dos simples, pelo que é comum encontrarem-se frases como estas: “quem se *deter* a observar os fatos”, “*entretia-se* a atirar pedras por cima do muro”, “quem *supor* que faltamos à verdade vá lá ver”, “poderá adquirir terrenos onde lhe *convir*”.

O professor Lino de Andrade, um dos homens de mais aguda *verve* que já conheci, e com o qual me comprazia em palestrar, pelo que tínhamos de comum na maneira de encarar a vida, referiu-me que, por ocasião de uma reforma do ensino, um pretendente a uma cadeira do Colégio Militar lhe pedira se interessasse em seu favor perante as autoridades superiores, e acrescentara: “Não faço questão de matéria, aceito aquela para que me *proporem*”.

Ouvindo isto, o amigo Lino não duvidou reforçar-lhe os bons desejos, e observou-lhe: em português é que você fica bem; vou já daqui recomendá-lo.

Ainda mais: não há gramática elementar que não mencione os verbos defectivos; porque se não estudam? a fim de que não suceda que uma pessoa que compra à tarde o seu jornal, para o ir lendo no bonde, como aperitivo do jantar, sinta engulhos, ao deparar-se-lhe, no alto de uma coluna: “Precavenha-se o povo”, como se o verbo *precaver-se* tivesse algum parentesco com *vir* e se conjugasse nas formas rizotônicas; aquelas em que a vogal predominante cairia no radical.

Será isso prova de que a língua portuguesa é muito difícil, como se os verbos defectivos não fossem em número limitado e os irregulares, em rigor, não mais de vinte e cinco?

Nas outras línguas românicas, o espanhol, o francês, o italiano, para não sairmos das que nos são familiares, não existem igualmente verbos defectivos, e, em particular, no francês com que lidamos todos os dias, não é incomparavelmente maior o número dos irregulares e muito menos acessíveis nos accidentes?

¿Como se explica o emprêgo tumultuário dos demonstrativos? ¿Haverá língua que os não discrimine para o efeito de determinarem a situação do nome que apontam? Entre nós sempre andaram às cabeçadas. Um amigo meu, a veranear em Friburgo, como o espicaçassem saudades do Rio, escrevia-me de lá: ¿Como vai *esta* bela terra? Estive para lhe responder que melhor o devia êle saber do que eu. Um outro, ao cruzar comigo na rua, ou por confiar demasiado no meu bom gôsto ou por ter em grande conta o meu espírito de economia, indagou: onde comprou você

esta gravata? Acreditei que eu o tivesse presenteado com um adorno daquela natureza, mas não me demorei a verificar que o que êle pretendia saber era onde tinha adquirido a que eu trazia.

O que é pior é que ainda os que se dão ao estudo de gramática se deixam contaminar de vícios do falar brasileiro que se não podem explicar pela diferença natural entre o português que se fala no Brasil e o que se fala em Portugal, por ofenderem a índole da língua. Certo cavalheiro, passante dos cinquenta e encartado na ciência do direito, ao dar comigo numa loja, interpelou-me: Professor, qual é a melhor gramática portuguêsã? Não sei se sabe que sempre me dei a êstes estudos, porquanto prezo muito a nossa língua. Regozijei-me com o fato e já me não lembra que autor lhe inculquei; recordo-me apenas de que êle meolveu: “onde é que se a encontra?” Saí desolado e fui pensando: trinta ou quarenta anos, a folhear gramáticas, não bastaram àquele homem para ficar sabendo que os dois pronomes *se e o* berram de se encontrarem par a par, como se diz à francesa, por aberrarem da índole da língua, quando jungidos. A maior calúnia que já se levantou a um escritor de primeira grandeza, como Rui Barbosa, foi afirmar-se que o eminente tribuno os ajoujara em mais de um dos seus discursos, aleive que êle se apressou a desmentir, em carta a Mário Barreto.

¿Consistirá a dificuldade em ordenarem os professores que se dêem aos verbos os complementos que êles exigem por força da significação e que se não omitam os pronomes pessoais que os representam quando já venham enunciados noutra oração? ¿Que língua consentirá naquela omissão? É unicamente a indolência que leva muitas pessoas a se exprimirem desta maneira desleixada: *Tens lá o livro? quando vieres, traz. A sua chácara tem boas frutas? mande.*

Tão indispensáveis são em português os pronomes pessoais representativos dos complementos que, no caso de a oração se iniciar por predicativo, por objeto direto ou indireto, é impreterível reforçá-lo com o pronome respectivo: “Arquiteto do mosteiro de Santa Maria já *o* não sou; sabedor nunca *o* fui”; “irmã já não *a* tenho”; “ao pobre não *lhe* devo, ao rico não *lhe* peço”. E note-se que não existem em português os equivalentes de *en e y* que se não dispensam em francês, e que refugamos os partitivos correspondentes a *du, de la, des* outrora usados com tanta elegância: “Ouvirá *dos* contos, comerá *do* leite”.

Dir-se-á que ainda surge uma dificuldade: reconhecer pela significação do verbo a natureza do complemento que êle reclama, uma vez que as gramáticas apenas se limitam a afirmar que *complemento direto é aquêlê sôbre que recai imediatamente a ação do verbo sem se entrepor preposição e indireto, se entre um e outro medeia aquêlê elemento*, ou cousa semelhante.

Ora, o que necessita saber quem fala ou escreve é justamente se pode ou não prescindir daquele vínculo.

.....
... de fato, a significação não é bastante por si só para decidir da natureza do complemento, e a prova é que, conservando a mesma acepção, verbos que atualmente pedem um ou outro complemento, nos séculos XVI e XVII ainda oscilavam na transitividade. Assim:

Perdoar:

“Mas vendo o ilustre persa que vencido
Fôra do amor que em fim não tem defesa,
Levemente *o* perdoa.”

(____, Canto X, Est. XLIX).

Mas

“Quería perdoar-*lhe* o rei benino”

(Id., C. III, Est. CXXX).

Foi êste último que prevaleceu.

Ajudar:

“... vê-se em pressa
Veloso sem que alguém *lhe* ali ajudasse”

E ainda:

“Para ajudar na guerra a seus senhores”

(Idem, Canto IV, Est. XI).

Se, todavia, aquê *a* não é antes um expletivo.

E em contraposição:

“... e logo ordena

De ir ajudar o pai ambicioso.”

(Idem, Canto IV, Est. LVIII).

Sobreviveu a forma direta.

Argüir:

“Para que na Índia *lhe* não argüissem dos defeitos dela”

(Diogo do Couto, _____, p. 89).

A par com

“De que os profetas daquela idade sempre *os* argüiram”

(Idem, *ibid.*, p. 94).

Foi esta última que vingou.

Socorrer:

“Não poderá tam livremente ser escalada do inimigo que não haja tempo de *lhe* socorrer”.

(Idem, *ibid.*, p. 73).

“Este que socorrer-*lhe* não queria.”

(____, C. VI, Est. XLVIII).

E já então:

“Que socorrê-*la* vinha diligente”

(Idem, C. III, Est. LXV).

É esta a regência a partir do último século.

Contentar:

“E tomaram quanto *lhes* contentou”.

(Padre Manuel Godinho – _____, p. 175).

“Cada um diga a sua opinião nos livros que mais *lhe* contentam”.

(F.R. Lôbo, _____, p. 12).

“Também o suspirar à pregação, fazer gestos como quem *lhe* contenta.”

(F.M. de Melo – _____, p. 122).

Atualmente diz-se: “Não sei como contentá-*lo*”, que, de tão freqüente, não necessita abonar-se.

¿Que se há-de então fazer para se não errar nos complementos, uma vez que os clássicos vacilam e que a essência do verbo nem sempre se revela? Na nossa língua, como nas outras, existe um único recurso: é observar como procederam os bons escritores do último século para cá e, quanto mais próximos de nós, melhor. Como fazemos com os figurinos: a mim tanto me desconcerta ver um cidadão de casaca com gravata preta e colete da mesma cor como ouvi-lo dizer: “Desculpe-me que não *lhe* tinha visto”.

Outro ponto: ainda há por aí muita gente que confunde a maneira de enunciar a circunstância do tempo decorrido com o do porvir, e escreve: “a três anos”, “a meses” em vez de “há três anos”, “há meses”, e “de hoje há dez dias”; e nem ao menos reparam em que, na referência ao passado, a relatividade da época em que duas ações se praticam obriga o verbo a variar de tempo, desta maneira: Estou no Rio *há* dois anos e quando cheguei, já *havia* três que meu irmão aqui estava. Haverá francês por exemplo, que hesite em dizer: “*il y a* deux ans que je suis arrivé à Rio et *il y en avait* déjà trois que mon frère y était”? ¿Será porque o português é difícil que muita gente não acaba de acertar esta sintaxe?

Consideremos agora uma particularidade da nossa língua: É sabido que o português en-

trelaça as forças de imperativo pròpriamente dito com as do optativo, e como aquêles só possui a 2ª pessoa do singular e a 2ª do plural, são as outras supridas pelo último ao qual também incumbem as ordens dadas pela negativa, ao que o primeiro se recusa. Nada mais simples para quem se disponha a observar, à risca, aquêles preceitos que nada têm de complicados e a que só se opõe a preguiça, sob a máscara da lei do menor esforço. Como quer que seja, poucos conseguem pô-los em prática e estou convencido, como sempre repito aos meus alunos, de que a maior parte das pessoas se vêem inibidas de dar ordens aos criados diante de gente, com receito de errarem os imperativos.

¿Como hão-de os mestres permitir a confusão no tratamento da 2ª pessoa com a 3ª, o que obriga os verbos a um sarilho, quando mais não seja, de mau gôsto, e que nenhuma outra língua tolera? Chega-me por vêzes aos ouvidos: “Estive à tua espera e você não apareceu. Se você fôr a S. Paulo, eu vou contigo.”

¿Que culpa tem a nossa língua de ser tratada com tal descaso? O Barão do Rio Branco restabeleceu oficialmente no ministério a seu cargo o tratamento na 3ª pessoa, porque, segundo êle me disse, encontrara, numa gaveta, um cartão escrito por um colega dos mais ilustrados, no qual Vós e V. Exª andavam às testilhas, o que era uma vergonha e um mau exemplo para os funcionários da secretaria.

¿E o infinitivo, acêrca do qual se têm escrito tratados, com o fim de discriminarem os casos em que se deve usar a forma impessoal e aquêles em que cumpre empregar de preferência a pessoal? ¿Não constituirá o caráter de cada uma dessas entidades um problema insolúvel? De modo nenhum; não o creio absolutamente, entre outros motivos, porque, ao reler o que escrevi antes de me preocupar com o assunto, urgido pelo officio que exerço, tive o prazer de verificar que não erreí uma só vez no uso que fiz de um e de outro.

Discorramos, entretando, pela matéria. O denominado infinitivo pessoal é uma forma exclusivamente nossa ou que, pelo menos, se cré tal, e porque as outras línguas a não posuem, se vêem forçadas a um circunlóquio, a fim de evitarem ambigüidade. Enquanto o francês tem de dar uma volta pelo subjuntivo para exprimir uma idéia como esta: *c'est pour que vous étudiez que vos parents vous envoient à l'école*, a nós nos basta dizer: *é para estudardes que vossos pais vos mandam para o colégio*. Nestas circunstâncias, não pode haver dúvida que o infinitivo flexionado se impõe. Em contraposição, seria manifesta a redundância, além de mal soante, se disséssemos: *vamos sabermos, desejam estudarem*. Fora dêstes dois casos, acredito que a necessidade de encher o ouvido ou a intenção do escritor de pôr em relêvo a personalidade do sujeito autorizam a empregar a forma pessoal, ainda quando baste a impessoal à compreensão do sentido.

Sempre que vem a pêlo nas minhas aulas, (não será o antigo cronista que desperta dentro de mim?) costume ilustrar a preleção com anedotas a propósito, não só para refrescar a aridez da matéria, como para que melhor se insinue a explicação no ânimo dos ouvintes.

Aqui vai uma delas: Quando me fiz professor de português, tive a necessidade de aprender a teoria dos infinitivos, assunto em que nunca havia pensado nos dez ou doze anos que escrevera para a imprensa. Recorri, portanto, à gramática de Júlio Ribeiro, então em voga. Figurou-se-me, à simples leitura, que as regras por êle inculcadas bem poderiam servir: e, como se tratasse de uma autoridade, não hesitei em as transmitir aos meus discípulos, embora não tencionasse adotá-las para meu uso, resolvido, como estava, a continuar a empregar uma ou outra consoante me ocorresse ao bico da pena. Mais tarde, aconteceu vir-me às mãos o romance daquela autor *Padre Belchior de Pontes*; no correr da leitura, sentia, uma vez por outra, coar-se-me nos membros um arrepio, como se me riscassem com as unhas a parede; investiguei a causa do fenômeno e não tardei a verificar que Júlio Ribeiro sacrificara a harmonia do estilo às regras dos infinitivos que êle próprio forjara e era o instinto do ritmo que se me horripilava no subconsciente.

Quando se pensa em quanto se tem escrito a partir dos *Estudinhos* de Silva Túlio no intento de formular regras sôbre esta matéria, desmentidas sempre pelos escritores, que muitas vêzes misturam uma e outra no mesmo período em situações que não divergem e até coordenadas na mesma frase, é que se compreende como os fabricantes de teorias têm contribuído para dis-

seminar no povo a falsa idéia que no português há dificuldades insuperáveis.

Concorrem, outrossim, para radicar aquela falsa crença, as dúvidas que muitos alimentam no que respeita à concordância; daí as consultas com que nos vemos assaltados os mestres:

¿Como se deve dizer: *faz quatro anos ou fazem quatro anos? Hoje são vinte ou hoje é vinte?* – *já deram três horas ou já deu três horas? escreve-se com dois tt (tês) ou com dois t (tê)?* que alguns gramáticos ainda registram, dando-lhes a honra de as discutir, como se, há tantos anos, não estivesse assentado que daquelas formas contrapostas só a primeira de cada par prevaleceu.

Aos que me escutam costume dar um conselho: a dúvida é uma doença terrível que produz insônias e desequilibra todo o nosso ser. Ora ¿que faz o doente diante das opiniões desencontradas dos que exercitam a medicina? Se se detiver a considerar o seu mal, sem se decidir por esta ou aquela terapêutica, agravá-lo-á até à morte; as juntas médicas são quase sempre fatais.

Resolve, então, aconselhar-se exclusivamente com um clínico bem reputado e a êle se entrega sem mais hesitação. É o que tem a fazer quem consulta mestre, como quem espera fortalecer com as certezas da ciência da linguagem o organismo depauperado por aquelas dúvidas cruéis, e ainda com uma vantagem, e vem a ser que, no tocante aos hábitos e tendências da língua, entre dois mestres que verdadeiramente o sejam, não há desacôrdo possível; e aí está uma pedra de toque para se reconhecerem.

Não me posso esquivar a tratar dos pronomes átonos na frase, e que tanto têm dado que fazer a muita gente. Estou convencido de que existem dois únicos princípios ineludíveis, em que não podem deixar de estar de acôrdo o Brasil e Portugal: 1º – É necessário que aquêles elementos se achem dispostos por maneira que não resulte obscuridade no sentido.

2º – Quando figurarem na oração os dois pronomes direto e indireto, devem vir ambos sempre conjugados, antecedendo êste àquele dêste modo: *mo, o, lho, no-lo, vo-lo*.

Em tudo mais a distribuição daquelas entidades depende exclusivamente da modulação da frase, muito diferente no português de aquê e no de além-mar: A mim, por exemplo, ser-me-ia impossível, falando ou escrevendo, iniciar uma proposição por pronome átono, e, entretanto, tendo, uma vez, pôsto em dúvida a um colega que um projeto de lei que nos interessava tivesse parecer favorável, êle me atirou com um “te garanto que êle será aprovado”, com tal intimativa, ferindo com ênfase o pronome, que confesso me senti mais garantido do que se êle me tivesse dito garanto-te ou seu, por escrúpulos de purista, houvesse pronunciado: asseguro-te ou afianço-te.

O que pretendemos que se conclua de tudo que aí ficou dito é que nós os mestres devemos, antes de mais nada, varrer da mente dos nossos ouvintes que o português é língua difícil; convencê-los de que o conceito não corresponde a nenhuma realidade objetiva e, ao expormos os fatos da língua, fazê-lo com tôda a convicção para lhes não alimentarmos a dúvida no espírito; não porque se pretenda reviver o *magister dixit*, mas porque nada adianta em presença de frases como estas: *É-se feliz ou infeliz, está-se bem aqui, não se me dá, eu parece-me, tu é que não querer*, discutir se elas se podem ou não analisar; o que importa saber é que tôdas são português de ei.

Da sua parte, os alunos não devem dar de mão à gramática elementar a fim de exercitarem nos verbos e adquirirem outras noções básicas, e, como tais, indispensáveis, submetendo-se conjuntamente a um regime diário de leitura escolhida de escritores modernos para se firmarem nos complementos e adquirirem a harmonia, e, acima de tudo, cumpre que cada qual se convença de que é tão desairoso falar um homem a sua língua mal, sob o pretexto de que ela é difícil, como irar as botas num salão por lhe doerem os calos.

NOTAS E COMENTÁRIOS

COIMBRA: 700 ANOS

A Universidade de Coimbra está celebrando e festejando seu sétimo centenário.

O primeiro *Studium* – autorizado pelo Papa Nicolau IV, que acolheu solicitação do Abade de Alcobaça e do Prior de Santa Cruz de Coimbra – foi instaurado em 1288. Mas dois anos depois, atendendo agora a D. Dinis, o mesmo Papa ampliou e estruturou o anterior *Studium*, daí surgindo uma verdadeira *Universitas Magistrorum et Scholarium*. Instalou-se em Lisboa, daí passando a Coimbra, de onde tornou a Lisboa, só se fixando definitivamente na Cidade do Mondego em 1537.

Em 1548 aí se fundou o Colégio das Artes, entregue aos jesuítas em 1555. Para este vieram humanistas de alto bordo, como Diogo de Teive, mestre do nosso Padre Anchieta, poeta em quatro línguas e latinista emérito, bem aproveitado nas aulas coimbrãs.

Neste século XVI já se destacam lá eminentes canonistas, como Bartolomeu Filipe ou Azpicuelta Navarro. Entre os alunos da Universidade desse tempo cumpre mencionar o que veio a ser o maior filósofo e teólogo tomista da segunda Escolástica, o dominicano português João de Santo Tomás.

No século XVII figura no corpo docente da Universidade ninguém menos que o jesuíta Francisco Suárez, *Doctor Eximius*, chefe de fila de uma corrente tomista divergente. Suárez, que lecionou em Coimbra durante vinte anos, distinguiu-se principalmente na Filosofia Política e na Teologia da Graça, autor que foi da doutrina do Congruísmo e da Ciência Média, contribuição original ao famosíssimo e espinhosíssimo problema do *De auxiliis*. É, sem dúvida, o mais ilustre teólogo da Companhia de Jesus.

Até o século XVIII predominou absolutamente em Coimbra o cultivo das ciências sagradas e das ciências humanas. Nessa altura, o “déspota esclarecido” Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, inspirado em Verney, reformou profundamente a Universidade, dando-lhes novos Estatutos (1772) e instituindo, com ênfase, o ensino da Física, da Química, das Ciências Naturais e das Matemáticas.

Cem anos depois, 1865, estoura a Questão Coimbrã, na qual tem papel saliente Antero de Quental, que injustamente apelidou o Reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto de “fantasma do passado”, sem embargo de ali se ter formado grande parte da elite cultural portuguesa, como o próprio Antero.

Para o Brasil a Universidade de Coimbra tem particular importância, porque lá estudaram alguns dos melhores homens da inteligência brasileira de outros tempos. Pode-se dizer que, antes de termos estudos superiores organizados e sistemáticos, com D. João VI, Coimbra foi a Universidade brasileira. Por ela passaram os poetas arcádicos do chamado “grupo mineiro” (Frei José de Santa Rita Durão foi lente da Universidade), onde esplende Cláudio Manuel da Costa. Lá se formou o maior poeta do Romantismo e um dos maiores de toda a literatura nossa, Gonçalves Dias.

Por isso, o septicentenário da *Alma Mater* é também uma grande festa brasileira.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

SPINA, Segismundo e CROLL, Morris W. *Introdução ao Maneirismo e à prosa barroca*. São Paulo, Ática, 1990, 87 págs.

Consta este voluminho da Ática de duas contribuições: uma, inédita, “O maneirismo” do Prof. Segismundo Spina, mestre titular da Universidade de São Paulo, e outra, tradução de um ensaio do antigo professor da Universidade de Princeton, Morris W. Croll, sob o título “O estilo barroco na prosa”.

O estudo do Prof. Spina consiste numa análise e interpretação de uma décima de Gôngora, cuja epígrafe é a seguinte: “De la *Fábula de Faetón* que escribió el Conde de Villamediana”.

No estudo da décima, com notável perícia, vai o Prof. Spina desvelando os caracteres maneiristas do minúsculo poema: fuga às denominações usuais dos objetos, utilização abusiva de vocábulos esdrúxulos, manuseio-obsessivo de referenciais suntuários, gosto das metáforas brilhantes. A conclusão desse magnífico ensaio pode ser resumida nestas suas linhas: “Gôngora atingiu, neste poemeto, o milagre de num rosário de dez versos curtos, em redondilho, criar a miniatura mais completa e mais poética da lírica maneirista” (p. 15).

O ensaio do Prof. Croll, que teve a sua época, se cifra basicamente na análise dos caracteres de dois estilos anticiceronianos da fase barroca: o *stile coupé* e o *loose style* (estilo solto). No *stile coupé*, os membros de um período são livres entre si, não aparecem ligados por conectivos; no *loose style*, ao contrário, as marcas ordinárias da sucessão lógica – conjunções, pronomes relativos – fazem-se presentes. O ensaio termina com uma apreciação da pontuação do período do século XVII.

As duas contribuições conjugam-se harmoniosamente, fazendo deste opúsculo instrumento de trabalho valioso para estudantes da área de Letras.

S.E.

* * *

RÉCTOR, Mônica & TRINTA, Alufzio Ramos. *Comunicação do Corpo*. São Paulo, Ática, 1990, 88 págs.

Os professores Mônica Réctor e Alufzio Ramos Trinta já são bastante conhecidos e credenciados em nossos meios universitários. Mônica Réctor leciona na PUC/RJ e na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, como professora convidada, também em universidades norte-americanas; o Professor Ramos Trinta integra o quadro docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O pequeno volume que temos em mãos pertence à série *Princípios*, da Editora Ática, como os demais, de reduzidas proporções. São as seguintes as partes do livrinho: Introdução, Comunicação: código e mensagem, Percepção e comunicação através dos sentidos, Movimento e ação: a cinésica, Espaço físico: a proxêmica, Conclusão, Vocabulário crítico, Bibliografia comentada.

A comunicação pelo corpo é um tipo de comunicação não-verbal. Faz-se por meio de movimentos corporais, usualmente denominados *gestos*. A menor unidade de movimento corporal, ensinam-nos os autores, chama-se *cine*; um feixe de cines é um *cinema*. Ao estudo dos cines e cinemas, dá-se o nome de *cinésica*, disciplina que emergiu à luz do conhecimento nos anos cinquenta. Quando se toma em consideração o espaço físico para fins de comunicação social (“guardar distância”...), temos a *proxêmica*. E é possível ainda levar em conta o espaço temporal e depararmos-nos assim com a *cronêmica*.

Cinésica, proxêmica, cronêmica são estudos que se enquadram na moldura mais ampla da *Semiótica*, ou ciência dos sinais, que se desenvolveu mais particularmente nos começos do século, a partir das investigações do suíço Ferdinand de Saussure e do norte-americano Charles Sanders Peirce. É desses assuntos que, em breves páginas, se ocupa este voluminho instigador.

S.E.

O GRÃO DA VOZ

Na Coleção Signos, as Edições 70, de Lisboa, apresentam, em tradução cuidada, o livro póstumo de Roland Barthes *O Grão da Voz*. São 365 páginas que recolhem a quase totalidade das entrevistas (são 37) dadas pelo Autor entre 1962 e 1980.

Esse caráter empresta ao livro uma feição singular, que nos permite escutar mais de perto uma voz que nos fala sagaz e lucidamente de temas tão diversos como o cinema, a cultura e a contracultura, o amor, os mitos, a violência, a psicanálise, os signos e a semiologia.

As perguntas inteligentes dos entrevistados provocam respostas sumamente esclarecedoras a respeito dos livros de Barthes, o que torna esta coletânea leitura obrigatória para os admiradores do notável polígrafo francês.

* * *

CRÍTICA E VERDADE (Coleção Signos, nº 14)

Neste livrinho de 80 páginas Roland Barthes defende a “Nova Crítica” das acusações de Raymond Picard, que a chama de “Nova Impostura”; rebate “as interdições que geralmente definem, por repulsão, qualquer vanguarda: descobre-se que essas obras são intelectualmente vazias, verbalmente sofisticadas, moralmente perigosas, e que devem o seu êxito exclusivamente ao esnobismo”.

Tarefa ingente, levada a cabo com a maestria a que nos habituou a leitura de Barthes. Muito senhor de si, o Mestre francês não consegue, no entanto, conter uma ponta de irritação contra os que, “sem exame, sem matizes e sem seletividade”, dispensaram apoio ao libelo de R. Picard.

* * *

CRUZ E SOUSA. *Últimos Sonetos*, 2ª ed. (crítica). Universidade Federal de Santa Catarina / Fundação Catarinense de Cultura / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

Comemorando os 90 anos da morte de Cruz e Sousa, as três instituições citadas lançaram a 2ª edição crítica dos seus *Últimos Sonetos*.

Morto o Poeta em 1898, só em 1905 saiu a 1ª edição, impressa em Paris, sob os cuidados do seu grande amigo, o crítico Nestor Vítor, a quem o Autor entregara os originais poucos dias antes de morrer. Na melhor das intenções, mas desconhecedor das normas de Crítica Textual, Nestor Vítor introduziu nos sonetos dezenas de alterações, quase sempre indevidas, principalmente no que respeita à pontuação. Nas edições subsequentes, baseadas nessa primeira, copiaram-se-lhe os erros e outros foram acrescentados.

Esta edição crítica foi cuidadosamente preparada pelo conhecido filólogo Prof. Adriano da Gama Kury, Chefe do Setor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa, em cujo Centro de Literatura Brasileira se encontra o manuscrito autógrafa dos *Últimos Sonetos*, doado por Andrade Murici, que não o consultou para as edições que preparou, confiando na de Nestor Vítor.

Agora, pela primeira vez, usado o manuscrito como texto-base, ficam os admiradores do grande Poeta catarinense conhecendo os *Últimos Sonetos* tal como Cruz e Sousa os escreveu.

A edição, graficamente bem cuidada, inclui um estudo de Júlio Castañon Guimarães, pesquisador do Setor de Filologia da Casa de Rui Barbosa, o qual situa o Poeta simbolista em sua época e em seu meio, analisando devidamente a importância de uma obra que só cresce com o passar do tempo. Reproduz ainda o manuscrito de alguns dos sonetos, mediante o qual se comprova o descuido das edições anteriores.

* * *

O Setor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa vem desenvolvendo, há três anos, um projeto de estudo do período pré-modernista no Brasil, cujo objetivo, além da reavaliação do Pré-Modernismo, inclui a seleção de alguns romances do período (menos conhecidos, ou mesmo esquecidos), para republicá-los em textos fidedignos, acompanhados de notas e estudos literários e lingüísticos.

Já estão preparados, e em vias de publicação, *Mocidade, Morta*, de Gonzaga Duque; *A Correspondência de uma Estação de Cura* e *A Profissão de Jacques Pedreira* (praticamente inédito, uma vez que as brochuras da 1ª edição foram guilhotinadas por ordem do Autor, tal o número de erros tipográficos), de João do Rio; *A Todo Transe!...*, de Emanuel Guimarães; *Gente Rica*, de José Agudo; *Madame Pommery*, de Hilário Tácito; *Vida Ociosa*, de Godofredo Rangel, entre outros.

Em agosto de 1986, o Setor de Filologia realizou, durante três dias, no auditório da FCRB, um seminário sobre o Pré-Modernismo, do qual participaram os seguintes convidados: Silviano Santiago (PUC-RJ), Luiz Costa Lima (UFF e PUC-RJ), Terezinha Marinho (Pró-Memória), Lúcia Chiappini Moraes Leite (USP), Regina Zilberman (PUC-RGS), Edwaldo Cafezeiro (UFRJ), Salete de Almeida Cara (USP), Francisco Foot Hardman (UFPb), Antônio Dimas (USP), Maria Thereza Vargas (Centro Cultural São Paulo), José Maurício Gomes de Almeida (UFRJ), Beatriz Rezende (UFRJ) e Alexandre Eulálio (Unicamp). Da FCRB, houve a participação de José Murillo de Carvalho, do Centro de Estudos Históricos, Adriano da Gama Kury, Flora Süssekind, Helena Cavalcanti de Lyra, Ivette Sanches do Couto, Júlio Castañon Guimarães e Rachel Teixeira Valença, do Setor de Filologia.

Dessa frutífera troca de idéias e experiências resultou alentado volume de quase 300 páginas que reúne as comunicações apresentadas no Seminário, sobre “Questões Histórico-Literárias”; “Gêneros: Poesia, Crítica, Teatro”; “Representações: o Amor, o Regional”; “Autores: Euclides da Cunha, Olavo Bilac, Simões Lopes Neto, Gonzaga Duque, João do Rio, Tácito de Almeida, Lúcio de Mendonça”; “Questões de Linguagem”, num total de 20 trabalhos.

O livro traz ainda uma “Cronologia (1890-1922)”, uma “Bibliografia sobre o Período Pré-Modernista” e uma “Iconografia”.

* * *

MALVEIRA, ANTÔNIO NUNES. *O velho sertão da Bica*. Rio de Janeiro, 1986, 213 p.

O professor Antônio Nunes Malveira, formado em Direito e em Letras, do Colégio Pedro II, onde leciona Latim, publicou, há pouco mais de um ano, o seu primeiro livro, *O Velho Sertão da Bica*. Pesquisa de fôlego, o trabalho de Malveira demonstra, à saciedade, a sua vocação de historiador, de resgatador das memórias daquela região sofrida de seu Ceará – a vila da Bica.

Em linguagem incisiva, clara, relata os costumes, os usos dos sertanejos da região de há cinqüenta anos. Lá o historiador, natural de Limoeiro (CE), viveu sua infância.

Sobre a obra eis um trecho de uma carta de Lauro de Oliveira Lima ao Autor:

“A meu ver, ninguém poderá, dora em diante, fazer um romance ou um filme ambientado no sertão cearense (*Luzia Homem*, por exemplo), sem consultar *O Velho Sertão da Bica*.”

Trata-se do vol. XXIX, 1 dessa valiosa série. Compõem o presente volume três artigos, nove *Contributi e Rassegne* e uma revisão. Dentre as colaborações, uma nos interessa mais de perto: é a assinada por Anamaria Pagliaro Micieli e intitulada "L'impero del Brasile nelle relazioni diplomatiche del barone Antonini". O barão Emidio Antonini foi o primeiro diplomata enviado pelo Soberano do Reino das Duas Sicílias junto ao Império do Brasil, para onde veio em 1829.

* * *

A Editora Brasiliense, em convênio com a EDUSP, acaba de publicar *A Tuba de Callope*, quarta musa das *Obras Métricas* do notável escritor seiscentista português Dom Francisco Manuel de Melo. A edição é da responsabilidade do eminente professor Dr. Segismundo Spina, antigo catedrático de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo e um dos nossos mais categorizados filólogos. É o Prof. Spina autor da introdução, estabelecimento do texto, notas e glossário da obra, que consta de cem sonetos, no mais acabado estilo precioso, próprio da época.

* * *

Em Paris, de 20 a 24 de outubro de 1981, realizou-se um Colóquio Internacional de Crítica Textual Portuguesa, presidido pelo antigo Diretor do Centro Cultural Português, Prof. José V. de Pina Martins. As *Atas* do Colóquio foram publicadas em 1986 pela Fundação Calouste Gulbenkian, com o título de *Critique Textuelle Portugaise*. Pela importância e atualidade da matéria tratada, registramos aqui o aparecimento da publicação, em que colaboram vultos dos mais representativos da especialidade, como, entre outros de iguais méritos, Eugênio Asensio, A.-F. Askins, J. van den Besselaar, Roger Bismut, Aníbal Pinto de Castro, Celso Ferreira da Cunha, Joseph Piel, Américo da Costa Ramalho, Aurélio Roncaglia, Paul Teyssier, Giuseppe Tavani.

* * *

Publicou o PEN CLUBE DO BRASIL um número especial de *Convivência*, destinado a comemorar os 50 anos de sua existência em nosso país. Colaboraram neste número Antônio Houaiss, Maria José Pereira Monteiro, Amélia Sparano, Luís Viana Filho, Josué Montello, Raymundo Faoro, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Chagas Filho, Evaristo de Moraes Filho, José Guilherme Merquior, Afonso Arinos de Melo Franco, Mário Vieira de Melo, Antônio Fantinato, Bella Jozef, Sílvio Elia, Jonas Correia, Reinaldo Valinho Alvarez, Ronaldo Lima Lins, Dalma Braune Portugal do Nascimento, Abgar Renault, Néida Piñon. Dirige a revista o Prof. Marcos Almir Madeira, Presidente do PEN CLUBE DO BRASIL.

* * *

Por T.A. Queiroz, Editor e pela Editora da Universidade de São Paulo, saiu publicado, sob os cuidados de Heitor Megale, com data de 1988, novo texto do famoso apógrafo medieval *A Demanda do Santo Graal*. O texto foi modernizado com base em cópia do séc. XV, bem como nas edições Magne (1944 e 1955-70) e na edição dos 70 primeiros in-fólios publicados em 1887 por Reinhardtstoettner, com preenchimento das interrupções do apógrafo quatrocentista, ms. 25 4 da Biblioteca Nacional de Viena, utilizadas as edições Pauphilet e Bonilla y San Martín. O Prof. Segismundo Spina, que escreveu o *Prefácio* do livro, assim se manifestou sobre a natureza da obra: "Em nada, portanto, o modernizador da *Demanda do Santo Graal* prejudicou a legitimidade do texto, que pode ser lido com fluência, sem os constantes tropeços de sua inteligência, beneficiando-se assim aqueles que desejam conhecer uma das narrativas mais fascinantes da literatura medieval".

* * *

Da Livraria Camões recebemos os seguintes livros:

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa, Edições 70, 1987. Trad. de orig. francês de 1985 por Maria de Santa Cruz.

SUMPF, J., GRANGER, G., BOUVERESSE, J., GAUVIN, J. *Filosofia da linguagem*. Coimbra, Almedina, 1973. Trad. de orig. fr. de 1971 por Manuel Reis.

MOUTINHO, José Viale. *Introdução ao nacionalismo galego*. Porto, Paisagem, 1973.

PALMER, F.R. *A Semântica*. Lisboa, Edições 70, 1979, Trad. de orig. inglês de 1976 por Ana Maria Machado Chaves.

MAHMOUDIAN, Morteza. *A Lingüística hoje*. Lisboa, Edições 70, 1983. Trad. de orig. francês de 1982 por Maria do Céu Ferreira Tarouca da Silva.

COLLADO, Jesus-Antônio. *Fundamentos de Lingüística Geral*. Lisboa, Edições 70, 1980. Trad. de orig. espanhol por Isabel Gonçalves.

RESENHAS CRÍTICAS

O Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho tomou sobre os ombros a árdua tarefa de nos dar uma edição crítica da obra lírica de Camões; não crítica no sentido de definitiva, o que, de acordo com os dados atuais é tarefa impossível, mas preparatória de uma edição crítica final, se é que essa meta algum dia será atendida.

Árdua, dissemos nós, porque, como se sabe, na verdade a parte lírica da criação camonianiana ficou inédita em vida do Poeta, se excetuarmos desde logo a *Ode ao conde do Redondo*, publicada em 1563 nos *Colóquios dos simples e drogas*, de Garcia d'Orta, e um soneto e tercetos dedicados a D. Leonis Pereira, que estão na *História da Província Santa Cruz*, de Pero de Magalhães de Gândavo. Os mais são apógrafos, correntes sob a forma de "livros de mão". De Camões, nenhum autógrafa. O famoso *Parnaso*, a que alude Diogo do Couto na *Década VIII* desapareceu, se é que algum dia existiu. Como saber, portanto, o que pertence realmente ao Camões lírico e qual o texto fidedigno? A posteridade se tem contentado basicamente com a tradição impressa, ou seja, com as edições de 1595 e 1598. Depois disso, as edições seguintes vão se tornando mais volumosas, com indiscriminados acrescentamentos ao acervo lírico do Poeta, do mesmo passo que os textos vão sendo "polidos", "alterados", "corrigidos". Um horror! Houve sem dúvida trabalhos meritórios em Portugal, no sentido de pôr um dique a tantos desacertos. Faltava, porém, um método seguro para a triagem e fixação dos textos. Foi a essa tarefa realmente hercúlea que se propôs Mestre Leodegário, perfeitamente consciente dos percalços da caminhada. Projetou o trabalho para sete volumes, mas o segundo já se desdobrou em dois tomos. Para a empreitada encontrou o apoio editorial da Imprensa Nacional de Lisboa, que está a imprimir a valiosa pesquisa do professor brasileiro (Brasil, Brasil, onde está o incentivo à cultura? De cultura no Brasil quem entende é a Receita Federal). Publicados os primeiros volumes, algumas críticas logo espocaram, nem sempre favoráveis, como sói acontecer com as edições críticas de maneira geral, mormente no caso da lírica de Camões, verdadeira *selva selvaggia* no mundo da Crítica Textual. Mas é preciso saber como se armou o Professor Leodegário para tentar desbravar os fúvios caminhos que levariam a uma séria e proveitosa edição dos poemas camonianos. A tradição impressa, corrompida e proliferada, era de fato insuficiente e suspeitosa. Nova trilha, pois, tinha de ser aberta, e o Prof. Leodegário lançou-se à procura de todos os manuscritos quinhenistas conhecidos, que pudessem conter composições do Poeta, e, com base neles fez e está fazendo colação metodicamente criteriosa com os textos impressos. Dessa tarefa beneditina é que está saindo progressivamente dos prelos a primeira grande edição da *Lírica* de Camões, metodologicamente renovada. Eis um cometimento que honra a cultura luso-brasileira. E, para que não se diga tratar-se de ufania patriótica, vou, como fecho, transcrever as seguintes palavras extraídas do artigo do Prof. José Antônio Sábio, da Espanha, publicado em recente número do jornal *Letras & Letras*, editado no Porto, (agosto 1990), sob o título "A lírica de Camões e a edição de Leodegário A. de Azevedo Filho":

Superando as bases metodológicas da crítica anterior pela atenção prestada aos manuscritos, pela precisão da argumentação e pelo aprofundamento na questão textual, o professor Leodegário A. de Azevedo Filho inaugurou um novo método de trabalho nas questões de autoria, sobretudo nos problemas de Crítica Textual.

E, finalizando:

Uma edição, por conseguinte, que reinaugura, depois de quatrocentos anos, o estudo da lírica camonianiana e que assinala uma nova e feliz data histórica no desenvolvimento da Camonologia.

Sílvia Elia

COSERIU, Eugenio. *Introducción a la Lingüística*. Madrid, Gredos, 1986. 2ª ed. revista pelo autor e preparada por José Polo, 178 p. A 1ª ed. foi publicada em 1983 pela Universidade Autónoma do México.

Este livro nos causa de início dupla surpresa. A primeira é, por assim dizer, a “desatualização” bibliográfica: o livro mais recente arrolado data de 1950. Nada, portanto, de Gramática Transformacional, nem de Sócio-, Psico- ou Etnolingüística, nem de análise do discurso, nem de outras novidades pós-saussurianas. E isso num Mestre que está sempre em dia com as correntes mais importantes do pensamento lingüístico. A segunda surpresa está precisamente no inverso: a atualidade dos conceitos e das críticas presentes no trabalho. Tal constatação é de especial relevância, pois vale como demonstração de que o pensamento que atua com profundidade, isto é, que vai às raízes dos problemas, se situa numa região do saber incólume às variações superficiais, que agitam sem construir. Distorção já condenada por Jacques Maritain, quando advertiu contra a *cronolatria epistemológica**. Portanto merece todos os aplausos a insistência do Prof. José Polo no sentido de que o Dr. Eugênio Coseriu consentisse numa republicação do livro, para maior difusão. A 1ª ed. saiu mimeografada e se destinou aos alunos de Lingüística do Instituto de Professores “Artigas” de Montevideú. A 1ª ed. *impresa* veio a lume em 1983, como está acima. Referindo-se à data de 1951, o Prof. Juan M. Lope Blanch, da Universidade Nacional Autónoma do México, em nota de apresentação da edição de 1983, escreveu o seguinte, que reproduzimos com plena adesão:

Trinta anos depois, conserva todo o seu valor, coisa singular em nossa época, tendente a improvisações e a retificações ou aos repúdios conseqüentes. O que foi conceituado e bem feito mantém sua louçania através dos anos. É o caso desta obra.

E é o que pretendemos comprovar com algumas transcrições desta luminosa *Introdução*.

Vejamos algumas definições. Lingüística:

é a ciência que estuda de todos os pontos de vista possíveis a *linguagem humana articulada*, em geral e nas formas específicas em que se realiza, quer dizer, nos *atos lingüísticos* e nos sistemas de isoglossas que, tradicionalmente ou por convenção, se chamam *línguas*. (p. 11)

E agora sobre a Filologia:

Em sentido estrito, por *Filologia* se entende hoje comumente a *crítica dos textos* e, em um sentido mais amplo, a *ciência de todas as informações que se deduzem dos textos*, especialmente antigos, sobre a vida, a cultura, as relações sociais e familiares, econômicas, políticas e religiosas, etc., do ambiente em que os próprios textos se escreveram ou a que se referem. (p. 13)

E, procurando melhor distinguir uma de outra:

Em conclusão: a Filologia ainda baseando-se em textos que podem ter também interesse lingüístico, ocupa-se, em geral, com *atos de história*, especialmente antiga e especialmente social e cultural (literária), ao passo que a Lingüística ocupa-se com *atos de língua*, ou, mais propriamente, com *linguagem*. (p. 15)

Temos a seguir, muito bem delineada, a afortunada noção de competência lingüística:

Tal sistema (a língua) não existe apenas concretamente, quer dizer, como sistema de atos lingüísticos comuns efetivamente registrados, mas também virtualmente, na consciên-

* “En s'inquiétant de la vérité et en saisissant la vérité l'esprit transcende le temps. Faire passer les choses de l'esprit sous la loi de l'éphémère, qui est celle de la matière et du pur biologique, faire comme si l'esprit était soumis au dieu des mouches, voilà le premier signe, le premier symptôme majeur de la maladie dénoncée par saint Paul”. (Le paysan de la Garonne: 28)

cia dos falantes pertencentes a uma comunidade, como memória de atos lingüísticos precedentes e possibilidade de produzir segundo seu modelo novos atos lingüísticos mais ou menos “idênticos”, ou seja, compreensíveis dentro da mesma comunidade. (p. 17)

Na parte final da transcrição supra, já emerge nitidamente a noção lingüística não menos venturosa de *performance*.

Rechaça, com límpidas razões, qualquer identificação entre a linguagem humana e a chamada linguagem dos animais. Na verdade

A linguagem animal seria... uma pseudolinguagem e se distinguiria fundamentalmente da linguagem do homem por não terem os seus “sinais” o valor simbólico e convencional que têm os sinais das linguagens humanas: os “sinais” animais corresponderiam antes a reações elementares que nas manifestações humanas são os *g r i t o s* e que não constituem propriamente expressão lingüística. (p. 23)

A “linguagem” animal não é convencional, nem articulada, como é próprio da natureza da linguagem humana. Isto é, o animal é incapaz de combinar unidades menores para compor (= articular), criativamente, unidades maiores.

A redescoberta hoje de uma “lingüística da parole”, quer nos desdobramentos da Pragmática, quer no franqueamento da frase, por meio de análise do discurso ou de tentativas de gramática do texto, já está claramente prevista por Coseriu, ao salientar que

O conceito de ato lingüístico – quiçá o mais importante da lingüística moderna – é ao mesmo tempo o mais complexo e, apesar de corresponder à única realidade concreta da linguagem, foi o último a ser alcançado pela investigação lingüística. (p. 28)

Nesse particular, Coseriu faz a devida justiça a um grande lingüista de nosso século, injustamente esquecido, Karl Vossler, que, com muito talento e conhecimento de causa, havia, na linha de Humboldt e de Croce, apontado as deficiências do positivismo lingüístico e posto em destaque a necessidade de ser investigado o lado criativo da linguagem.

Além disso, Vossler insistia, entre outras coisas, na importância de um fator até então ignorado pelos lingüistas: o *ouvinte*. (p. 30)

O capítulo dedicado à *língua* deve ser lido e meditado por todos os lingüistas modernos atraídos pela magia da sociolingüística. Em relação, p. ex., aos estruturalistas de estrita obediência, convém considerar a distinção básica entre a língua como *sistema*, abstração da mente humana virtualmente existente na consciência de cada falante pertencente à mesma comunidade lingüística, e a *língua histórica* (ou *idioma*, como também a chama Coseriu), realização no tempo do código subjacente à multiplicidade dos atos lingüísticos. Atente-se, pois, nestas palavras do Mestre de Tübingen:

Isto porque, na delimitação usual das “línguas” como conjuntos identificáveis e autônomos de tradição do falar (*línguas históricas* no *idiomas*), têm-se em conta não somente critérios estritamente lingüísticos, mas também critérios históricos, políticos, culturais, etc. (p. 36)

Observe-se que a expressão *língua histórica* substitui com evidente vantagem o sintagma *língua natural*, que hoje se vai divulgando.

A controvertida noção de “dialeto”, p. ex., encontra no pensamento do Prof. Coseriu clarificações metodológicas que colocam a questão nos devidos termos. Assim é corrente julgar o dialeto uma diferenciação da *língua comum* (ou *nacional*, nos tempos modernos), quando o contrário é que é o verdadeiro, particularmente no tabuleiro lingüístico europeu; ou seja, a língua nacional não passa de um dialeto enobrecido política e culturalmente. Com efeito,

a língua comum não é em sua origem senão um dialeto como os demais, de uma re-

gião ou de uma cidade, mas que, por motivos políticos, históricos ou culturais (literários), chegou a ser língua nacional, ou seja, a que se usa em todo o território considerado como língua superdialetal, ao lado das falas locais. (p. 39)

A seguir são estudados, ainda que brevemente, os casos da França, Espanha, Itália. Características próprias indica-as nos casos do dinamarquês, do norueguês, do holandês (Niederdeutsch) e do flamengo, da Iugoslávia, do romeno e do moldavo, do espanhol (castelhano) em face do galego e do catalão e até dos falares hispano-americanos (a que se poderia acrescentar o luso-americano), como o “argentino”. A respeito deste último, faz o Prof. Coseriu as seguintes reflexões, que a nós outros também se aplicam.

Por sua vez, do ponto de vista extralingüístico, o “argentino” não existe como “língua”, já que o espanhol comum continua conservando sua unidade; apesar das diferenças locais, o idioma oficial continua sendo o espanhol – um espanhol quase idêntico ao da Espanha (não obstante as diferenças de pronúncia) – e os escritores argentinos continuam escrevendo em espanhol e considerando como modelo o “espanhol castiço”. (p. 46-47)

Apenas diríamos que, situando-nos no plano da “língua histórica”, os fatores que fazem do *argentino* ainda o *espanhol* podem ser havidos como legitimamente “lingüísticos” (pois só estruturalmente é que os teríamos por “extralingüísticos”).

Mestre Coseriu não se esquia de ir até, bem que mui concisamente, às *línguas crioulas*, tão em foco ultimamente. Tudo muito atual.

O capítulo V enfrenta problemas quentes da teorização lingüística contemporânea: língua e pensamento, linguagem e afetividade, linguagem e cultura. É claro que não poderíamos comentar *comme il faut* a segura posição do Autor em face de temas de tamanha relevância. Salientemos, porém, desde logo a sua atitude, sábia e prudente, ante a complexidade de tais *quaestiones disputatae*:

Por conseguinte, segundo a orientação filosófica (explícita ou implícita) dos lingüistas e dos teóricos da linguagem, destacam-se uns e outros aspectos, que a miúdo se consideram predominantes, em prejuízo dos restantes. (p. 51)

O Prof. Coseriu refuta com razão tais exclusivismos; tem do fenômeno *linguagem* uma concepção que poderíamos chamar “integral”. Assim, não descarta do ofício do lingüista nem o aspecto lógico, nem o psicológico, nem o social, nem o etnográfico. E mesmo um aspecto que os linguistas soem marginalizar ou desconhecer é afirmado com certa ênfase. Trata-se do aspecto cognitivo:

Mais ainda: é indubitável que a linguagem pode considerar-se como forma fundamental de nossa atividade cognoscitiva. Com efeito, nossa experiência da realidade se elabora mediante as atividades racionais do conhecer e do distinguir, e estas se manifestam nos sinais lingüísticos por meio dos quais (através de seus significados) nos referimos à realidade extralingüística como a algo “sabido”. (p. 54)

Outro ponto para o qual não podemos deixar de trazer a atenção do leitor é o do caráter “cultural” das comunidades lingüísticas. Coseriu faz aqui uma crítica bastante pertinente:

O erro em que caía geralmente a escola chamada dos neogramáticos, que dominou na Lingüística no último quartel do século passado e nos primeiros decênios de nosso século, era o de considerar a história das línguas como independente da história cultural e social dos povos ou, pelo menos, como uma história autônoma. (p. 62)

Em conseqüência, no plano semântico, as divergências se acentuam, ainda quando o signo formal (significante) é o mesmo:

Nesse mesmo sentido se fizeram estudos, p. ex., sobre a influência cristã no voca-

bulário grego transmitido depois a outros idiomas, às vezes também formalmente, porém outras vezes apenas culturalmente (semanticamente: quer dizer que se atribuiu um significado grego-cristão a palavras autóctonas); assim, p. ex., o significado especial que damos à palavra *virgem* se deve antes do mais ao ter sido referido pelo Cristianismo à mãe de Jesus. (p. 65)

E, na página seguinte:

Resulta do que fica dito que a passagem de um fato lingüístico de uma comunidade a outra se deve, pelo comum, a razões eminentemente culturais.

O que os lingüistas geralmente olvidam. Creio que o mesmo se poderia dizer de palavras como *pecado*, *virtude*.

No cap. VI, ocupa-se o Prof. Coseriu com temas de cunho sociolingüístico, tais como: comunidades lingüísticas, língua e nação, língua e raça, língua e religião. Estuda então o aspecto das línguas ditas especiais, dos tabus lingüísticos, da maior amplitude das comunidades idiomáticas relativamente às comunidades nacionais (casos do português, do espanhol, do inglês, p. ex.), da nenhuma relação entre raça e língua (“o conceito de raça nada tem que ver com o idiomático, pois não passa de um conceito biológico e não social e cultural”, p. 76). No que tange à religião, chama a atenção para a origem sacral da várias línguas. O sânscrito foi na origem a língua literária da classe sacerdotal da Índia; o que sabemos do gótico devemos-lo à tradução que da Bíblia fez o bispo Úlfilas; o que se chama paleoeslavo ou antigo eslavo eclesiástico é, em suas origens, um dialeto do búlgaro antigo empregado por Cirilo e Metódio para fins de evangelização. E até um idioma da Europa ocidental, o alemão, deve muito a motivos da mesma índole, já que o alemão literário e comum de hoje foi, em suas origens, a língua empregada por Lutero em sua tradução da Bíblia.

O capítulo seguinte, o VII, procura colocar nos devidos termos a discutida questão da sincronia x diacronia.

Saussure, como se sabe, distinguiu duas Lingüísticas, uma *sincrônica* e outra *diacrônica*. A Ling. sincrônica estuda os fenômenos da linguagem em função do *eixo das simultaneidades* e a Ling. diacrônica, em relação ao *eixo das sucessividades*. A língua, sincronicamente, é um sistema de valores que nada determina fora do *estado momentâneo* (o grifo é meu) de seus termos. Cria-se assim, ao lado da Lingüística histórica, que vinha sendo praticada, uma Lingüística sincrônica ou estática. Note-se, pois, que não são as línguas que são sincrônicas ou diacrônicas e sim a Lingüística. Ou, como diz o próprio Saussure:

É sincrônico tudo que se refere ao aspecto estático de nossa ciência, diacrônico tudo que tem relação com as evoluções. Da mesma forma *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução. (*Cours*. 117)

Nas suas agudas reflexões sobre a natureza da *inteligência e do instinto*, Bergson, em *L'évolution créatrice*, já havia assinalado que “a inteligência se caracteriza por uma incompreensão natural da vida”. Quer dizer, o fluxo, o contínuo, o perpétuo *mobile* não é captado pela inteligência (preferíamos dizer “razão”), que só é capaz de apreender o imoto. O fundo de energia, que tudo cria e recria, somente seria apreensível pela *intuição*. Ou, nas palavras do filósofo:

Digamos tão somente que a inteligência se representa o *vir-a-ser* como uma série de estados, cada um dos quais é homogêneo consigo mesmo e por consequência não pode mudar.

Foi o que fez Saussure: para estudar a *linguagem* imobilizou-a sincronicamente como *língua* (= *langue*). Os seus discípulos e sucessores estenderam o método à diacronia, que passou a ser mera comparação de sincronias. Com sua clara visão dos fatos, Mestre Coseriu já o havia detectado:

Por isso, a gramática histórica é, de fato, comparação entre vários sistemas estáticos ou “estados de língua”, que correspondem a uma série de momentos convencionalmente escolhidos como típicos. (p. 82)

Com isso ficou de fora aquela força vital que impulsiona as línguas, definidas por Humboldt como *enérgeia*, omissão que é erro grave, pois, como observa Coseriu, “o mudar pertence à linguagem por definição: é um fato axiomático” (p. 85). Como estudá-lo, então?

A nosso ver, complementando a sincronia e a diacronia com a História (*Sincronia, Diacronia, História* é exatamente o título de um dos mais belos estudos de Coseriu). A História se situa ao longo da verticalidade do tempo, onde coloca alguns postos de observação, de natureza econômica, política, intelectual, cultural, enfim. Depois projeta esses dados em globo sobre o tempo espacial, ou seja, sobre a faixa sincrônica de Saussure. Quando se trata de fenômenos da linguagem humana, concentra esses fatores num feixe explicativo que possa dar conta das mudanças ocorridas. É fortemente retrospectiva e fracamente prospectiva. Nessa perspectiva é que se podem colocar as buscadas causas da mudança das línguas, que Coseriu passa em revista crítica: a do *substrato étnico*, de Ascoli; a das *tendências da língua* (deriva) sustentada por Meillet; a da *descontinuidade das gerações*, também apresentada por Meillet; a do *menor esforço*, uma das mais vulgarizadas, também conhecida como da *economia da expressão*, na feição defendida por Jespersen. Ao final, teríamos de concluir com Grammont: “il n’y a pas une cause, il y en a un grand nombre”.

O Cap. VIII trata das “ciências lingüísticas”. Distingue inicialmente o Prof. Coseriu entre uma Lingüística Geral e várias Lingüísticas particulares. Compõem estas os seguintes ramos: *Fonética* (os sons da fala), *Fonologia* (os sons da língua), *Semântica* (relação entre significante e significado), *Lexicologia* (estudo das palavras, de um modo geral), *Etimologia* (estudo da história das palavras), *Gramática* (estudo descritivo e sistemático de uma língua histórica, subdividido em *Morfologia e Sintaxe*), *Estilística* (estudo dos sinais lingüísticos como sintomas e apelos). Coseriu faz ainda referência a outras disciplinas, dentre as quais convém destacar a *Geografia Lingüística*, que melhor diríamos ser um método que investiga a língua oral, particularmente a de comunidades rurais (hoje o método inclui cidades e até a modalidade culta), projetando-a em cartas geográficas que irão constituir um atlas lingüístico.

O Prof. Coseriu houve por bem abrir um capítulo, o último, para apreciar o aspecto fônico da linguagem; intitulou-o *Fonética*. É que ocupa-se aqui com os aspectos acústico e articulatório dos sons da linguagem. Descreve-os, classifica-os, seguindo um modelo tradicional, que não se acha superado, porque é continuamente utilizado. Distingue entre o valor *icástico* (imitativo, motivado) dos fonemas e o seu caráter “arbitrário”. A tendência é sempre passar do icástico ao arbitrário.

A *Introdução* possui ainda uma *Bibliografia Essencial*, uma *Nota* de José Polo, e vem enriquecida com os seguintes índices: *de Autores, de Autores e Obras, de Escolas, de Outros Nomes, de Povos e Etnias, de Nomes Geográficos, de Línguas, Dialectos, de Formas Lingüísticas e de Tecnicismos, Semitecnicismos e Conceitos Vários*.

Livro antigo. Mas como ensina!

Sílvio Elia

ATLAS LINGÜÍSTICO DE SERGIPE (UFBA/FUNDESC, 1987)

O Brasil entrou atrasado no campo da Dialectologia: somente em 1965, graças ao esforço pioneiro do carioca Nelson Rossi e de sua equipa da Universidade Federal da Bahia, foi publicado o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), que teve justa repercussão em todo o mundo românico.

A mesma equipe, lutando sempre contra toda a sorte de empecilhos, estendeu sua atividade a Sergipe, e desde 1973 tinha pronto o *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS), que, por percalços de vária ordem, só pôde ser impresso, numa co-edição da UFBA e da Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, no final de 1987.

Durante os 14 anos que separam o apronto e a edição do ALS, o rico material propiciou a sua utilização em numerosos trabalhos monográficos (a maioria dos quais comunicações a Congressos em São Paulo e em Porto Rico, até hoje à espera de publicação) e teses universitárias.

No longo intervalo destes dois atlas da equipe da UFBA, apenas outros dois se editaram no Brasil: o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, elaborado por um grupo de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora, e levado a termo pelo dinamismo do Prof. Mário Roberto Zágari, publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa em 1977 (graças à decisão do seu então Diretor Executivo Irapoan Cavalcanti de Lyra), e o *Atlas Lingüístico da Paraíba*, realizado sob a direção de Maria do Socorro Aragão, da Universidade Federal da Paraíba (1985), com o apoio do CNPq.

(Sabemos que está em vias de últimação o A.L. do Ceará.)

É muito pouco para um país da extensão do Brasil; mas é difícil encontrar dirigentes universitários "dotados de respeito e sensibilidade para com os trabalhos lingüísticos". E essa demora põe em risco de perda muitos fatos preciosos da Geografia Lingüística no Brasil.

Nas 156 cartas do ALS (há 11 introdutórias e 8 cartas-resumo), ficamos sabendo, p. ex., que também em Sergipe há lugares em que *lua é luna* e as estrelas cadentes *se mudam*; as *matinas* (crepúsculo) não são apenas da manhã, mas também "quando é seis horas, que já é hora perto do sol se pôr"; a neblina ou nevoeiro pode ser *neve* e a terra umedecida pela chuva é *sarolha*; o trabalhador de enxada em muitos lugares ainda é o *pataqueiro* (se bem que a pataca de há muito não exista); o canteiro é *leira*, a cachaça ou o álcool se guardam em *dornas*; o siso é o dente *queiro*, e *conta* equivale a *pérola*; o *califon* (sutiã) não se pendura no *torno* (cabide de parede); uns têm a pele cheia de *neguinhos* (sinais), outros de *ovos-de-peru* (sardas); durante o *entojo* (enjô da gravidez) muitas mulheres *gomitam*; um *argueiro* (cisco) pode provocar *dor-d'olhos* (conjuntivite); um *lambedor* (xarope caseiro) é preferido pelos *somíticos* ou *fonos* (avarentos) a remédios caros; os *malinos* (meninos travessos) perseguem as *guinés* (galinhas-d'angola) no *chiqueiro* (galinheiro); os *mamotes* (garrotes) acompanham as vacas às *capineiras* ou *mangas* ou *soutas* (pastor). E assim por diante.

Como se vê, um tesouro de formas que aos poucos vão se perdendo e que cumpre registrar noutros Estados enquanto é tempo.

Adriano da Gama Kury

MARCEL CRESSOT. *O estilo e as suas técnicas*. Da Coleção Signos. Tradução de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa, Edições 70, 1980.

Trata-se, como já se viu, da versão portuguesa de um dos melhores livros escritos sobre a jovem ciência, ou disciplina, batizada como Estilística por seu fundador, Charles Bally, discípulo e editor de Ferdinand de Saussure. Poucos anos depois do mestre francês, o lingüista germânico Karl Vossler trouxe análoga novidade ao campo dos estudos lingüísticos, mas com objetivo diferente e utilizando um método totalmente diverso. Abre, então, o século XX com duas propostas novas, uma muito fecunda, outra realmente de vida pouco mais que efêmera, porque a Estilística de Vossler, de Spitzer e de Amado Alonso, foi suplantada por outras correntes mais ou menos vaporosas e, por fim, foi deglutida pelas diversas Teorias da Literatura, conflitantes ou excludentes uma da outra.

Apoiado na clássica dicotomia saussuriana, tenho dito que a rota aberta por Bally conduz a

uma Estilística da Língua, ao passo que a de Vossler seria uma Estilística da Fala. Daí me parecer óbvio que a linha francesa é mais objetiva, tem mais rigor de método e, efetivamente constituída para cada língua histórica, se tornará parêntese da respectiva gramática.

Os seguidores de Bally não aceitaram a restrição do fundador, que, explicitamente, excluiu de suas indagações a língua escrita, por ser, diz ele, artificial, estereotipada, sem compromisso com a *vida*. Marouzeau e Cressot, ao contrário, firmaram-se nos textos e nos textos requintadamente elaborados, *artificiais*, para pisarem terreno sólido e poderem sempre testar suas descobertas, firmar suas conclusões. Marouzeau escreveu um *Traité* de Estilística Latina, língua já, digamos, arquivada, e um *Précis* de Estilística francesa, onde haveria ainda muito que pesquisar e onde certas “colocações” (como hoje se diz) daqui a algum tempo, anos ou décadas, estarão peremptas.

O livro de Marcel Cressot é excelente e apresenta-se como contraponto dos estudos gramaticais, destinado a uma penetração maior na língua francesa, e mais profunda, na linha do *esprit de finesse* pascaliano. Foi um marco e deveria ter correspondentes em outras línguas.

Há bastantes anos fui convidado por um editor a traduzir o livro de Cressot. Neguei-me, dizendo-lhe que, para fazê-lo adequadamente, seria necessário substituir toda a ampla exemplificação, tirada a grandes escritores franceses, por outra, paralela e pertinente, tomada a beletistas de língua portuguesa, tarefa gigantesca e talvez impraticável. Seria mais fácil escrever um livro. De fato escrevi-o: *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*.

Madalena Cruz Ferreira não fez a seu proponente a objeção cortante que fiz ao meu, e optou por uma solução conciliatória: manteve a exemplificação de Cressot e, sempre que pôde (e é a quase totalidade dos casos), verteu para o português os textos ilustrativos. Daí decorreu que, com certa frequência, o traslado para a nossa língua não diz nada, não tem valor estilístico. O leitor que pode “sentir” o valor, expressivo ou impressivo, do exemplo francês não precisa da tradução; o que não seja capaz de tal “competência” (para falar como Chomsky), ficará no abstrato da teoria.

Isto não me impede de louvar o esforço da tradutora, que não recuou ante o quase impossível da tarefa: pelo contrário. Mas posso observar – e devo fazê-lo – que a ilustre senhora nem sempre se forrou do decalque. Noutras palavras, nem sempre evitou o galicismo vicioso ou inexpressivo. Documento-o com quatro passos. À p. 36, um belíssimo homoteleuto de Pégyu *servitude-solitude-plenitude-turpitude-lassitude* ficou achatado e apagado noutro em *-mento*. E quando *aviltamento* traduz *turpitude*, e *entediamento* traduz *lassitude*? À p. 38 Musset vem à baila para dizer *Nous les supprimeons, nous les démolirons, (...)*, o que, passado à lusitana língua, *Nós os suprimiremos, demoliremos*, resulta numa desagradável ressonância, numa aliteração destituída de virtude.

Na p. 57, vem à colação o Vitor Hugo de 1834, para dizer que

Plus de mot roturier, plus de mot sénateur,

transposto para “a nossa português casta linguagem” nisto

Nunca mais termos plebeus, nunca mais termos senadores.

Que será para nós, brasileiros, “termos senadores”? Seriam acaso excertos da escorreita prosa do malogrado candidato à Academia de Letras Álvaro Pacheco, senador meio-biônico pelo Maranhão? E que será para os portugueses, que eles não contam, no seu sistema de governo, com tais espécimes da fauna humana (o Parlamento se esgota com os deputados)?

Na p. 169, Paul Feval diz que “Si tu ne viens pas à Lagardère, Lagardère ira à toi”, e em português ele diria que “Se não vens ter com Lagardère, Lagardère irá ter contigo”. Se eu fosse Feval, gostaria de ver-me em português assim: “Se não vieres ter...” O futuro do subjuntivo é nosso, como o petróleo, ausente, como se sabe, da França.

E por aí. Não censuremos a tradutora, mas aconselhemos os leitores a se bastarem com a exemplificação francesa. Se não a puderem “sentir”, examinem com olhos críticos a tradução, para verem, em cada caso, se ela abona a teoria.

Gladstone Chaves de Melo

Este é mais um livro da série “Fundamentos” que a Editora Ática vem realizando. O seu autor é uma autora, a Prof^ª Edith Pimentel Pinto, da Universidade de São Paulo, que já de algum tempo vem contribuindo com obras indispensáveis para o melhor conhecimento da língua portuguesa no Brasil.

Quando se fala em língua popular, pensa-se logo na sua forma oral. E assim tem sido. Os estudos dialectológicos se voltam sistematicamente para a falta inculta, e não nos esqueçamos de que um dos mais notáveis pesquisadores desse campo, o franco-suíço Jules Gilliéron, havido como o pai da Geografia Lingüística, dava preferência, para a seleção do informante, ao analfabeto. No entanto a língua popular não é apenas do analfabeto, mas também do semi-analfabeto, isto é, do imperfeitamente alfabetizado. Se assim não fora, como estariam desfalcadas as “fontes” do latim vulgar!

A Prof^ª Edith Pimentel Pinto começa agora a explorar esse veio praticamente intato. Podemos acompanhá-la através dos seguintes capítulos: Pressupostos técnicos, A língua literária, Uma língua veicular, Uma língua comprometida. Completa o elenco uma Bibliografia comentada.

Eis alguns exemplos de desvios do padrão culto, colhidos no capítulo “Uma língua comprometida”: *a sim, con tigo, escreve-sse, mespere, mais oumeno, poriso* (gráficos); *bacanérrima, gamar, legal, necas, paquerar, transar* (grfria); *estou lhe esperando, simpatizei-o, cabelos preto, escrevo esta linhas, tenho sete irmão* (sintáticos).

Qualquer um de nós tem vivido essa experiência, mas não temos sabido aproveitá-la. Há poucos dias, p. ex., li isto no vidro traseiro de uma kombi: *ameaçando*. Há ignorância do uso correto de um sinal ortográfico e, curiosamente, a mesma indecisão já apontada por Fernão de Oliveira, no séc. XVI, em relação ao *i* e *e* átonos quando primeiras vogais de um hiato. Pois o venerando gramático aconselhava que se escrevesse *gloreia, memorea*; e ainda por cima punha cedilha no *c* quando seguido de *e* ou *i*...

A messe é abundante.

Vê-se que o filão é pujante. Que não falem garimpeiros!

Sílvia Elia

PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa – Metodologia e funções*. São Paulo, Ática, 198 (248 p.) – Série Básica Universtária.

A recente publicação da *Sintaxe portuguesa – Metodologia e funções*, de Mário A. Perini, não só vem preencher uma lacuna em nossos estudos lingüístico-gramaticais, como também procura estabelecer as necessárias relações dialéticas entre técnicas da Lingüística moderna e a nossa tradição gramatical. A obra divide-se em quatro longos capítulos, intitulados, respectivamente: “Descrição, traços distintivos e protótipos”, “Funções sintáticas na oração”, “Funções de nível suboracional” e “A oração complexa”.

O autor fixa-se na estrutura de superfície e privilegia os critérios formais. Para o segundo capítulo – “Funções sintáticas na oração” –, os traços formais selecionados são: concordância verbal, anteposição, possibilidade para um determinado termo de ser retomado por (*o*) *que / quem*, cliticização, posição do auxiliar e posição obrigatória antes do núcleo do predicado.

No que se refere às funções de nível suboracional, os critérios são marcadamente distribucionais: Perini considera que no sintagma nominal máximo podem ocorrer um predeterminante, um determinante, um possessivo, um quantificador, um pré-núcleo, um núcleo e um modificador, nessa ordem, respectivamente.

Não podemos deter-nos em cada um dos traços apontados, o que nos leva a destacar alguns elementos a respeito dos quais gostaríamos de tecer alguns comentários.

Assim, no parágrafo 1.8.5, ao falar da substituíbilidade, critério de importância capital numa análise distribucional, o autor, partindo do par de frases: *Nós chegamos tarde ao concerto e Ontem chegamos tarde ao concerto*, afirma que “teríamos de admitir que *nós e ontem* são substituíveis nesse contexto, e que portanto devem receber um traço comum” (p. 40). Levanta, em seguida, um grupo de quatro frases em que não pode haver coocorrência de *nós e ontem*, com o objetivo de mostrar que não devem receber o traço comum. Ora, um dos princípios da análise distribucional estabelece justamente que os elementos que coocorrem não podem pertencer ao mesmo paradigma; em outros termos, os elementos de um mesmo paradigma são exclusivos. A possibilidade de combinarmos *nós e ontem* no par proposto: *Ontem nós chegamos tarde ao concerto* já é suficiente para mostrar que não são elementos comutáveis.

No parágrafo 2.5.2 (p. 107 e ss.), apresenta a hipótese de que o objeto direto e o predicativo do sujeito não devem ser diferenciados, alicerçando-se nos critérios previamente apresentados. Contudo, convém, aqui também, lembrar que alguns dos critérios formais propostos por Perini (concordância verbal e apassivação) conduzem à diferenciação dos dois termos: o predicativo pode concordar com o verbo *ser* (*Tudo são flores*), o que não se dá com o objeto direto; este último passa a ser sujeito na construção passiva, o que não acontece com o predicativo. Cremos, portanto, que há boas razões formais para distinguir os dois termos.

Ao tratar do vocativo, no parágrafo 2.9.3, considera-o “uma noção discursiva, e não estritamente sintática” (p. 141). Lamentamos que isole o estudo do vocativo do estudo do aposto explicativo, o qual é examinado no capítulo seguinte. O aposto explicativo é também um elemento intervirgulado e permutável no interior da frase. Acrescente-se que, a rigor, o vocativo é um tipo especial de aposto de segunda pessoa, como muito bem o assinala Otto Jespersen, em sua *Analytic syntax* (e, para não esquecer a boa prata da casa, lembremos que é também a posição de Eduardo Carlos Pereira, a partir da terceira edição de sua *Gramática expositiva*).

Evidentemente, não é nosso objetivo negar os grandes méritos da *Sintaxe portuguesa*, fruto de uma pesquisa desenvolvida com o máximo de empenho. Anuncia-se, no prefácio, um segundo volume, que, esperemos, seja publicado brevemente e que, com toda a certeza, lançará muitas luzes sobre as considerações acima.

Prof. Dr. Valter Kehdi

ANTÓNIO VIEIRA – Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. A critical edition. Introduction and commentary by Frits Smulders. Middelburg 1989. LXVIII + 375 + XXII páginas

Trata-se de tese de doutoramento apresentada à Universidade Católica de Nimega, Holanda, por Frits Smulders que teve como orientador o Prof. José van den Besselaar, conhecido e competente estudioso do Padre Antônio Vieira. A leitura do presente trabalho nos deixa a certeza de estarmos diante de realização verdadeiramente notável, pois o autor procedeu à análise de todas as fontes disponíveis do *Sermão* e enfrentou todos os problemas de exegese textual, de rastreamento de fontes – mormente bíblicas e clássicas – e de elucidação de caráter lingüístico. O Prof. Smulders dá-nos uma idéia sucinta mas precisa das dificuldades que enfrenta um editor de Vieira, tendo em vista a existência de *textus deteriores* que conseguiram infiltrar-se em publicações dirigidas por competentes estudiosos, como ocorreu, entre nós, com a reprodução facsimil-

lar de alguns volumes da Editora Anchieta, aos cuidados do Padre Augusto Magne. Das muitas questões ventiladas nos minuciosos comentários do Prof. Smulders interessam mais de perto aos leitores desta revista aqueles de natureza lingüística e, neste particular, podemos afirmar que temos muito que aprender com a leitura desta tese.

O autor consultou vários comentadores de outros sermões do Padre Antônio Vieira e, principalmente, as lições do seu orientador Prof. Besselaar; concorda com eles em quase todos os lugares, mas, em alguns, traz fortes argumentos para seguir por caminho diferente. Assim, em outros casos, discorda da lição de Cantel segundo a qual em Vieira "(le) nom abstrait employé au pluriel est encore plus fréquent qu'au singulier" (pág. 265). Para o autor, nomes como *ingrati-dão*, *cegueira*, *consideração*, *humildade*, entre outros, ocorrem com mais frequência no singular do que no plural. Também não concorda com aqueles comentadores que vêem o vocábulo *clima*, na passagem de A 342-344 *regiões e climas* empregado com a antiga significação de climas astronômicos, matemáticos ou solares pelos quais, consoante o critério de latitude, a terra era dividida em zonas; assim clima valia por "região, zona terrestre". O Prof. Besselaar, nas suas "A-chegas para o estudo lexiológico da obra vieiriana" (in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, vol. XIII (1974-1975), páginas 222-246), ensina-nos que a significação antigamente predominante do vocábulo era a geográfico-astronômica ('região, país') e só mais tarde é que passou a denotar o 'conjunto de condições metereológicas de uma dada região' (pág. 227). Para o Prof. Smulders *clima* já cedo se usou nesta última significação e acredita que alguns exemplos de Camões aduzidos nas *Achegas* vêm comprovar seu ponto de vista, como é o caso de *Lus.*, I, 29, 3-4:

Tantos Climas e Ceos experimentados
Tanto furor de ventos inimigos

ou ainda este, não referido nas *Achegas*, que "is evèn less equivocal, because of the opposition *clima-região*" (pág. 298) (e lembra a semelhança do passo de Vieira aqui discutido):

Nos conta, lhe dizia, diligente
Da tua terra o clima, e região
Do Mundo...

(*Lus.*, II, 109, 2-3).

Não pensa como o Prof. Smulders uma grande autoridade em astronomia e, especialmente, em astronomia d'*Os Lustadas*, o Prof. Luciano Pereira da Silva, e preferimos, de nossa parte, perfilar esta última opinião. Todavia, o problema aqui é saber se, passado um século, *clima* já adquirira a nova acepção metereológica e, em caso afirmativo, se Vieira assim o empregou. Em relação ao português falta a documentação necessária – ou, pelo menos, a desconhecemos – para uma resposta abalizada; quanto ao italiano, porém, há documentação que comprova o novo emprego metereológico do termo já no séc. XVI (cf. o *Dizionario etimologico* de Cortelazzo-Zolli, I, s.v.) e, no século seguinte, na acepção figurada de 'conjunto de condições e situações políticas, culturais e afins de um ambiente ou período'. O prestante *Dicionário etimológico* do Prof. José Pedro Machado, ao referir-se a esta última significação, ensina que o uso da palavra como 'atmosfera sentimental' "deve-se ao fr. *climat*, divulgado graças ao título do romance de André Maurois, *Climats* (1928)" (I, 2ª ed., pág. 639). Estudos mais recentes retrodataram esse emprego em francês e o *Dict. étymologique* de Bloch-Wartburg, depois de aludir, na 1ª ed., a *Climats*, de Maurois, já amplia o tempo a "depuis Lamartine".

Feita esta excursão, tornemos ao exemplo de Vieira. A similitude lembrada pelo Prof. Smulders entre os passos de Vieira e Camões, longe de apoiar sua tese, vai de encontro a ela, cremos nós. Ora, sabemos que Sacrobosco "limitava ao sul o Mundo habitável pelo paralelo 12º 45' de latitude norte, princípio do clima de Méroe" e que as navegações portuguesas ao longo da costa africana "foram, porém, recuando aquele limite, juntando aos climas conhecidos novos climas", para reproduzir a lição de Pereira da Silva (*A astronomia de Os Lustadas*, pág. 136

ed. da Junta de Investigações do Ultramar), que cita do poeta:

Determinão o náutico aparelho
Pera que com sublime coração
Vaa a gente que mandar cortando os mares
A buscar novos climas, novos ares

(IV, 76).

A passagem de Vieira alude exatamente à expansão náutica dos portugueses, expansão que fez que o mundo conhecesse novas regiões e, conseqüentemente, novos climas. É interessante lembrar ainda que o trecho deixa transparecer com nitidez as marcas da reminiscência de leitura do poema camoniano:

“Que a larga mão com que nos destes tantos domínios e reinos não foram mercês de vossa liberalidade, senão cautela e dissimulação de vossa ira, para aqui fora e longe de nossa pátria nos matares, nos destruíres, nos acabares de todo. Se esta havia de ser paga e o fruto de nossos trabalhos, para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue nestas conquistas? Para que abrimos os mares nunca dantes navegados? Para que descobrimos as regiões e climas não conhecidos? Para que constrastamos os ventos e as tempestades com tanto arrojo, que apenas há baixio no oceano, que não esteja infamado com miserabilíssimos naufrágios de Portugueses” (págs. 174-176 da ed. de Smulders segundo a tradição A).

Outra particularidade que o comentarista ressalta (pág. 304) é que, na época de Vieira, o vocábulo *colônia* não conhecia o significado atual, mas sim de *povoação*, *cidade*:

“Holanda, enfim, vos servirá e venerará tão religiosamente, como em Amsterdão, Meldeburg e Flisinga e em todas as outras colônias daquele frio e alagado inferno se está fazendo todos os dias.”

A palavra para indicar o significado moderno imperialista de *colônia* era *província*, que ocorre em:

“e entre todas as províncias de Portugal a nenhuma vem mais ao justo que à miserável província do Brasil” (pág. 140).

Segundo o Prof. Smulders, o significado moderno de *colônia* fixou-se no século XVIII durante a administração do Marquês de Pombal.

Desconhecendo a história da Palavra, o Prof. Mário Gonçalves Viana equivoca-se, como lembra o Prof. Smulders, ao dizer o seguinte:

“É interessante acentuar que Vieira não chamava colônia ao Brasil, e sim província, igualando-a às outras províncias de Portugal, o que demonstra que já naquela época a concepção da unidade do Império Português era perfeita” (*Sermões e lugares selectos*, pág. 160 n. 1).

O estudioso de Vieira, o pesquisador da língua do século XVII, os filólogos, lexicógrafos e etimólogos têm muito que recolher da leitura desta cuidada edição e destes preciosos comentários que põem a presente obra na mesma altura das eruditas edições vieirinas trazidas à luz pelas *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft*. Está, portanto, de parabéns a lusitanística por ter mais este novo e competente pesquisador que é o Prof. Frits Smulders entre os muitos que a Holanda já ofereceu, dos quais desejamos ressaltar aqui a figura do Prof. José van den Besselaar.

Evanildo Bechara

Valter Kehdi é um dos mais competentes valores da geração de professores de Língua Portuguesa preparada pelo trabalho acadêmico de excelente nível desenvolvido na USP por mestres do porte de Isaac Salum e Segismundo Spina. Tem-se dedicado com especial atenção ao domínio da morfossintaxe, e o presente livrinho que integra a série *Princípios* é o testemunho de suas qualidades de especialista do campo e de didata, pois que, numa linguagem clara e com perfeita dosagem de conteúdo, expõe técnicas da segmentação do vocábulo em morfemas e, a partir daí, passa à classificação conceitual desses elementos lingüísticos, assinalando, ainda, a importância de que se revestem para a compreensão de certos aspectos da flexão nominal e verbal em português. Complementa a exposição uma série de exercícios de aplicação, através da qual são apresentadas dificuldades de análise e problemas de ordem de comutações na segmentação morfemática, quando aproveita o A. para acrescentar ou explicitar um ou outro ponto da morfologia portuguesa.

Declara, com muita propriedade, que adotou uma “postura sincrônica em relação a alguns aspectos da morfologia portuguesa porque acreditamos que o conhecimento dos mecanismos de funcionamento de um idioma no seu “aqui e agora” deve anteceder as explicações de caráter histórico, indiscutivelmente necessárias e esclarecedoras, mas que devem ser invocadas num segundo momento” (pág. 9).

Apesar de ter perfeito conhecimento das diversas correntes teóricas européias e americanas que têm desenvolvido técnicas de segmentação do vocábulo em morfemas, optou o A. por seguir de perto a contribuição que, neste particular, nos oferece a obra do nosso lingüista Matoso Câmara, já que, somados à excelência, seus estudos se acham divulgados nas mais recentes gramáticas saídas no Brasil. Todavia, num ou noutro ponto, preferiu seguir estrada diferente como ocorreu, por exemplo, relativamente à debatida questão dos morfemas nominais de gênero, exposta nas páginas 29-31.

Matéria intimamente ligada às questões desenvolvidas neste excelente livrinho é a que diz respeito aos processos de formação de palavras no português. O Prof. Valter Kehdi é das pessoas mais indicadas, entre nós, para discorrer com segurança acerca do assunto, e já tivemos notícia de que já encaminhou à Editora Ática os originais desse novo volume que enriquecerá, com certeza, a prestimosa série *Princípios*.

Evanildo Bechara

NOTICIÁRIO

No dia 28 de março último, instalou-se em sessão solene realizada no salão nobre do Liceu Literário Português o *Instituto de Língua Portuguesa* desse mesmo Liceu. Presidiu a sessão S. Excia. o Sr. Doutor Leonardo Mathias, Embaixador de Portugal no Brasil. Integraram a Mesa de Honra, a convite do Doutor Leonardo Mathias, o Dr. José Guilherme Stichini Vilela, Cônsul-Geral no Rio de Janeiro, o Dr. Antônio Gomes da Costa, Presidente do Liceu, do Instituto de Língua Portuguesa e da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, o Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, Diretor da Biblioteca da Universidade de Coimbra, o Prof. Dr. Antônio Houaiss, membro da Academia Brasileira de Letras, o Dr. João Carlos Almeida Braga, Presidente da Fundação Cultural Brasil-Portugal, o Com. Artur dos Santos Pereira, Presidente da Comunidade Luso-Brasileira, o Dr. Amadeu Pinto da Rocha, Presidente do Conselho Deliberativo do Liceu, o Com. Antônio de Sousa Moça, Presidente do Real Gabinete Português de Leitura, o Com. Manuel Lino Costa, Presidente da Beneficência Portuguesa, o Cel. Neyl Hamilton Soares, Presidente do Clube Ginástico Português e os professores Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Maximiano de Carvalho e Silva, Evanildo Bechara e Antônio Basílio Rodrigues, integrantes da Comissão Diretora do Instituto de Língua Portuguesa.

Abertos os trabalhos pelo Senhor Embaixador, ouviram-se os hinos nacionais do Brasil e Portugal. Foi primeiro orador o Dr. Antônio Gomes da Costa, que definiu, com muita clareza e fundamentação, os objetivos que justificam a criação da nova entidade. O Prof. Sílvio Elia, pondo em destaque o ecumenismo da hora presente, ressaltou o eminente papel que está reservado à língua portuguesa, a sexta mais falada do mundo, neste limiar de um novo século, dominado cada vez mais pelos meios de comunicação intercontinental, que fizeram do orbe terráqueo uma aldeia global. Os oradores oficiais da cerimônia foram o Doutor Aníbal Pinto de Castro, por Portugal, e o Prof. Antônio Houaiss, pelo Brasil. A oração lida pelo catedrático de Coimbra foi notável e aplaudidíssima, dada a forma como apresentou um projeto de conhecimento e contínuo fortalecimento da língua portuguesa, nos seus aspectos histórico, pedagógico e político. O Prof. Antônio Houaiss, filólogo de reconhecidos méritos, discorreu oral e fluentemente sobre os problemas que a língua portuguesa vem enfrentando, interna e externamente, no sentido de sua constante afirmação e criticou algumas das soluções, para as quais apontou, com o seu experimentado conhecimento de causa, as devidas correções. Foi também muito aplaudido. Procedeu-se então à assinatura da ata formal da instalação do Instituto de Língua Portuguesa. Ao encerrar a sessão, S. Excia. o Embaixador Leonardo Mathias disse do imperativo dever de todos os povos que ostentam o privilégio de ter a língua portuguesa como idioma nacional de não pouparem esforços para o enriquecimento e convergência dos seus valores, garantia do progresso e da grandeza comuns.

* * *

Nos dias 22, 23 e 24 de maio último, dando início à sua programação para o corrente ano, fez o Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português realizar o seu 1^o *Forum de Estudos de Língua Portuguesa*.

Foram os trabalhos divididos em três painéis, dedicados respectiva e sucessivamente à *Gramática*, ao *Léxico* e à *Dialectologia Brasileira*. Cada painel compunha-se de um coordenador e de três expositores. Coordenou a sessão de Gramática o Prof. Evanildo Bechara, a de Lexicografia o Prof. Gladstone Chaves de Melo e a de Dialectologia o Prof. Sílvio Elia. Foram os seguintes os expositores: a) sessão de Gramática: Prof. Olmar Guterres da Silveira, da Universidade do Estado da Guanabara; Prof. Luís Soares de Lima, da mesma Universidade e Prof^a Edith Pimentel Pinto, da Universidade de São Paulo; b) sessão de Lexicografia: Prof. Rosalvo do Valle, da Universidade Federal Fluminense; Prof. Antônio Geraldo da Cunha, da Fundação Casa de

Rui Barbosa, e Prof. Adriano da Gama Kury, da mesma Fundação; c) sessão de Dialectologia: Prof.^a Edith Pimentel Pinto, da Universidade de São Paulo, Prof.^a. Maria do Socorro Silva de Aragão, da Universidade Federal da Paraíba e Profs. João Antônio de Moraes e Sílvia Brandão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como se vê, todos mestres da mais alta categoria.

Os assuntos versados foram os seguintes: Prof.^a Edith Pimentel Pinto: sessão a) *A Gramática de Mário de Andrade*; sessão c) *A língua popular escrita*; Prof. Olmar Guterres da Silveira: *Crêterios de correção de linguagem*; Prof. Luís Soares de Lima: *Valores sintático-semânticos de este e esse*; Prof. Gladstone Chaves de Melo: *Riqueza e expressividade do léxico português*; Prof. Antônio Geraldo da Cunha: *Estudos e problemas do léxico medieval português*; Prof. Adriano da Gama Kury: *Composição e derivação: uma questão estrutural*; Prof.^a Maria do Socorro Silva de Aragão: *Situação atual da pesquisa dialectológica no Brasil*; Prof. João Antônio de Moraes e Prof.^a Sílvia Brandão: *Métodos, problemas e resultados dos estudos geográfico-linguísticos*. O Prof. Rosalvo do Valle não pôde comparecer por motivo de força maior e justificou a sua ausência; foi substituído pelo Coordenador, Prof. Gladstone Chaves de Melo.

Todas as sessões foram realizadas no salão nobre do Liceu Literário Português, no período das 17 às 20 h, sob a presidência do Prof. Sílvio Elia, Vice-Presidente do Instituto, sempre com apreciável número de presentes. Às exposições, seguiram-se debates.

Para o presente semestre está programada uma série de palestras em que será analisada a obra dos grandes mestres brasileiros e portugueses que impulsionaram os estudos linguísticos em ambas as pátrias, e a publicação do número inaugural da revista do ILP.

* * *

No dia 12 de junho do corrente ano, em comemoração ao Dia de Portugal, realizou-se no auditório da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura a tradicional Sessão Solene comemorativa da data, promovida pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e pelo Conselho da Comunidade Luso-Brasileira. A sessão foi presidida pelo Embaixador de Portugal, Dr. Leonardo Mathias, e da Mesa de Honra fizeram parte o Dr. Wellington Moreira Franco, Governador do Estado do Rio de Janeiro, a Dra. Manuela Aguiar, Vice-Presidente da Assembléia da República Portuguesa, o Dr. José Guilherme Stichini Vilêla, Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, o Dr. Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras, o Dr. Antônio Gomes da Costa, Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, o Com. Artur dos Santos Pereira, o Com. Antônio Sousa Mota, os vereadores Neuzo Amaral e Wilson Leite Passos, o Dr. Sérgio Lopes, Diretor da TAP Air Portugal, o Dr. José Gomes da Silva, Provedor da Irmandade da Candelária, o Cel. Neyl Hamilton Soares, Presidente do Clube Ginástico Português e o Prof. Antônio Basílio Rodrigues, representando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Após a execução dos hinos nacionais brasileiro e português pelos músicos integrantes da Banda de Portugal, o Sr. Embaixador deu a palavra ao Dr. Antônio Gomes da Costa, que exaltou o significado da cerimônia, tão caro igualmente a portugueses e brasileiros. Seguiram-se com a palavra os oradores especialmente convidados. Pelo Brasil, falou o Prof. Dr. Clóvis do Couto e Silva, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que dissertou sobre a influência do Direito português no Direito brasileiro, tendo, na oportunidade, realçado as contribuições de dois eminentes mestres universitários de Portugal, os Drs. Braga da Cruz e Marcelo Caetano. Falou por Portugal o Prof. Dr. Jorge Borges Macedo, que fez notável retrospectiva da história portuguesa, na qual pôs de relevo o que chamou a inteligência portuguesa no trato das questões políticas, o que preservou a sua soberania e assegurou respeito no conceito das nações civilizadas. Ambos os oradores foram muitíssimo aplaudidos. Houve ainda entrega de medalhas comemorativas do 150º aniversário do Real Gabinete Português de Leitura. Por fim, ao encerrar a sessão, o Dr. Leonardo Mathias traçou com maestria o admirável perfil histórico da nação portuguesa.

* * *

O Prof. Dr. José G. Herculano de Carvalho comunica-nos que criou, na Universidade Autónoma de Lisboa, o Instituto da Língua Portuguesa que terá, como propósito inicial, a elaboração, com auxílio de computadores, de um dicionário da língua portuguesa literária do século XVI. Tenciono o ILP dar notícia de suas atividades num boletim informativo. Formulamos ao ILP o maior êxito, prenunciado por ter à sua frente mestre de altíssima competência como é o D. Herculano de Carvalho.

Por falar no Prof. Dr. Herculano de Carvalho, é oportuno lembrar aqui a iminente reedição da *Teoria da linguagem*, que vem enriquecida com dois capítulos novos, além de acréscimos de notas: um de morfologia (completando o que faltava às edições anteriores) e outros de sintaxe. A reedição sairá pela Coimbra Editora.

* * *

O Prof. Paulo Pereira, da Universidade Federal Fluminense, acaba de ganhar o prêmio especial concedido ao melhor trabalho enviado do Brasil ao Prêmio José Régio 1989. Intitula-se o ensaio *Da recorrência temática na obra de José Régio: Benilde ou A Virgem mãe*. O júri esteve constituído por David Mourão Ferreira, Eugênio Lisboa e Arnaldo Saraiva.

* * *

O Prof. Dr. Paul Teyssier ministrou, como professor visitante, durante o mês de outubro último, curso na Universidade Federal Fluminense, que versou os seguintes assuntos: a investigação diacrônica, os déiticos em português, a língua de Gil Vicente e diferenças e aproximações do português de Portugal e do Brasil. Como já era de esperar o Prof. Teyssier brilhou pela erudição e rigor didático de suas aulas, além da simpatia inerente ao mestre.

* * *

A Universidade Federal do Rio de Janeiro conferiu o título de Doutor Honoris Causa ao escritor João Cabral de Melo Neto e à Professora Doutora Luciana Stegagno Picchio. Realizou-se a cerimônia no dia 17 de setembro último, às 17 horas, no Salão Pedro Calmon. Com esta concessão, a UFRJ faz jus ao talento do nosso festejado literato e à contribuição de excelente nível da professora italiana sobre a língua e as literaturas de língua portuguesa.

* * *

O Prof. Dr. Dino Preti é o novo Titular, área de Filologia e Língua Portuguesa, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A comissão examinadora que o julgou e aprovou estava constituída pelos seguintes professores: Segismundo Spina, presidente, da Universidade de São Paulo (USP), Rolando Morel Pinto, também da USP, Dante Tringalli, da USP, Ângela Vaz Leão, da Universidade Federal de Minas Gerais e Sílvia Elia, da Universidade Federal Fluminense. O concurso realizou-se no mês de maio último.

* * *

A convite da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, esteve em Portugal o Prof. Evânildo Bechara, Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense. O curso que esteve a ministrar na septuagésima Universidade coimbrã foi o de "Sintaxe e Semântica da Língua Portuguesa".

* * *

Convidado pela Universidade Federal Fluminense, esteve entre nós, nos meses de setembro e outubro do ano findo, o Prof. Dr. Eugênio Coseriu, Catedrático da Universidade de Tübingen, Alemanha, e um dos mais eminentes lingüistas contemporâneos. Ministrou dois cursos, um de Sintaxe Funcional e outro de Lingüística Textual. Proferiu também três palestras sobre os seguintes temas: Tendências da Lingüística Contemporânea, Competência Lingüística, e Linguagem e Poesia

* * *

Em 1985 foi criada a Associação dos Professores de Literatura Portuguesa do Estado do Rio de Janeiro (APLIPERJ) com objetivo de articular o numeroso corpo docente ligado à disciplina e propiciar-lhe um espaço de convergência e reflexão.

A associação, além de propósitos educacionais específicos, tem outros objetivos mais vastos. A intenção maior – que já se concretizou por exemplo, em ciclos de conferências com a participação efetiva de professores e alunos sobre Cesário Verde e Fernando Pessoa – era abrir canais de comunicação, estabelecer uma ponte de contato, numa teia de referências mútuas com todos os interessados na presença viva da cultura portuguesa no Brasil.

* * *

Realizou-se na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, de 4 a 9 de setembro de 1989, o XIXº Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românicas, sob a presidência do Prof. Max Pfister (Saarbrücken), Presidente da Societé de Linguistique Romane, e secretariado pelo Prof. Ramón Lorenzo, da Universidade de Santiago de Compostela.

* * *

Realizou-se em Coimbra, de 18 a 22 de junho, o Terceiro Congresso Internacional de Lusitanistas. O Primeiro reuniu-se em Poitiers, França, em 1984 e o Segundo em Leeds, Inglaterra, em 1987.

Este terceiro teve como coordenador geral o Prof. Dr. Aníbal Pinto de Castro, com a eficiente colaboração do Prof. Carlos Bernardo Ascenço André, ambos da septuagésima Universidade.

Apesar de impropícia a época escolhida – muitos membros ainda estavam em trabalhos de exames – foi numerosa a participação. Lá estiveram franceses, espanhóis, italianos, belgas, holandeses, ingleses, alemães, poloneses, tchecos, norte-americanos e, naturalmente, portugueses e brasileiros.

Foram quatorze as sessões de estudo – comunicações e debates – em que predominaram os temas de Literatura e de História. Os de Língua ficaram em minoria, tratados quase todos por alemães: Dieter Woll, Karl-Hermann Körner, Barbara Schäffer, Wolf Dietrich.

A parte social constou de uma representação teatral na Cooperativa Bonifrates, de uma excursão à Batalha (igreja e mosteiro), Aljubarrota e Tomar (Convento de Cristo), com um excelente concerto de jovens amadores na Câmara Municipal, e de um jantar no Palácio de S. Marcos.

No penúltimo dia, procedeu-se à eleição da nova Diretoria, que ficou assim constituída: presidente, Ria Lemaire (Universidade de Utrecht); primeiro vice-presidente, Gladstone Chaves de Melo; segundo vice-presidente, Aníbal Pinto de Castro; secretário-geral-tesoureiro, Carlos Bernardo Ascenço André; presidente de honra, R.A. Lawton (Universidade de Poitiers), este, fundador da Associação Internacional de Lusitanistas e seu presidente, de 1984 a 1990.

O próximo Congresso ficou marcado para 1993, em Hamburgo.

* * *

A Editora ALFA, de Lisboa, convidou o professor brasileiro Dr. Sílvio Castro, Titular de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de Pádua, Itália, para coordenar uma edição crítica da História da Literatura Brasileira. Os seus vários capítulos serão confiados a especialistas brasileiros e também portugueses.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Presidente do Liceu Literário Português e Vice-Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

ANÍBAL PINTO DE CASTRO. Professor Catedrático da Universidade de Coimbra e Diretor da Biblioteca Central da Universidade de Coimbra.

ADRIANO DA GAMA KURY. Chefe do Setor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. Professor de Filologia Românica da Universidade Santa Úrsula.

CARLY SILVA. Professor Titular de Língua e Literatura Inglesa da UERJ e ex-Professor Titular de Língua Inglesa da UFF, tendo também trabalhado, durante dez anos, no Programa de Pós-Graduação em Língua Inglesa da UFRJ. Autor de numerosos trabalhos sobre língua inglesa, lingüística e lingüística aplicada ao ensino do inglês, entre os quais os livros *Gramática Transformacional: Uma Visão Global* (Ao Livro Técnico, 1978), *English Grammar* (Sistema CLC, 1982) e *Dicionário de Lingüística Transformacional* (Editora da UERJ, 1988).

EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de Graduação e Pós-Graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Fundação Souza Marques.

GLADSTONE CHAVES DE MELO. Ex-professor de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ, do Instituto de Letras da UFF e da Faculdade de Letras da PUC-RJ; professor visitante da Universidade de Coimbra e da Universidade de Tübingen (Alemanha). Autor de vários livros sobre Lingüística, Filologia e Estilística da Língua Portuguesa.

LUIZ SOARES DE LIMA. Professor Adjunto nos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VALTER KEHDI. Professor Assistente-doutor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos da sua especialidade.